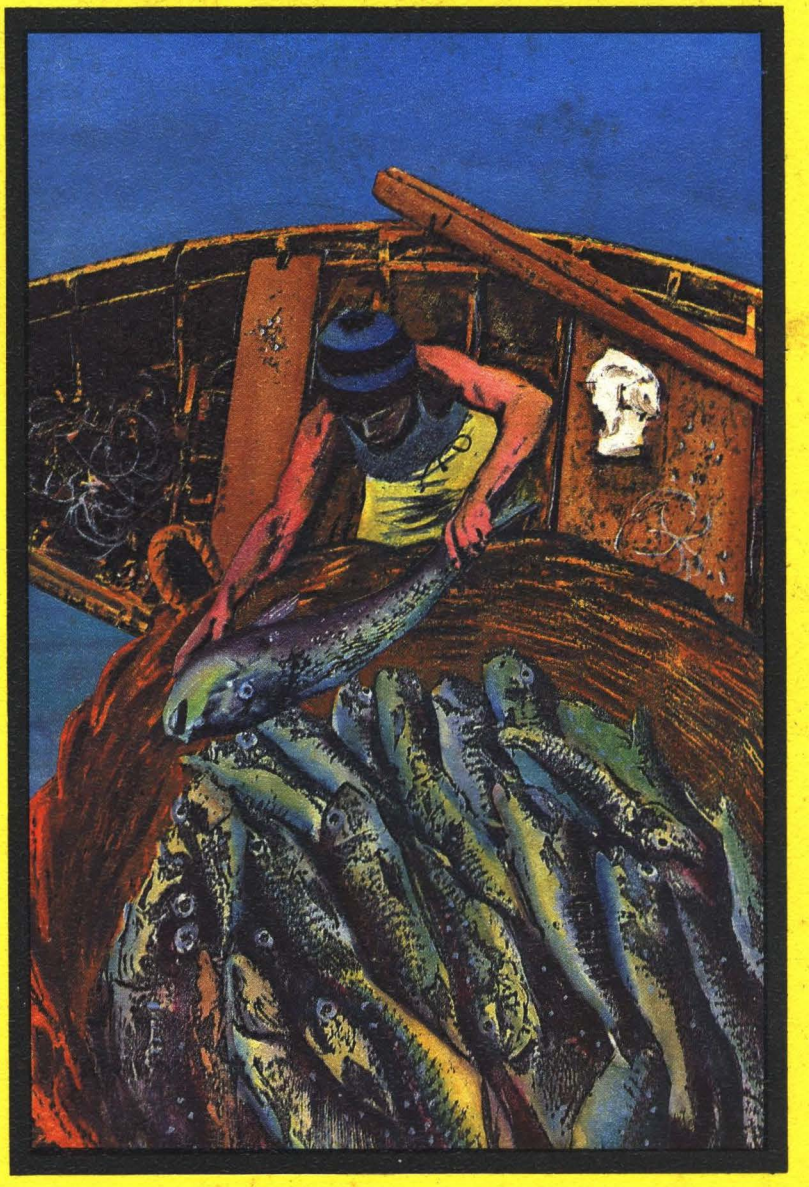
proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



PESCADORES ARTESANAIS

Entre o passado e o futuro

FASE

Nº 38

Sumário

Apresentação 1

A pesca e o pescador: problemas nacionais e mundiais

A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência
Antônio Carlos Diegues
Introdução 2

A importância da pesca artesanal no Brasil e nas principais regiões costeiras 4
Organização da pesca artesanal por regiões brasileiras 8
Principais obstáculos do desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil 15
Estratégias e políticas atuais de desenvolvimento da pesca artesanal 16
Tendências e cenários futuros para a pesca artesanal 19
Enfoque e estratégias alternativas 21
Estratégias a nível regional 23
Conclusões 23
Recomendações 24

Pilhagem da natureza e conflitos de classe
Violeta Refkalefsky
Mercado e modernização 25

Modernização e pilhagem da natureza 28
O conflito básico 31

A pesca no mundo. Produção mundial de peixe
Pesca e agroalimentação 35

Pescadores e entidades de apoio. Experiências e lutas

O bote contra a geleira
Os pescadores de Santarém em busca de sua afirmação
Jean-Pierre Leroy
Introdução 37

Os problemas dos pescadores 38
A emergência de um novo ator social: os pescadores 41
A afirmação de uma classe 45
Conclusão: os pescadores da Z-20, parte da classe trabalhadora organizada 50

O Centro Josué de Castro fala de sua experiência com a pesca artesanal
entrevista de Waldo César 52
Uma pastoral dos pescadores
entrevista com Frei Alfredo Schnuettgen . . 57

Objetivos do CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores)
A poluição e a impunidade 58
Constituinte: uma nova estrutura para a organização da pesca artesanal?
Os pescadores na História do Brasil 59

Pastoral do pescador no Norte-Nordeste . . 60

Pescadores organizados: em busca de alternativas

O futuro da pesca artesanal no Brasil
Waldo Cesar
A rede de apoio técnico à pesca artesanal . . 64

Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca
Bibliografia e filmografia
Antônio Carlos Diegues 69
Peixes e Pescadores — uma filmografia
Michel do Espírito Santo 72

Proposta nº 38
Ano XIII — Setembro de 1988

Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Conselho Editorial
Alberto Lopes Mejia
Cândido Grzybowski
Haroldo Batista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
Jorge E. Saavedra Durão
Lourdes M. Grzybowski

Coordenação Geral
Maria Emília L. Pacheco

Planejamento Editorial e Gráfico
Alfons Klausmeyer

Organização e Redação
Jean-Pierre Leroy
Waldo César

Editor de Arte
Gerardo Hanna

Arte e Ilustrações
Marcelo Riani Marques

Capa
Gerardo Hanna

Revisão
João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Datilografia
Jussara Martins Gomes

Distribuição e Vendas
Paulo Martinechen Neto

FASE
Rua Bento Lisboa, 58 — Catete
22221 — Rio de Janeiro, RJ

Direção Executiva da FASE:
Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Maria Emília L. Pacheco (Diretora Coordenadora Nacional Adjunta); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); José Luciano Freitas (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).

FASE — NACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE — ABAETETUBA
Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 ABAETETUBA — PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE — BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329
66030 — BELÉM — PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE — CAPANEMA
Av. Pres. Médici, 1992
68700 CAPANEMA — PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE — IMPERATRIZ
Rua Aquiles Lisboa, 167
65900 IMPERATRIZ — MA

FASE — SÃO LUIS
Rua dos Afogados, 704
65010 SÃO LUÍS — MA
Tel.: (098) 22-1175

FASE — MANAUS
Cx. Postal 2259
69061 MANAUS — AM

REGIONAL NORDESTE

FASE — RECIFE
Rua Barão de S. Borja, 495
50070 RECIFE — PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE — FORTALEZA
Rua Prof. João Bosco, 73
60430 FORTALEZA — CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE — ITABUNA
Rua Francisco Ferreira Silva, 115
45600 ITABUNA — BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE — MACEIÓ
Rua Gonçalves Dias, 62
57055 MACEIÓ — AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE — ICÓ
Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 ICÓ — CE

SUDESTE/SUL

FASE — RIO
Av. Pres. Wilson, 113/Conj. 1302
20030 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 220-7198

FASE — VITÓRIA
Rua Gal. Osório, 83/Sls. 1306/7
29020 VITÓRIA — ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE — SÃO PAULO
Rua Loefgren, 1651/c. 6
04040 SÃO PAULO — SP
Tel.: (011) 549-3888

FASE — JABOTICABAL
Rua João Brunini, 53
14870 JABOTICABAL — SP

FASE — PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 470
90220 PORTO ALEGRE — RS
Tel.: (051) 225-0787

FASE — VALE DO GUAPORÉ
Trav. Cel. Ricardo Franco, s/nº
78770 VILA BELA SSMA. TRINDADE — MT
Tel.: (065) 259-1210

PROGRAMAS ANEXOS

FASE — PROGRAMA DE SAÚDE
Rua Rui Barbosa, 200
55300 GARANHUNS — PE
Tel.: (081) 761-0941

FASE — PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS
Rua Bento Lisboa, 58
22221 RIO DE JANEIRO — RJ
Tel.: (021) 285-2998

Apresentação

São cerca de 500 mil pescadores artesanais, responsáveis por quase 60% de toda a pesca do litoral e do interior do país. No processo de abertura política, no mundo da marginalidade social, econômica e cultural em que vivem soltam enfim a sua voz e reclamam a sua vez.

A "Constituinte da Pesca", que reuniu regularmente pescadores artesanais de todo o país, com o apoio do Conselho Pastoral da Pesca, foi um dos sinais de sua participação no processo de reformulação do velho Código de Pesca que desde 1934 regia com mão de ferro os destinos do pescador artesanal. Nem mesmo a criação da Sudepe, em 1962, melhorou substancialmente a situação do pescador e suas relações de trabalho e organização. Em 1967, com a instituição de incentivos fiscais para a consolidação do parque industrial pesqueiro, a realidade tornou-se ainda mais dura, gerando conflitos e exploração do setor artesanal pela pesca industrial.

No "Encontro Nacional de Pesca Artesanal no Brasil — Alternativas", realizado em inícios de 1987 — outra oportunidade que se abriu, com apoio de várias entidades nacionais e internacionais de cooperação — os pescadores de vários estados, ao lado de técnicos, reafirmaram a sua decisão de influir na Constituinte e de buscar uma nova estrutura e organização para a sua atividade. Desse encontro, realizado em Pernambuco, saiu o Manifesto de Tamandaré.

Neste número de **Proposta,** que quer ser o eco dessa tomada de palavras pelos pescadores, procurou-se abordar o tema em quatro seções. A primeira introduz o leitor à realidade da pesca artesanal no país. No embate com a pesca industrial e com a destruição e pilhagem da natureza, o pescador artesanal tem futuro ou é uma mera sobrevivência do passado?

A segunda parte é dedicada ao relato de experiências e lutas dos pescadores artesanais.

Na terceira parte, colocam-se as alternativas, as decisões tomadas coletivamente pelos pescadores e entidades a eles ligadas. Lembra-se que os problemas e as lutas colocam-se à escala da América Latina e do mundo.

No final, encontrarão uma bibliografia e filmografia sobre a pesca.

Um tema perpassa toda a revista: o do meio ambiente. A natureza e os homens estão indissolúvelmente ligados no mesmo destino. A ecologia é uma questão de qualidade de vida para todos mas, simplesmente, uma questão de vida ou morte para os pescadores artesanais. A defesa destes vai de par com a defesa da natureza. E mais do que isso, são os pescadores artesanais os primeiros defensores do meio ambiente marítimo. Se eles desaparecerem, cairá a verdadeira vanguarda dessa luta.

Temos consciência da limitação deste número de **Proposta,** em que estão ausentes tantas lutas importantes travadas pelos pescadores para que sejam reconhecidos como produtores e cidadãos. Esperamos porém que contribua a apontar para os pescadores e aqueles que os apóiam caminhos de luta, a despertar a solidariedade dos setores da sociedade que ainda acreditam num futuro para todos, a suscitar a produção e divulgação de experiências, análises e a história dos pescadores.

Vamos jogar a tarrafa.

Jean-Pierre Leroy
Waldo Cesar

A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência

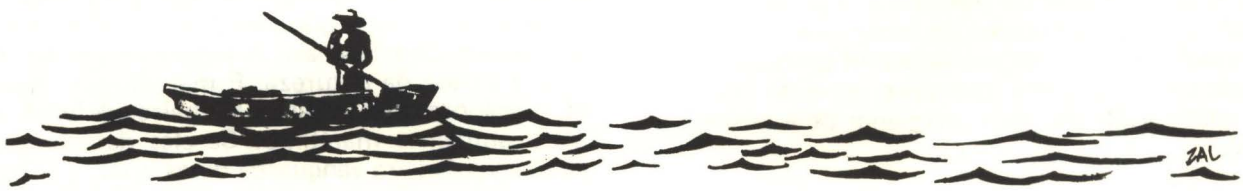
*Antônio Carlos Diegues**

O autor, baseado em sua especialidade no tema e em pesquisas e viagens, faz um levantamento global da situação da pesca artesanal no Brasil, no contexto da nossa realidade sócio-econômica. O trabalho é resultado de uma consultoria patrocinada pela Campanha Mundial Contra a Fome/Ação para o Desenvolvimento (CMCH/AD) – Consultoria para a América Latina e o Caribe – da FAO, que permitiu novas pesquisas e viagens no país.

Depois de analisar inicialmente a importância da pesca artesanal nas principais regiões costeiras do litoral brasileiro, com quadros e estatísticas por estados e regiões, e dados sobre estoques, tecnologias e organização social do pescador, o artigo trata da questão da organização da pesca artesanal, destacando em cada região geográfica a comercialização, a produção e tecnologia empregadas.

O artigo analisa ainda, por região, os principais obstáculos ao desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil, perguntando em que nível as soluções devem ser procuradas, para em seguida discutir as estratégias e políticas de desenvolvimento da pesca artesanal. É um trecho rico de sugestões e desafios, onde não falta uma listagem básica das políticas oficiais vigentes.

Na parte final fala do futuro da pesca artesanal, levantando hipóteses (cenários) diversos e propondo novos enfoques e estratégias alternativas, a níveis nacional e regional; e ainda registra algumas conclusões e recomendações que resumem os problemas e expectativas do pescador artesanal brasileiro.



Introdução

Ainda que timidamente, o interesse pela pesca artesanal tem aumentado nos últimos anos, tanto nos meios governamentais quanto nos acadêmicos, por inúmeras razões, entre as quais podemos citar: o **pouco sucesso** da política governamental em desenvolver o setor pesqueiro no Brasil apoiando-se quase que exclusivamente na pesca empresarial/industrial; o **reconhecimento crescente** da importância dos pescadores artesanais que mesmo sem apoio governamental continuam abastecendo os mercados locais e regionais; as inúmeras **pressões** que nos últimos anos vêm sofrendo as comunidades pesqueiras artesanais pela expansão dos interesses dos grupos imobiliários e turísticos que freqüentemente obrigam os pescadores a migrarem para as cidades após perderem suas terras; o **destaque** dado na imprensa a esses conflitos; a **abertura política** recente no Brasil permitindo que segmentos da sociedade explorados e esquecidos pudessem se manifestar mais livremente (embora não suficientemente organizados) tendo em vista sobretudo a defesa de seus direitos e aspirações na **Assembléia Nacional Constituinte**; o trabalho realizado por instituições não-governamentais e partidos políticos, em particular a **Igreja Católica**, através das atividades da Pastoral da Pesca, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste.

Apesar desses fatores novos, o desenvolvimento da pesca artesanal constitui ainda um grande

* Coordenador do Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP – Fundação Ford – IUCN, Instituto Oceanográfico (SP).

Lourdes M. Grzybowski

desafio pois são raras as experiências concretas que resultam num aumento sustentável da produção pesqueira, melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores, em sua melhor organização etc . . . Ao contrário, constata-se um agravamento contínuo dos problemas que afetam a produção pesqueira artesanal tanto por fatores objetivos (degradação ambiental, destruição e comprometimento dos recursos naturais etc.) quanto pela ineficácia das estratégias governamentais em superar os entraves existentes para o desenvolvimento das comunidades pesqueiras artesanais do litoral brasileiro.

Em muitas áreas costeiras, como no litoral catarinense, a pesca artesanal tem declinado muito nos últimos dez anos já que, por exemplo, em 1975 era responsável por 42% do total capturado no estado e em 1985 sua participação em relação à pesca empresarial se reduziu para 16%.

Em muitos casos está em perigo a própria sobrevivência física dos pescadores, ameaçados pela pesca empresarial/industrial, pela expulsão de suas praias por grupos imobiliários e pela degradação ambiental. Em muitos outros, está ameaçada a sobrevivência da cultura litorânea das comunidades dos pescadores, cujos valores e tradições estão sendo descaracterizados pelos meios de comunicação de massa e pela falta de apoio dos órgãos governamentais responsáveis pelo incentivo à cultura nacional.

Em muitos casos, a situação de abandono é tão grave que se pode perguntar quais são as chances reais de sobrevivência da economia e da cultura das comunidades de pescadores artesanais em algumas regiões do país.

Como mencionamos em outro trabalho (Diegues, 1983) a pesca artesanal se presta a inúmeras funções em relação à pesca empresarial/industrial capitalista, hoje dominante no Brasil. As duas funções primordiais são: fornecer mão-de-obra para os barcos empresariais e fornecer produtos (pescado) às empresas de pesca que instalam seus postos de venda ao longo da costa. Dados os custos menores de captura, a inexistência de relações trabalhistas e encargos sociais, a pesca artesanal tem sua produção comprada pelas empresas de pesca, embora nas estatísticas essa produção apreciável apareça como realizada exclusivamente pela pesca empresarial/industrial.

Apesar de ser uma categoria social que não tem representação política no Brasil, ela tem se manifestado recentemente através de movimentos como a Pastoral da Pesca e do Movimento da Constituinte da Pesca. Este movimento já realizou vários congressos regionais e nacionais onde os pescadores puderam, talvez pela primeira vez na história do Brasil, manifestar suas apreensões, necessidades e anseios.

O presente trabalho pretende mostrar quais são as alternativas de sobrevivência dessa forma social de produção, que é a pesca artesanal. Quais são os cenários possíveis, tendo-se em vista os problemas graves com que ela se defronta hoje em dia.

Por fim, sugerem-se algumas alternativas, que, na sua totalidade, passam por um passo fundamental: uma **nova organização dos pescadores** que faça valer os direitos fundamentais do pescador enquanto **produtor e cidadão.**

A importância da pesca artesanal no Brasil e nas principais regiões costeiras

A pesca artesanal: Existe grande confusão na definição de "pesca artesanal". O critério adotado pela Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) de embarcações com menos de 20 toneladas, é claramente insatisfatório pois aí se incluem muitas embarcações da pesca empresarial/industrial. Como resultado, as estatísticas de produção apresentam viéses.

No presente trabalho, consideramos a pesca artesanal aquela que os pescadores autônomos sozinhos ou em parcerias participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em "partes", sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares. No entanto, eles se distinguem dos pescadores/agricultores ou de subsistência, cuja atividade principal é a agrícola e pescam principalmente para o consumo familiar.

Uma outra característica importante do pescador artesanal é a sua dependência dos comerciantes ou "atravessadores", para os quais muitas vezes entregam toda a produção pois deles dependem para a compra de material de pesca.

Produção e valor gerados pela pesca artesanal e industrial

O Quadro I indica a importância da pesca artesanal marítima em termos de produção, nos anos 1970, 1980 e 1983, comparando-a com a industrial/empresarial.

QUADRO I

Anos	Pesca Empresarial/Industrial (em toneladas)	Porcentagem %	Pesca Artesanal (em toneladas)	Porcentagem %
1960	36.000	16,4	246.000	83,6
1970	198.000	46,6	280.000	53,4
1980	392.325	61,5	243.640	38,4
1983	398.225	58,9	277.127	41,1

Os dados do quadro acima (fonte IBGE, Sudepe), ainda que pouco confiáveis, indicam algumas tendências: um forte aumento da produção industrial/empresarial que teria passado de 36.000 toneladas em 1960 para 392.325 toneladas em 1980 (ou um incremento da ordem de 10 vezes). A pesca artesanal conserva em 1980 os mesmos níveis de 1960 (cerca de 240.000 toneladas). Dada a pouca confiabilidade dessas informações o que se pode afirmar é que em termos de volume capturado, a pesca empresarial teria aumentado consideravelmente nos últimos 30 anos, ao passo que a artesanal teria estacionado.

Em termos relativos, a participação da produção artesanal teria decrescido de 83,6% em 1960 para 41% em 1980.

Os dados acima se referem à pesca de mar, objetivo do presente relatório. Se a esta se apresentarem os dados de **pesca interior**, realizada totalmente por pequenos pescadores, a participação do setor artesanal sobe aproximadamente 50% do total da produção brasileira de pescado.

Como já foi mencionado anteriormente, uma parte importante da produção atribuída à empresarial/industrial é na verdade artesanal, pois é vendida às indústrias e à frota industrial.

Pelo Quadro II em 1980 e 1983, a pesca artesanal era responsável por mais de 50% do valor total da captura, indicando que a pesca artesanal se dedica à exploração de espécies de maior valor de mercado.

Pelo Quadro II, as regiões Norte e Nordeste são as mais representativas em produção artesanal, onde o setor contribui com mais de 85% do total do pescado capturado. No que diz respeito ao valor, no Nordeste a pesca artesanal contribui com mais de 70% do total gerado.

Na região Sudeste, a contribuição da pesca artesanal no total de produção se situa por volta de 20% do total (1980-1983), mas sua contribuição ao total do valor gerado é mais alta, cerca de 30%

QUADRO II
Contribuição da pesca artesanal e industrial no volume e valor da produção por região

Regiões	Anos	Produção: volume em toneladas				Valor em C$ 1.000.000,00			
		Volume empresarial	%	Artesanal	%	Empresarial	%	Artesanal	%
NORTE	1980	4.322	11,0	34.578	88,0	631	41,2	898	58,0
	1983	4.948	12,3	35.129	87,7	9.845	52,5	8.929	47,5
NORDESTE	1980	21.837	18,0	99.027	82,0	2.918	32,2	6.138	67,8
	1983	19.068	14,0	116.502	86,0	19.318	24,4	59.829	77,8
SUDESTE	1980	202.237	79,3	52.707	20,7	4.019	77,4	1.173	22,8
	1983	209.853	75,2	69.234	24,8	36.259	69,6	15.837	30,8
SUL	1980	163.929	74,1	57.331	25,9	2.554	56,2	1.988	43,8
	1983	164.356	74,5	56.262	25,5	25.132	61,1	15.976	38,9
TOTAL	1980	392.325	61,6	243.643	38,4	10.122	49,8	10.197	50,2
	1983	398.225	58,9	277.127	41,1	90.554	47,4	100.371	52,6

Fonte: Anuário Estatístico IBGE, 1984.
Região Norte: Pará, Amapá.
Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia.
Região Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo.
Região Sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

nesse período. Na região Sul, o setor artesanal contribui com cerca de 25% da produção total e com cerca de 40% do valor gerado. Nessa região, no entanto, o volume capturado pela pesca em pequena escala tem decrescido nos últimos anos.

Em termos de estado, segundo dados do IBGE (1984), sobressaem o Maranhão onde a pesca artesanal representa 99% do volume total capturado, a Bahia, com 93% do total, o Ceará (54%) e o Rio Grande do Norte (84%).

Além da captura propriamente dita, existe a aqüicultura tradicional realizada por pequenos pescadores em particular nos estados do Nordeste, bem como o volume destinado à subsistência dos pescadores artesanais, que não é contabilizada (estimada entre 10 e 20% do total produzido).

Situação dos estoques explorados pela pesca artesanal

A partir de 1980, seguindo também a tendência mundial, o volume de captura de pescado no Brasil tem estagnado por volta de 800 a 850 mil toneladas, após um crescimento rápido nas décadas de 60 e 70.

Os principais estoques, sobretudo os da pesca industrial/empresarial (sardinha, piramutaba, camarões) estão sendo explorados a nível máximo da produção sustentada e mesmo ultrapassando esse nível. Há evidências empíricas que algumas espécies capturadas pelo setor artesanal estão sofrendo sobrepesca em vários pontos da costa brasileira. Essa sobrepesca é resultado da demanda crescente de espécies como o camarão, adquirido pelos intermediários abaixo das dimensões permitidas por lei. A nosso ver não é a sobrepesca, incentivada pelos atravessadores imediatistas, a única responsável pela baixa de produtividade, mas outros fatores como a poluição urbano-industrial e a degradação ambiental.

A avaliação dos estoques, realizada pela Sudepe/PDP (Programa de Desenvolvimento Pesqueiro) se orienta para as espécies capturadas pela pesca industrial/empresarial. Nada se faz para avaliar os estoques explotados* pela pesca artesanal. É necessário que essa avaliação se realize não a nível de espécies isoladas, mas a nível de ambientais litorâneos tais como os estuarinos, baías, manguezais etc. e ambientes litorâneos como recifes de corais.

As espécies mais capturadas pela pesca artesanal estão descritas nas seções regionais.

Força de trabalho e tecnologia

É extremamente difícil se estimar a população de pescadores artesanais, pois como vimos, depende do critério de definição adotado. Segundo os poucos dados existentes, o número de pescadores artesanais teria passado de 147.158 em 1970 para 265.000 em 1983. Em 1970, o Norte participaria com 21,4%, o Nordeste com 51,7%, o Sudeste com 13,5% e o Sul com 13,4%. Em 1983, o grande aumento do número de pescadores teria se verifi-

* Explotar — tirar proveito econômico, sobretudo quanto aos recursos naturais.

cado no Nordeste, que passaria de 76.034 em 1970 para 104.756 pescadores artesanais, ainda que sua proporção sobre o total teria decrescido de 51,7% para 39,4% no mesmo período. A região Sudeste teria passado de 19.449 pescadores em 1970 para 47.552 em 1980 e a região Sul de 19.555 para 57.508 no mesmo período (dados do IBGE para 1970 e Confederação Nacional dos Pescadores para 1983).

É evidente que tanto o aumento global quanto o regional é questionável e mesmo irrealista. Como se trata de fontes diferentes de informações é bem possível que os critérios estatísticos sejam diferentes. O aumento de pescadores em termos absolutos, sobretudo para as regiões Sul e Sudeste, é extremamente questionável porque mesmo que o aumento fosse apenas vegetativo é inverossímil que tivesse passado de 39.504 em 1970 para 105.058 pescadores artesanais em 1983. As indicações recentes revelam que o número de pescadores artesanais tem decrescido em ambas as regiões.

Pelo Quadro III, o total de pescadores artesanais regularizados* junto às colônias é de 265.375, sendo que 55.558 (21,1%) estão na região Norte; 104.759 no Nordeste (39,4%); 47.552 (17,9%) na região Leste e 57.506 (21,7%) na região Sul. Segundo os dados da Confederação, existem também os pescadores "não regularizados" que atingem cerca de 288.500 pescadores. Somando-se os regularizados e os não-regularizados tem-se o número total de pescadores artesanais do Brasil: cerca de 553.872.

Os estados com maior número de pescadores artesanais filiados às colônias são: Pará, 45.987; Maranhão, 30.476; Rio de Janeiro, 25.174; Bahia, 24.174; Santa Catarina, 24.049; São Paulo, 18.661; Rio Grande do Sul, 18.457; Ceará, 9.890; Paraná, 15.000; Rio Grande do Norte, 11.238; e Alagoas, 8.666.

Um outro dado importante é o local de residência: cerca de 51% deles vivem em áreas rurais contra 49% em áreas urbanas. No Norte e Nordeste os pescadores artesanais vivem sobretudo em comunidades rurais, ao passo que na região Sudeste eles são preponderantemente urbanos. Como esses dados do IBGE são da década de 70, e como a migração rural-urbana foi intensa nesse período, é de se supor que o grau de urbanização dos pescadores artesanais seja mais elevado agora.

Segundo o IBGE, a frota artesanal é composta de 49.105 embarcações sendo 42.850 não motorizadas e 6.355 motorizadas. A região Nordeste apresenta o número maior de embarcações motorizadas (cerca de 35%) seguida pela região Sul (RS e SC) com cerca de 30% (Sudepe).

* O pescador regularizado é o que se inscreve como associado à colônia. A maioria não o faz e muitos dos associados não participam das reuniões e debates. São problemas de organização, tratados na pág. 15. (Nota dos editores.)

QUADRO III
Número de pescadores por regiões e estados – 1986

Região	Federações – 1986 – Jurisdição	Nº de Colônias	Pescadores Profissionais		
			Regularizados	%	N/Regularizados
R.Norte		54	55.558	21,1	48.178
	Amazonas	06	6.163		16.680
	Amapá	04	3.408		1.825
	Pará	44	45.987		29.673
R.Nordeste		157	104.759	39,4	168.556
	Maranhão	31	30.476		61.130
	Piauí	14	4.198		11.555
	Ceará	16	9.890		15.330
	R.G do Norte	21	11.238		7.780
	Paraíba	08	4.810		820
	Pernambuco	16	7.311		5.848
	Alagoas	26	8.666		4.760
	Sergipe	08	3.996		8.600
	Bahia	45	24.174		52.733
R.Sudeste		55	47.552	17,9	33.907
	Espírito Santo	09	3.717		2.340
	Rio de Janeiro	21	25.174		23.851
	São Paulo	25	18.661		7.716
R.Sul		33	57.506	21,7	37.856
	Paraná	15	15.000		8.150
	S.Catarina	06	24.049		4.756
	R.G. do Sul	12	18.457		24.950
TOTAL		299	265.375	100	288.497

Total estimado pelas Colônias de Pescadores e Federação de Pescadores.
Fonte: Confederação Nacional de Pescadores – 1986.

Em termos de produtividade, segundo os dados de 1983, cada pescador artesanal teria capturado em média cerca de 1 tonelada/ano.

Segundo as regiões, a produtividade seria:

- Norte: 0,6 tonelada/ano
- Nordeste: 1,1 tonelada/ano
- Sudeste: 1,4 tonelada/ano
- Sul: 1,0 tonelada/ano

A maior produtividade seria a do pescador artesanal do Sudeste, com 1,4 tonelada/ano.

Organização social e institucional dos pescadores

Os pescadores artesanais-profissionais são organizados em colônias de pesca, criadas no início do século com a missão do cruzador José Bonifácio, a cargo do Comandante Frederico Villar, da Marinha de Guerra.

Apesar de seu caráter militar, de sua proposta assistencialista, autoritária e corporativista, possibilitou a organização dos pescadores em colônias, federações estaduais e confederação nacional. No entanto, são poucas as colônias dirigidas por pescadores, sendo muitos os presidentes provenientes de outras categorias como vereadores, atravessadores, profissionais liberais etc . . . que atrelam os interesses dos pescadores ao clientelismo local. Na maioria das vezes as colônias são entidades meramente assistencialistas e o último estatuto das colônias, aprovado em 1973, dificulta uma função produtiva creditícia e de comercialização do pescado dessas entidades.

Instituições como a Pastoral dos Pescadores, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Centro Josué de Castro, ambos de Recife-PE, tiveram um papel importante na conscientização e organização de base dos pescadores artesanais. Um dos pontos altos desse movimento foi a organização de protesto contra o desastre ecológico em 1982, provocado pelo despejo de milhares de toneladas de vinhoto provenientes das destilarias de álcool e que prejudicou sensivelmente as atividades de pesca ao redor da capital pernambucana. A Colônia Z-1 de Pina, localizada no centro de Recife, foi conquistada pela oposição depois de anos de interventoria. A partir daí outras colônias foram elegendo seus representantes de forma democrática e em 1984 a Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco teve sua diretoria eleita diretamente pelos representantes dos pescadores.

A partir de 1985-86 foi organizado o Movimento pela Constituinte da Pesca que realizou congressos nacionais em Brasília e outros encontros regionais. Pela primeira vez os representantes dos pescadores, muitos dos quais não eram presidentes de colônia, fizeram ouvir sua voz, discutindo livremente os temas de grande interesse para a categoria, tais como: a livre associação e sindicatos, o fim dos incentivos fiscais para as empresas, linhas de crédito ao pequeno produtor; o papel da mulher na pesca; a luta contra a poluição do litoral e dos rios; o fim da pesca predatória realizada pelos grandes barcos de arrasto em áreas de criação de peixes, crustáceos e moluscos; o fim da expulsão dos pescadores de suas praias pela especulação imobiliária; o reconhecimento do pescador como produtor responsável por uma grande parcela da produção nacional; preço mínimo; o fim da dependência em relação aos comerciantes; a extensão dos direitos trabalhistas e de seguridade social à categoria etc.

Nas várias reuniões, particularmente em Brasília, os representantes dos pescadores artesanais, escolhidos em suas comunidades para representá-los, enfatizaram a necessidade de serem ouvidos enquanto cidadãos e produtores, e não como uma categoria social a ser simplesmente assistida.

Uma das discussões que se torna relevante no momento é a própria validade atual das colônias. Oligarquias regionais vêm sistematicamente se opondo às diretorias representativas da categoria, como é o caso do Estado do Maranhão, onde pescadores líderes de chapas de oposição eleitos foram impedidos de tomar posse e ameaçados de morte.

Outro entrave à efetiva representatividade das colônias está relacionado à remuneração dos cargos de diretoria, visto que um pescador presidente de colônia não pode garantir a subsistência de sua família com o que recebe, dadas as pequenas contribuições dos associados, o que o leva a continuar pescando, não se dedicando plenamente às complexas atividades inerentes ao cargo.

A mobilização dos pescadores artesanais, a partir das bases, com as reivindicações econômicas, sociais e de cidadania, caracteriza a existência de um "movimento social", como inúmeros outros que apareceram nos últimos anos. É importante que a partir dele surjam novas instituições que corporifiquem os anseios desses milhares de pescadores. Como os trabalhos da Constituinte terminarão em futuro próximo é importante se garantir uma continuidade dessa mobilização que tem ameaçado a forma tradicional e imposta de colônias, federações e confederação.

Por outro lado, observa-se que à medida que o movimento pela Constituinte vai perdendo terreno, tende a ressurgir com força a figura do presidente não-pescador de colônias, federações e confederação, reforçando a estrutura não representativa ainda existente.

É evidente que a sobrevivência dos pescadores artesanais, enquanto categoria profissional requer uma **organização nova e independente** que só será alcançada por uma contínua mobilização dos pescadores. Daí a necessidade de novos estatutos que viabilizem uma organização efetivamente representativa.

Organização da pesca artesanal por regiões brasileiras *

A costa brasileira se divide em regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Região Norte

(do Cabo Orange até a Foz do Parnaíba)

Apresenta uma extensa plataforma continental, constituída por material sedimentar trazido pelo rio Amazonas. Suas águas são de grande produtividade e constitui-se numa das áreas mais promissoras para a pesca no Brasil. É uma área de extensos e ricos manguezais, e "reentrâncias" muito produtivas.

Das 9.843 embarcações existentes no Norte, 8.344 pequenas embarcações não são motorizadas, sendo que em muitas delas se utiliza a vela, tais como ("montaria", "reboque", "canoa"). Cerca de 1.499 embarcações artesanais são motorizadas (Sudepe-1983).

Os tipos de embarcações de pesca em pequena escala são de tradição índia e lusa: o "casco" (tipo de canoa), "a montaria", a "curiaca", o "bastardo", oigarité etc. Ao passo que estas são embarcações de pesca, as "geleiras" são embarcações de transportes de gêneros alimentícios e gelo, em geral de propriedade de comerciantes que compram o pescado dos pequenos pescadores. As espécies capturadas mais importantes são o camarão, a gurijuba, a piramutaba, a corvina, a dourada e o caranguejo.

Para a pesca do camarão, muito importante nos "furos" e "igarapés" (pequenos rios de maré), utiliza-se o "puçá de arrasto" e o "puçá de espera" (redes fixas). Também são muito utilizados os "currais" (armadilhas fixas).

Até 1970 quase toda a pesca da região Norte era artesanal, quando começaram a surgir as primeiras empresas de pesca dedicadas à captura da piramutaba e camarão para exportação.

Na pesca da piramutaba, em 1980, o setor artesanal capturou 4.259 toneladas e o industrial cerca de 16.576 (Sudepe). Após atingir um máximo de 28.829 toneladas em 1977 as capturas têm decrescido. A produção máxima sustentada foi calculada em 20,8 mil toneladas, limite já ultrapassado, revelando um regime de sobrepesca.

Já o camarão é outra pesca de importância capital na região, sendo as espécies mais comuns o rosa, o branco e o sete-barbas.

O GPE – Grupo Permanente de Estudos, do PDP/Sudepe, estimou a produção máxima sustentável em 8,4 mil toneladas para a área Brasil/Guiana Francesa. Na região toda, o potencial máximo sustentável não foi atingido, mas o aumento das atividades da pesca empresarial é significativo e a sobrepesca poderá advir em futuro próximo.

O potencial total de captura sustentada da região se situa entre 390.000 e 480.000 toneladas. Com uma produção média anual de 160.000 toneladas nos últimos 4 anos, somente cerca de 40% do potencial é explorado, revelando a existência de margem para o aumento de captura. Esse aumento poderá advir de pescadas, corvinas, bagres, tubarões, camarões de águas profundas etc.

Organização dos pescadores

Os pescadores estão organizados em colônias nas quais a filiação é obrigatória. Existem quatro colônias no Amapá e 44 colônias no Pará. Uma parte considerável dos presidentes de colônias não são membros da categoria, incluindo-se aí vereadores, comerciantes de pescado etc . . . Eles exercem um grande controle sobre os pescadores, fator limitante na solução dos problemas que afligem a categoria na região. Ultimamente, sob o efeito de ação de grupos não-governamentais (Igreja etc.), há um movimento de mudança da orientação de algumas colônias (por exemplo, Santarém, no Pará) com a realização de eleições para presidentes.**

A organização da produção artesanal se faz basicamente por dois sistemas: **o de "quinhão" ou "parte" e pelo "aviamento".**

Pelo sistema de "partes", o dono da embarcação e do equipamento recebe 50% da produção, sendo a outra metade repartida entre os pescadores.

* As regiões fisiográficas costeiras diferem das regiões administrativas sobretudo na região Norte, onde o Maranhão e o Piauí, pertencem à região Nordeste.

** V. neste número o artigo de Jean-Pierre Leroy, "O bote contra a geleira", sobre a Colônia de Santarém.

Pesca artesanal pode chegar a 140 mil t/ano no Maranhão

Desorganizada e sem infra-estrutura, a pesca artesanal, hoje, não rende mais de 70 mil t/ano. Os pescadores dependem dos intermediários, porque só eles, com suas geleiras, garantem a venda.

Encravado entre a umidade amazônica e a aridez do Nordeste brasileiro, o Maranhão é, hoje, um estado empobrecido. As fábricas de tecido, de beneficiamento de arroz, os engenhos de açúcar e os curtumes que marcaram a pujança do século passado, não existem mais. O turismo também fica prejudicado, porque, só em São Luiz, há 3.500 edificações históricas, praticamente em ruínas. Nos seus 640 quilômetros de costa recortada, moram três milhões de pessoas, exatamente a metade da população do Estado. Dessas, 800 mil têm nos barcos seu único meio de transporte e 350 mil vivem, indiretamente, da pesca. Este hábito, sim, continua intacto.

Ao todo, são 100 mil pescadores artesanais que, em condições subumanas, pescam, atualmente, 70 mil toneladas de peixe por ano. Este número poderia ser dobrado, com tranqüilidade, se as condições de trabalho, higiene e cultura fossem outras. De qualquer forma, só no ano passado, a atividade pesqueira recolheu, aos cofres públicos, Cz$ 100 milhões de ICM, contra um total de Cz$ 1 bilhão 322 milhões.

Dificuldades

O pescador artesanal, de um modo geral, não tem instrução. Aprendeu a pescar na época em que as crianças das cidades grandes vão para a escola. Mora nas reentrâncias da costa maranhense, no delta dos rios e na região dos lagos, que se espalham por 30 quilômetros quadrados. Adaptado à falta de luz e de água potável, amanhece com o olho no horizonte, à espera de uma geleira, que lhe traga mantimentos, tecidos, gás de cozinha e leve, para São Luiz, o produto de sua pesca. Na verdade, são essas geleiras, a única ligação que eles têm com a capital.

As geleiras são barcos movidos à vela ou a motor — em menor escala — que percorrem a costa recolhendo dos pescadores o que foi pescado, a preços irrisórios. Como ficam, em média, 15 dias fora de São Luiz, levam até três toneladas de gelo, para conservar o peixe arrecadado.

De volta, o desembarque do produto é feito no Portinho, um ancoradouro sujo e improvisado, onde chegam, diariamente, 12 toneladas de pesca. A grande maioria é de baixa qualidade, por causa da longa viagem e da gelagem deficiente. Na chegada, o pescado é exposto ao sol ou à chuva, no chão, sobre plásticos, à espera de compradores isolados ou intermediários. E este é um dos maiores problemas da pesca maranhense. Pesca-se e perde-se muito peixe.

Foto: Geraldo Kosinski

No Portinho, desembarcam, diariamente, 12 toneladas de peixe

Soluções

Foi esta realidade que motivou um projeto amplo de levantamento das dificuldades e busca de soluções para o aumento da produtividade da pesca artesanal. A FINEP, junto com o conselho Britânico e a Universidade Federal do Maranhão está empenhada nesta tarefa.

O primeiro passo seria a criação de fábricas de gelo nas localidades distantes. Nelas, o pescador pode armazenar o que pescou, sem risco de ver o produto deteriorar-se, e sem pressa de vendê-lo às geleiras. Isso, não só aumentaria a produção, como o preço do peixe, que não precisa ser comercializado imediatamente, porque, congelado, não perde a qualidade.

Com a presença dessas fábricas melhora o abastecimento, porque as geleiras não precisam esperar pela pesca, apenas recolhê-la para ser vendida em São Luiz. Transformam-se, então, em freteiras.

Há, também, necessidade de criar linhas de crédito que financiem embarcações maiores e melhores. Quanto aos pescadores — diz o inglês Richard Strid, que participa do projeto — "é preciso convencê-los da necessidade de pescar, manusear e estocar com cuidado, para que não haja perdas". Mas não se pode esquecer que o pescador é um cético. Nada o convence a não ser a prática, porque não foi "de ouvido" que ele aprendeu a dominar o mar.

Vera Marina,
de Raposa, Maranhão

Reprodução

O mais importante é, sem dúvida, o sistema de **aviamento,** pelo qual o patrão de pesca, em geral absenteísta adianta ao pescador os gêneros alimentícios para o consumo durante a viagem e também o da família que fica em terra. Os pescadores por seu lado se comprometem a entregar toda a produção a um preço estipulado, bem abaixo do preço do mercado. Nesse sistema, os pescadores ficam totalmente dependentes do financiador.

Em muitos lugares são os donos de "geleiras", barcos de transporte de gelo e mantimentos, hoje em grande parte motorizados, os que compram o pescado. Eles também adiantam aos pescadores tanto os gêneros alimentícios, como o capital e instrumentos de pesca.

A comercialização

Os pescadores artesanais, sobretudo os que vivem distantes das cidades são totalmente dependentes dos intermediários ou atravessadores. No Pará, o peixe comprado pelo "geleiro" é revendido ao "balanceiro" que o revende ao "retalhista" para

aí chegar ao varejo. Com o advento das estradas, comerciantes das cidades assim como empresas de pesca enviam seus caminhões às praias para a compra do pescado. Essa evolução é mais recente, com o surgimento das empresas de pesca nas décadas de 60 e 70. As empresas de pesca que se concentram em Belém chegam a financiar o óleo combustível das embarcações artesanais motorizadas, em troca da preferência na compra do pescado. Alguns mercados regionais são importantes na comercialização do pescado, como o Ver-o-Peso, em Belém e o de São Luís.

Waldo César

Tirando o sarnambi da concha.

A fragilidade do sistema de armazenamento a bordo, transporte e comercialização são responsáveis por uma margem de perda ou deterioração do produto muito alta.

Para melhorar o sistema de comercialização a Sudepe planejou e está executando um programa de construção de entrepostos de pesca em Belém e em São Luís, com financiamento do BID. O programa prevê também a construção de entrepostos intermediários em alguns pontos da costa, bem como o financiamento de embarcações e petrechos de pesca. O entreposto central de São Luís foi somente iniciado, sendo mal localizado entre os pontos da Alcoa e da Cia. Vale do Rio Doce, o que o torna vulnerável à poluição pesada. A construção se encontra parada e, pelo tipo de pier, será de pouca utilidade para as pequenas embarcações artesanais. Os oito terminais satélites, a serem implantados em centros importantes de pesca artesanal, como Cururupu, Carutapera nunca foram sequer iniciados. Esses terminais satélites deveriam abastecer o Entreposto Terminal de São Luís (Posto Grande). Essa função pretende agora ser preenchida por uma firma particular (Santa Ana Pescados S/A) implantada em Carutapera/Guimarães. Esta instalou postos de compra de pescado nas praias e seus encarregados adiantam o "rancho" (alimentação), petrechos de pesca e dinheiro em troca da venda do pescado capturado pelos pescadores artesanais.

Além dos problemas comuns à pesca artesanal, como a dependência do intermediário, falta de organização representativa de seus interesses, os pescadores artesanais estão se defrontando com um novo problema: a poluição dos rios, em particular por agrotóxicos e mercúrio provenientes da mineração do ouro e a degradação dos **habitats** pelos grandes centros minerometalúrgicos recém-instalados na região.

Ainda que essa degradação se encontre em fase inicial, com a instalação de pólos minerometalúrgicos (vide Alcoa em São Luís; Alumar, no Pará) as perspectivas são extremamente negativas. Além dos dejetos sólidos e líquidos extremamente tóxicos (lama vermelha) a implantação desses complexos industriais em águas litorâneas (estuários, baías fechadas) está levando a uma degradação rápida dos manguezais, **habitats** essenciais para a criação de camarões, caranguejos etc. A expulsão de milhares de pescadores de suas terras, na ilha de São Luís para a implantação dos vários projetos minerometalúrgicos (portos, instalações industriais) privou esses produtos de seus meios tradicionais de existência. Além disso, esses projetos causaram danos irremediáveis à saúde das populações de comunidades pesqueiras, como as de Coqueiro e Igaraú, em São Luís, com queimaduras provenientes das emissões de fluoretos etc.

Região Nordeste
Produção e tecnologia

A região costeira do Nordeste se inicia na Foz do Parnaíba (Piauí), prolongando-se até Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Ela apresenta uma plataforma continental estreita, com fundos ocupados em grande extensão por recifes de algas calcáreas e corais. Devido ao tipo de fundo, as técnicas de arrasto são limitadas. É uma região de grandes praias de areia cobertas de coqueirais, de clima semi-árido, com ventos bastante regulares. A costa é pouco recortada e raramente oferece abrigos seguros para embarcações. A partir do Cabo Calca-

nhar (RN) começam a aparecer recifes, que acompanham paralelamente a costa até as proximidades do Recôncavo Baiano.

Condicionado por essa geografia, o homem desenvolveu uma embarcação extremamente adaptada ao meio: a jangada. De fabricação simples (construída com toras de piúba e movida à vela), a jangada tem boa estabilidade, facilidade de encalhe em qualquer praia desabrigada e possibilidade de passar por cima das barreiras de recife. Recentemente, a dificuldade em se encontrar madeira para sua construção tem colocado limites à sua reposição. Os principais tipos são: "jangadas de alto", as maiores, são utilizadas para a captura de pescado de primeira na margem do talude continental; os "paquetes", jangadas menores, que operam aquém do talude na procura de peixe de segunda ou lagosta; os "botes", jangadas ainda menores (de quatro toras), são utilizadas na pesca junto à costa, com redes, linhas de mão ou covos. Ainda na região existe uma grande variedade de embarcações, como as canoas utilizadas em lagunas e estuários, botes à vela e botes motorizados etc.

As espécies de maior importância para a pesca artesanal são a lagosta, cavala, serra, pargo e cação. Nos últimos cinco anos, o volume de produção total de pescado no Nordeste esteve por volta de 200.000 toneladas anuais. Como o potencial sustentado é estimado entre 215 e 295.000 toneladas, pode-se dizer que a produção atual está alcançando esse limite, havendo poucas possibilidades de grandes aumentos de produção. Algumas espécies que poderiam apresentar um aumento reduzido são: o peixe-voador, pequenos pelágicos, atuns, polvos, lulas e cangulos.

A pesca artesanal é de importância fundamental para a região, pois em 1982 representava mais de 80% da produção total. A pesca industrial se concentra na lagosta e pargo.

Existem 78 empresas de pesca nos estados acima citados (1984), representando 24% do total de indústrias pesqueiras do Brasil. Dessas, 25 estão no Estado do Ceará e 14 em Pernambuco. Tanto a pesca do pargo quanto a da lagosta já atingiram a produção máxima sustentável.

A pesca artesanal explora a pesca costeira, a de plataforma e a estuarina.

A produção nos estuários, baías, lagunas, recifes, é conseguida valendo-se de armadilhas fixas como cercos, arrastões de praia, linha e espinhel. As espécies mais capturadas são as tainhas, bagres e caranguejos. Em alguns estados ocorre um tipo especial de pesca, a dos "viveiros", forma incipiente de agricultura na qual os peixes são confinados em cercados para engorda e pescados posteriormente. Apresentam alta produtividade (cerca de 1 tonelada por ha) e necessitam de pequenos investimentos. Estão porém ameaçados pela poluição e degradação ambiental. Uma outra técnica é a da "caiçara", encontrada nas lagunas de Mundaú e Manguaba, em Alagoas, onde galhos são depositados no fundo para atrair peixes que aí se criam e posteriormente são pescados. Entre as espécies estuarinas merece destaque o caranguejo-uçá capturado sobretudo em Sergipe, Pernambuco e Bahia: serve de meio de vida ou complementação de renda para um grande número de pescadores pobres e suas famílias.

A pesca costeira e de plataforma explora os ecossistemas de alta maturidade e baixa produtividade da plataforma continental. Jangadas e saveiros exploram esses domínios afastados da costa. Os principais peixes capturados são a cavala, o serra, o voador, peixe-agulha (pelágicos), todos à linha. Entre os demersais estão o pargo, a garoupa, o cherne etc., além da lagosta.

Waldo César

Porto de Mocagetuba, Ilha de São Luís, MA — maio/88

Organização dos pescadores

A organização da produção varia segundo a região e o tipo de pesca. No Ceará, por exemplo, na pesca da jangada é o dono quem faz a "armação", fornecendo a isca e o gelo (quando é o caso). Os pescadores pescam em "linha separada" ou "ponta solta", cada um trabalhando para si e marcando o peixe com um sinal de propriedade. A tripulação é constituída de três a quatro pescadores que vendem a produção ao dono da jangada ou a um atravessador que em geral tem outros negócios (bar, plantação de coco etc.). Quando vendem a um "marchante", este em geral financia a produção, adiantando o "rancho" e os equipamentos de pesca. Há outras formas de divisão do produto em outras pescarias: **de meia** em que cada pescador dá a metade da captura ao dono da embarcação que fornece os "arreios" de pesca, bem como o "ran-

cho". Na pesca da caçoeira, 10% da produção vão para o dono do barco e os outros 90% são divididos à meia entre o dono da rede e os pescadores. Na pesca de currais, o "dono" monta e mantém a armadilha ao passo que o "pescador" recebe 1/4 da produção.

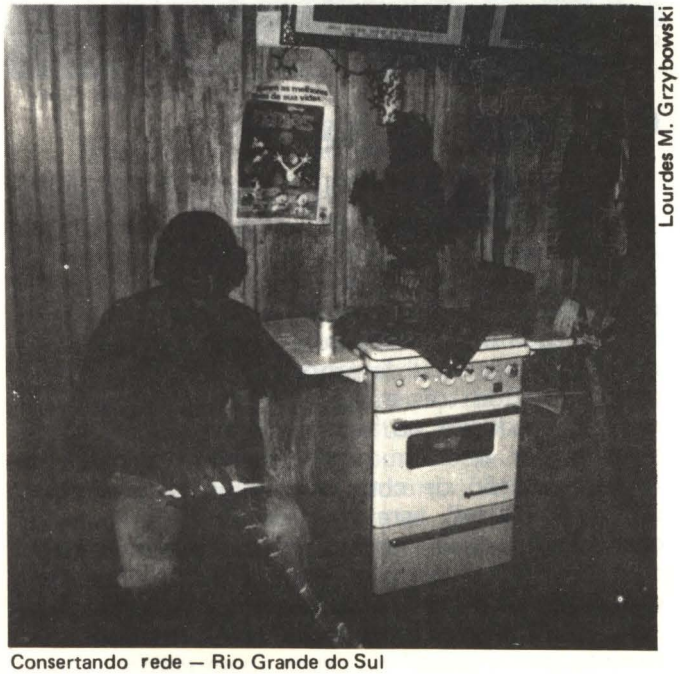
Já no Rio Grande do Norte, onde cerca de 70% da pesca é artesanal, o circuito de comercialização dessa pesca é longo, incluindo seis atravessadores. Os "marchantes" e "pombeiros" (comerciantes locais) financiam os pescadores e suas famílias, criando uma extrema dependência. Uma grande parte dos pescadores não possui embarcações e equipamentos próprios, sendo obrigados a pescar em barcos alheios. Um grande número de proprietários não participa da pesca.

Também em Pernambuco o número de pescadores que possuem embarcações é baixo, sendo obrigados a trabalhar para os proprietários.

Os intermediários ali são também donos de mercearias e proprietários de negócios vários que revendem o pescado. Cria-se um circuito de dependência, no qual o intermediário financia o pescador e sua família na entressafra.

Principais problemas encontrados

Além das limitações sérias ao aumento da produção anteriormente mencionadas, o que causa a importação de pescado de outras regiões (30.000 toneladas/ano só em Pernambuco) os pescadores artesanais são em geral descapitalizados, dependendo dos intermediários. É uma região em que se verificam intensos conflitos entre a pesca artesanal e a empresarial, sobretudo na pesca da lagosta.



Lourdes M. Grzybowski

Consertando rede — Rio Grande do Sul

Além disso a rápida urbanização, a especulação turística desenfreada e a localização de pólos industriais em estuários e outros ecossistemas ricos têm levado a uma queda da produtividade natural desses ecossistemas e da própria pesca. Alternativas como a maricultura litorânea estão ameaçadas pela poluição das águas. Uma fonte muito grave de poluição desses ecossistemas são as usinas produtoras de álcool que liberam o vinhoto, grande parte do qual é lançado diretamente em estuários. Esse fenômeno é grave em estados como Pernambuco e Alagoas. A exploração petrolífera **off-shore** também acarreta riscos sérios no litoral de Sergipe e Bahia. Por outro lado, lagunas de alta produtividade natural, como as de Mundaú e Manguaba (Alagoas), bem como baías importantes, como a de Salvador, estão sendo ameaçadas pelo lançamento de resíduos tóxicos em suas águas.

Região Sudeste - Sul

(de Cabo Frio até o Chuí)

Produção e tecnologia

Dadas certas características oceanográficas e culturais comuns, as regiões Sudeste e Sul foram englobadas em uma única região. A plataforma continental volta a ter fundos de lama, permitindo operações de arrasto em maior parte de sua extensão. No Sul do Brasil aparece a Corrente das Malvinas, criando uma convergência tropical responsável por um aumento considerável da produtividade natural.

A região Sudeste (Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo) apresenta uma produção máxima sustentável de 275 a 300.000 toneladas/ano, sendo que em média nos últimos anos a produção já atingiu cerca de 280.000, havendo já o perigo de sobrepesca. Na região Sul, a produção máxima estimada é de 555 a 665 mil toneladas/ano, com uma produção de 254.000 em 1984. Na região Sul há, portanto, possibilidade de aumento da captura, mas sobretudo para a pesca empresarial/industrial. Estima-se que um aumento de captura possa se basear em pequenos pelágicos, cações e tubarões, bonitos e afins. Essa região é responsável por mais de 60% da captura nacional.

Do Rio de Janeiro para o Sul, a pesca artesanal perde em importância relativa para a pesca empresarial/industrial, responsável esta por cerca de 67% das capturas. Isso se deve não somente a fatores oceanográficos e biológicos (facilidades de arrasto, grande biomassa de peixes pelágicos) como aos incentivos concedidos à pesca empresarial pela Sudepe a partir de 1967. As regiões Sudeste e Sul absorvem mais de 90% da totalidade dos incentivos fiscais.

Os principais estoques explorados pela pesca artesanal são os de camarão (branco e sete-barbas), os cações, as tainhas e paratis, pescadas, bagres, manjubas, corvinas etc. Dos estoques explorados pela pesca artesanal, somente o camarão sete-barbas teve sua produção máxima sustentável estimada. Pelos estudos do GPE-Camarão (Grupo Permanente de Estudos-Sudepe), essa espécie está em estado máximo de explotação e não se deve aumentar o esforço de pesca.

Nas regiões Sul e Sudeste se encontram os dois maiores complexos estuarinos do país: o de Iguapé-Paranaguá, em São Paulo e Paraná e o da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Além disso há outras regiões estuarinas menores espalhadas pela região.

Apesar de não terem sido feitos estudos do potencial pesqueiro próprio para a pesca em pequena escala, os pescadores se queixam da contínua diminuição dos estoques. Alguns estudos apontam, porém, para a possibilidade de ser a má utilização dos recursos litorâneos mais prejudicial que o aumento do esforço da captura em si. A pesca artesanal tradicional opera dentro dos limites impostos pelo meio ambiente, tanto devido ao baixo esforço de pesca quanto à existência de regras de controle de pesca mantidas pela própria tradição do grupo social. A entrada no setor pesqueiro de grande número de pescadores vindos de outros setores sociais e de outras áreas de pesca desestruturou a atividade tradicional, rompendo o equilíbrio entre a explotação e a capacidade de reposição dos estoques dos ecossistemas. Do mesmo modo, certas exigências do mercado, centradas em certas espécies de alto valor tiveram idêntico resultado.

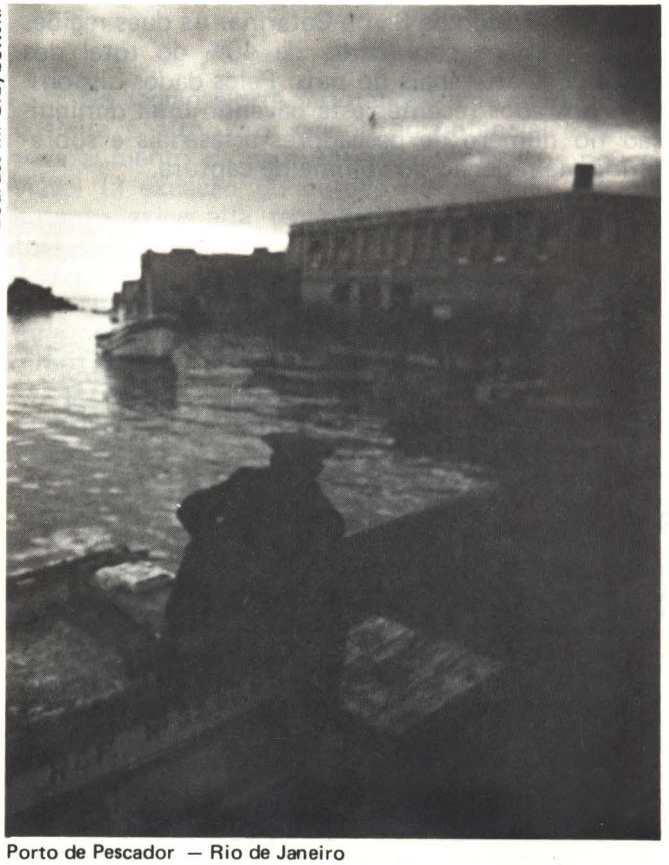
Angra dos Reis: pesca predatória e poluição ameaçam a fauna marinha

A pesca artesanal está ameaçada de extinção na baía da Ilha Grande, onde está Angra dos Reis. Somente em alto-mar a pesca é compensatória, o que depende de barcos e equipamentos de que o pequeno pescador não dispõe. Os motivos são conhecidos, porém as autoridades nada fazem ou fazem tão pouco que o processo de destruição aumenta dia a dia. A pesca predatória, principalmente o arrasto do camarão fora de época e junto à costa, em locais de criadouros, é um dos motivos. Os outros são o aterro sistemático de manguezais por empreendimentos imobiliários e a crescente poluição do mar por esgotos não tratados. A pesca predatória, revolvendo todo o leito do mar, influi diretamente no extermínio de outros peixes. Os pescadores se queixam, e nem todos compreendem a origem do problema, atribuindo à vontade de Deus a queda da produção. E a fiscalização não existe praticamente: a Sudepe conta com um fiscal, enquanto existem 115 barcos registrados para a pesca de camarão e 125 traineiras para a sardinha.

(*Jornal do Brasil*, 6-12-87)

Além disso, uma grande parte dos estuários apresenta problemas sérios de degradação ambiental, como por exemplo, a Lagoa dos Patos, em cujas proximidades se encontra o Pólo Petroquímico do Sul, inúmeras indústrias químicas de papel e celulose, curtumes etc.

Lourdes M. Grzybowski



Porto de Pescador — Rio de Janeiro

Organização da produção e tecnologia

A região Sudeste apresenta um número reduzido de embarcações artesanais (2.855) registradas, cerca de 6% do total do país, sendo que 30% delas são motorizadas (a maior porcentagem do país). Já a região Sul apresenta 16.744 embarcações, das quais somente 3,5% são motorizadas. Essas embarcações não-motorizadas operam sobretudo em ambientes estuarinos.

Nessa região existe também um setor artesanal bastante dinâmico, constituído por pescadores de origem açoriana que utilizam canoas de boca-aberta e baleeiras (embarcações sem convés utilizadas principalmente em Santa Catarina) e se dedicam sobretudo à pesca do camarão sete-barbas.

Enquanto que na zona costeira, as embarcações motorizadas se utilizam de pequenas redes de arrasto para camarão e redes de espera para peixes, nas zonas litorâneas de estuários existe uma grande variedade de aparelhos fixos (cercos) e móveis (tresmalhos, arrastos de praia, redes de emalhar, tarrafas, curricos etc.).

Organização dos pescadores

Na região Sudeste existem aproximadamente 47.000 pescadores artesanais, dos quais a metade reside no Estado do Rio de Janeiro. Na região Sul o número é de 57.000, sendo que a metade deles reside no Estado de Santa Catarina. As duas regiões juntas contam com cerca de 40% do total dos pescadores artesanais do país. Pelos dados disponíveis, nos anos recentes está havendo uma diminuição no número de pescadores artesanais e sobretudo uma redução do volume de captura.

Waldo César

Ilha de Itamaracá – PE – maio/88

Organização da pesca

Existe uma variedade de processos de distribuição da produção entre os parceiros e proprietários de equipamentos que participam da pesca. Na pesca motorizada, descontados os gastos de rancho, gelo e óleo, a produção é repartida pela metade entre o dono dos equipamentos de pesca e os camaradas. Já na pesca lagunar, um dos sistemas tradicionais aloca um terço para os camaradas e dois terços para o dono dos equipamentos de pesca, quando este participa da captura. Além desse sistema existem variações de partilha determinadas pelo tipo de pesca, relações com empresas e indústrias financiadoras da produção.

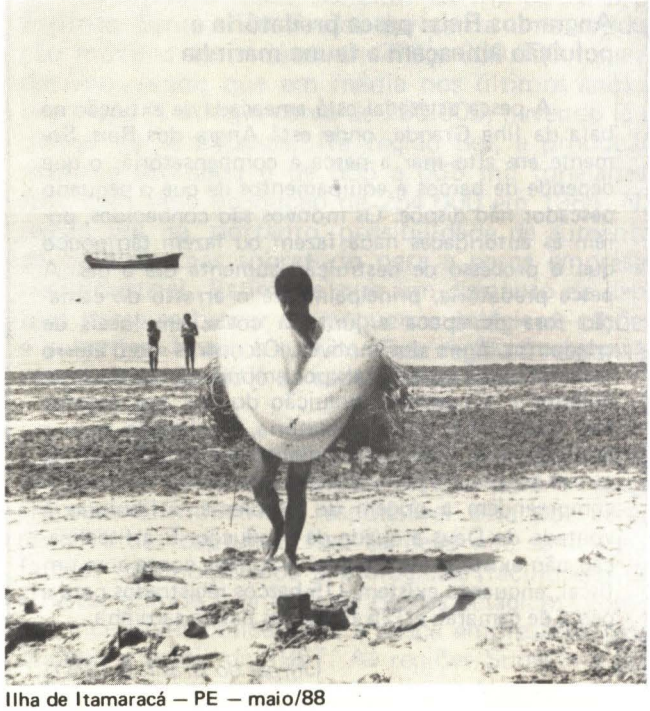
O sistema de comercialização tem se modificado muito nos últimos anos com a proliferação de empresas que compram a produção dos pescadores através de filiais situadas em entrepostos de pesca. Em alguns casos ainda persiste a figura do comerciante comprador do pescado e financiador da produção.

Ilha de Itamaracá – Pernambuco – maio/88

Iniciou-se há pouco tempo atrás uma experiência pioneira de produção e comercialização comunitária de pescado, em Santa Catarina: os condomínios pesqueiros, assessorados pela ACARPESC, empresa de extensão pesqueira estadual. Infelizmente, por motivos de organização, essas experiências não se expandiram.

Além dos problemas comuns às outras regiões, sobressai nas regiões Sudeste e Sul o processo de expulsão dos pescadores artesanais de suas praias pela especulação imobiliária, a degradação da costa pela expansão urbano-industrial e os conflitos com os barcos das empresas de pesca que costumeiramente arrastam a menos de 1.5 milha da costa, o que é proibido por lei.

A diminuição dos recursos pesqueiros da área tem intensificado certos conflitos entre os próprios pescadores artesanais. Isso ocorre, por exemplo, na Lagoa dos Patos (RS) onde na safra do camarão, milhares de pescadores artesanais de Santa Catarina se deslocam para o Rio Grande do Sul causando, freqüentemente, conflitos com os pescadores locais.



Ilha de Itamaracá – PE – maio/88

Principais obstáculos ao desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil

Como foi visto no capítulo anterior, é difícil e mesmo impossível se generalizar os problemas e entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal num país com dimensões continentais como é o Brasil. Aliás, como veremos, uma das grandes falhas da Sudepe foi tentar homogeneizar soluções aplicáveis em todos os estados e regiões litorâneas brasileiras. Ainda que existam alguns problemas comuns às comunidades de pescadores artesanais em todo o Brasil, – como a falta de serviços básicos, conflitos fundiários, estrutura injusta e inadequada de comercialização, a falta de organização dos pescadores, seja a nível da captura ou da comercialização –, a diversidade regional e mesmo local, exigem soluções diferenciadas.

Em que nível essas soluções devem ser procuradas? A nosso ver, os diagnósticos devem ser feitos a **nível regional,** mas com um detalhamento a nível **microrregional** ou mesmo a nível de **ecossistema litorâneo, de superfície significativa,** por exemplo, um ecossistema estuarino. Na verdade, as comunidades de pescadores se agrupam em torno desses ecossistemas tendo em vista sua exploração. A distribuição espacial das comunidades de jangadeiros do Ceará ou Rio Grande do Norte é estruturada a partir da distância relativa dos principais "pontos de pesca". Já as comunidades pesqueiras dentro de uma laguna ou estuário têm uma outra configuração espacial pois aí não é somente a pesca que define sua localização, mas também a existência de terras para a agricultura de subsistência etc.

A nível regional é possível sumariar os entraves ao desenvolvimento da pesca artesanal segundo uma certa hierarquia ou importância dos entraves.

O Quadro IV pretende organizar e hierarquizar as limitações que existem ao desenvolvimento do setor artesanal por região.

A primeira questão é de ordem natural, isto é, do potencial para a **expansão das atividades de produção artesanal.** A única região que não apresenta restrições maiores para a expansão da produção é a Norte: Amapá, Pará (incluindo-se Maranhão e o Piauí e o Estado do Amazonas para a pesca interior). No Quadro IV estão assinaladas as principais limitações existentes na região Norte para a expansão dessa produção: insuficiência de infra-estrutura de desembarque (alta), de meios de armazenamento (alta), de organização dos pescadores (alta), de tecnologia (alta), de tamanho de mercado interno (alta), de capital (alta).

Na região Norte o potencial para maricultura costeira é alto, mas devido ao potencial elevado para aumento da captura essa alternativa é pouco viável (à exceção do cultivo do camarão que no entanto exige alta tecnologia e altos investimentos).

Na região Nordeste, o potencial de aumento de produção pesqueira artesanal é baixo, pois como vimos anteriormente a produção máxima sustentável já foi praticamente atingida, restando poucas espécies e ecossistemas em que o esforço de pesca pode ser incrementado. Os maiores obstáculos a um manejo de pesca são: conflitos com a pesca empresarial/industrial (alta), sobrepesca (alta), insuficiência dos meios de armazenamento/conservação (alta), limitação de acesso ao capital e meios de produção (alta), falta de organização dos pescadores em vista de redução da dependência (média/alta), comercialização.

QUADRO IV.
Limitações e restrições para o desenvolvimento da pesca artesanal

Limitações e restrições	Regiões			
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
Expansão da captura	baixa	alta	alta	méd./alt.
Infra-estrutura: desembarque/armazenamento	alto	médio	baixo	baixo
Nível de organização dos pescadores	baixo	médio	médio	alto
Nível de degradação ambiental	baixo	alto	alto	alto
Intensidade de explotação dos estoques	baixa	alta	média	alta
Nível de conflitos com a pesca empresarial	médio	alto	alto	alto
Empregos fora da pesca	baixo	baixo	médio	médio
Tecnologias para captura	alta	média	baixa	baixa
Assistência técnica	alta	média	média	baixa
Força de trabalho	média	baixa	méd./alt.	baixa
Nível de acesso ao crédito	baixo	média	médio	alto

Em apenas algumas regiões do Nordeste, bem localizadas, o aumento de produção é possível, como o Sul da Bahia (Belmonte, Caravelas etc.).

Na região Nordeste, o potencial para maricultura costeira é elevado em ecossistemas não degradados (certas áreas do Rio Grande do Norte, Sul de Alagoas, Sul da Bahia) mas é baixo em ecossistemas

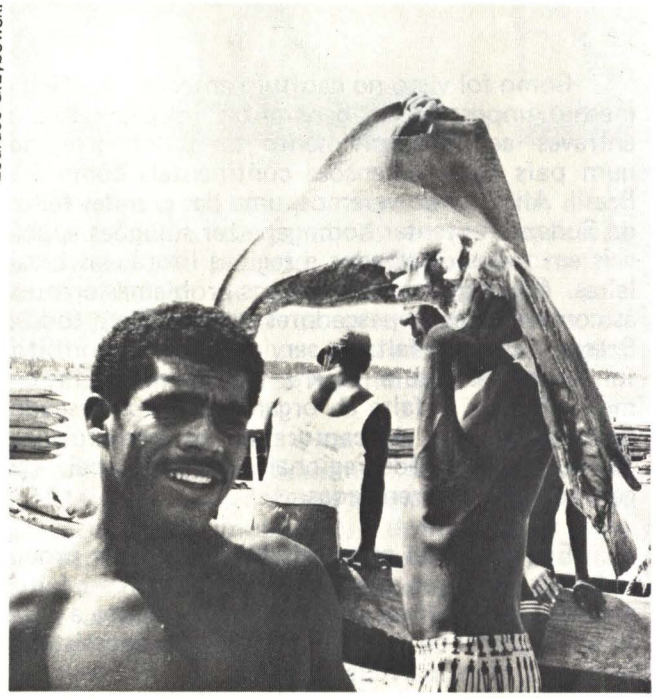
estuarinos comprometidos pela degradação ambiental presente ou que virão a ser num futuro próximo (ex.: regiões metropolitanas de Salvador, Vitória).

Na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná) o potencial para aumento da captura é **baixo**, havendo poucas possibilidades de aumento real da captura. Em determinados ecossistemas estuarinos ricos, como o de Iguapé e Paranaguá, acréscimos limitados de produção são possíveis. À semelhança do Nordeste, mas em menor grau, trata-se mais da implantação de sistemas de manejo pesqueiro que do aumento físico da produção. A região apresenta por outro lado um bom potencial para maricultura de águas litorâneas, que está sendo limitado pela crescente degradação ambiental.

As principais limitações ao desenvolvimento do setor artesanal são: crescente degradação ambiental (alta), conflitos com a pesca industrial/empresarial (alta), conflitos de posse de terra/praia (alta), limitações da força de trabalho (média/alta), falta de organização dos pescadores (média/alta), comercialização.

Na região Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), o potencial de aumento da captura é médio/baixo, sendo prioritário o manejo integrado dos recursos pesqueiros utilizados pela pesca artesanal. As principais limitações são: degradação ambiental (alta), perigos de sobrepesca (alta), conflitos com a pesca empresarial/industrial (alta). Em comparação às outras regiões o potencial para maricultura é médio/baixo, sendo o principal fator limitante a degradação ambiental crescente.

Lourdes Grzybowski



Estratégias e políticas atuais de desenvolvimento da pesca artesanal

Nesta seção analisaremos as estratégias estabelecidas pelos órgãos governamentais responsáveis pelo setor, em particular a Sudepe, a partir de 1962, data de sua implantação.

A única tentativa de se estabelecer estratégias para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal foi realizada pela Sudepe, através do PESCART (Plano de Assistência à Pesca Artesanal), em 1973. Com o estabelecimento da Nova República, em 1985, e a preocupação (muitas vezes somente retórica) do novo governo em reorientar a economia, seria de se supor que também a Sudepe reformulasse seus objetivos, suas prioridades, suas estratégias e instrumentos de política. Na verdade, isso ainda não ocorreu, apesar do esforço de grupos de técnicos da própria instituição (vide documento: "Análise e proposições para a política de pesca artesanal", PDP, COEXT, 1984).

A movimentação dos pescadores artesanais, as grandes concentrações em Brasília (Congresso de Pescadores Artesanais), e em alguns estados visando sua participação na Constituinte foi feita por outras instâncias (Confederação dos Pescadores, organizações não-governamentais), em grande parte à revelia da própria Sudepe.

Pelo acima exposto, consideramos que nos últimos dois anos **não** houve mudanças substanciais da política da Sudepe em relação à pesca artesanal.

Características básicas das políticas vigentes

a) O que caracterizou a Sudepe nos últimos 20 anos (1967–87) no que diz respeito à política pesqueira é a **prioridade** ao setor empresarial/industrial, com a política dos incentivos fiscais estabelecidos pelo Decreto-Lei 221, de 1967. Ignorando a existência de um importante setor artesanal e de pequenos armadores, a Sudepe optou pela formação de empresas de pesca, com empresários freqüentemente alheios ao setor pesqueiro. Tal mode-

lo, intensivo em capital e tecnologia, teve resultados medíocres, explorando intensamente os limitados recursos pesqueiros tropicais, acarretando a sobrepesca de inúmeras espécies (piramutaba, camarão, lagosta) destinadas à exportação.

b) A pesca artesanal, entre 1967-77, havia recebido somente 12% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através dos incentivos fiscais.

c) A pesca artesanal acabou sendo reduzida a fornecedora seja de força de trabalho barata, seja de produção de pescado às empresas de pesca.

d) Na necessidade de recuperar rapidamente os investimentos feitos, as empresas de pesca do Sul e Sudeste não somente invadiram áreas tradicionalmente explotadas pelos artesanais criando inúmeros conflitos como também, uma vez esgotados os cardumes dessas áreas, se deslocaram para a região Norte, repetindo a devastação dos recursos pesqueiros destinados à elaboração de produtos de exportação.

e) O PESCART, criado em 1973 para "compensar" a pesca artesanal, também teve efeitos reduzidos. O plano baseava-se na necessidade da "modernização tecnológica", da concentração de recursos, na eliminação do paternalismo, na integração dos programas assistenciais e na inter-relação entre a pesca artesanal e industrial.

O motor do PESCART era a "assistência técnica" prestada por engenheiros de pesca, a maioria dos quais reduzia o "desenvolvimento à introdução de novas técnicas de captura e processamento do pescado. Essas "inovações" tecnológicas tinham falhas principais: nem sempre eram necessárias, pois o problema não era aumento da produção e produtividade, mas sim os baixos preços pagos ao pescador pelo sistema injusto de "intermediação"; os equipamentos propostos freqüentemente fugiam das possibilidades financeiras de adoção pelos pequenos pescadores, sendo controlados pelos comerciantes e donos de empresa; não levaram em conta o contexto sócio-cultural e o sistema de poder reinante nas comunidades pesqueiras.

A "eliminação do paternalismo" também não foi alcançado pois o processo educativo utilizado pela extensão pesqueira em que o extensionista é o emissor e o pescador, um receptor passivo, não permitiu uma real participação do pescador no desenvolvimento. Não se propondo ou não podendo corrigir os vícios do paternalismo que marcam as "colônias de pesca", quase sempre controladas pelo clientelismo político, o discurso da "participação" acabou caindo no vácuo (PDP, 1984).

A integração entre a pesca empresarial e a artesanal acabou sendo conseguida na prática, sempre em prejuízo dos pequenos pescadores fornecedores de força de trabalho e produtos baratos às indústrias.

f) Nas políticas de apoio à produção e comercialização, repetiram-se as falhas da política global. Os entrepostos, postos de recepção do produto, estruturas de armazenamento etc., tiveram pequeno impacto no aumento da renda dos pescadores artesanais, pois muitos deles acabaram sendo manipulados pelos "atravessadores" e comerciantes, seja porque não se adaptaram às condições de produção artesanal, seja porque os pescadores artesanais, dado o baixíssimo nível de organização, não tinham como administrar tais instalações.

As experiências de organização de cooperativas para pescadores artesanais têm sido um fracasso até hoje, por razões conhecidas, como as dificuldades de administração, falta de recursos, falta de organização dos produtores etc. Uma cooperativa que funciona até hoje, a Nipo-Brasileira, de Santos, é uma associação de pequenos e médios armadores, em que grande parte do produto beneficiado se orienta para a exportação. O Programa de Cidades de Porte Médio do Banco Mundial também implantou algumas cooperativas, como a Cooperativa de Pesca de Porto Belo, em Santa Catarina, que de início funcionou bem, mas depois se transformou numa transportadora de pescado entre aquele estado e centros consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro. Uma outra cooperativa que ainda sobrevive, mas com grande dificuldade, é a de Angra dos Reis, reunindo pequenos pescadores de sardinha. Chegou a ter mais de 100 associados, mas hoje conta com somente 16 e atravessa grandes dificuldades financeiras.

O Programa BID/Sudepe, na década de 70, propôs criar cerca de 30 cooperativas, dando ênfase ao Estado do Maranhão. As infra-estruturas de algumas delas, compostas de fábricas de gelo, câmaras de armazenamento etc. foram implantadas no Estado do Rio Grande do Norte para atender os pescadores artesanais. No entanto, até hoje estão inutilizadas e nunca foram assumidas pelas comunidades, pois foram criadas de cima para baixo, sem nenhuma participação e formação dos pescadores.

g) Na política de preços houve uma tentativa de se introduzir preços mínimos que garantissem uma remuneração mínima ao produtor. A implantação dessa política se restringiu ao Sul e Sudeste (basicamente Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e marginalizou os pescadores artesanais, pois somente se faziam estoques com produtos finais elaborados e congelados, o que foge às possibilidades da pequena pesca.

h) O crédito, que poderia ser um instrumento eficaz na implementação de políticas adequadas de desenvolvimento da pesca artesanal, acabou dando resultados medíocres, mesmo com a introdução da Propesca (programa do BID). O financiamento de

embarcações, motores e equipamentos de pesca foi feito de maneira aleatória e freqüentemente, por clientelismo político, beneficiou armadores pequenos e médios em detrimento dos pescadores artesanais.

Mesmo com a linha de crédito denominada Propesca, o número de pescadores artesanais beneficiados foi pequeno. Nos outros esquemas, a falta de garantias reais, os limites de financiamento, em função da renda, contrastando com o alto preço dos aparelhos de pesca etc. impediram uma capitalização maior do setor.

Em algumas regiões do país, com empréstimos conseguidos junto ao BID, estabeleceu-se um programa de crédito que beneficiou preponderantemente os Estados do Maranhão (15% dos recursos totais), Pará (10%), São Paulo (12%), Bahia (8%), Rio Grande do Norte (5%). Foi possível financiar um certo número de embarcações, motores e petrechos de pesca, mas gastos menores e às vezes mais essenciais como a reforma de embarcações, instrumentos de trabalho etc . . . não eram contempladas pelo programa com prioridade.

O projeto financiado pelo Banco Mundial chamado Nordestão, através do Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR) visa financiar atividades econômicas de grupos de até 10 famílias. As atividades (reforma de colônias, compra de equipamentos) podem ser propostas em grupo de famílias, assessoradas por extensionistas rurais. Uma vez aprovado o projeto, o cheque, contra-assinado pelo presidente da colônia ou outra autoridade local, é passado diretamente ao chefe do grupo. A idéia é boa, mas dada a pouca organização dos pescadores artesanais, a aprovação do crédito acaba passando pelo clientelismo dos poderes locais tradicionais.

i) **Aqüicultura:** os esquemas de crédito e financiamento foram dirigidos fundamentalmente para a aqüicultura intensiva de camarão, em escala empresarial e, portanto, totalmente fora do alcance das comunidades de pescadores artesanais.

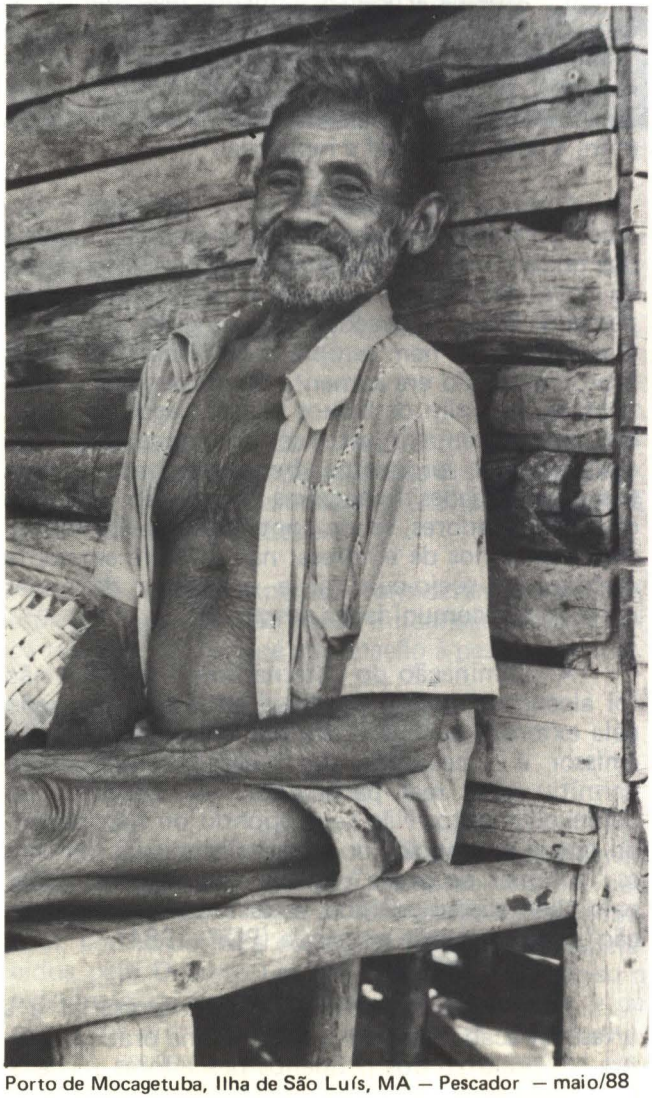
j) **Fiscalização:** apesar da existência de um sem-número de portarias regulamentando a pesca, sua aplicação efetiva é falha por uma série de razões, como a falta de fiscais, falta de meios para coibir pescas predatórias, em particular as das frotas empresariais. Por outro lado, a introdução de medidas de regulamentação da captura é feita sem se avaliar corretamente seus efeitos sócio-econômicos, em particular sobre o nível de renda e emprego das comunidades artesanais.

l) **A pesquisa** dos recursos pesqueiros acabou se orientando para as espécies capturadas pela pesca empresarial/industrial e não para as de interesse dos pescadores artesanais. Também foi privilegiado o estudo de espécies em detrimento do estudo dos **ecossistemas litorâneos** tradicionalmente explotados de forma integrada pela pesca em pequena escala. Da mesma forma, a pesquisa de maricultura se orientou para o cultivo do camarão e espécies de exportação, em detrimento de uma maricultura passível de ser tecnológica, social e culturalmente apropriável pelas comunidades de pescadores. O mesmo pode ser dito da "geração e disseminação de novas tecnologias" realizadas muitas vezes sem se levar em conta o meio social e cultural específico da pequena produção.

Resumidamente, o parco apoio técnico e financeiro à pesca artesanal se baseou em **premissas equivocadas** de que o aumento da produção pesqueira leva necessariamente à melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores, ao aumento de renda e manutenção dos níveis de emprego.

O fracasso dessas estratégias e políticas exige um equacionamento novo dos problemas, de enfoques criativos e, sobretudo, de novas estratégias e políticas para o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil.

Waldo César



Porto de Mocagetuba, Ilha de São Luís, MA — Pescador — maio/88

MANGUEZAIS BRASILEIROS AMEAÇADOS

Extensas áreas de manguezais sem impacto humano de porte.

Desmatamento para expansão industrial. Potencialmente, poderá sofrer efeitos do parque industrial de alumínio e ferro em fase de instalação e alteração do substrato pela atividade portuária decorrente, principalmente dragagens e desmatamento para uso de carvão vegetal.

Uso potencial para aqüicultura, levando ao desmatamento de pequenas áreas de mangue. A formação de salinas afeta áreas maiores.

Desmatamento para expansão urbana.

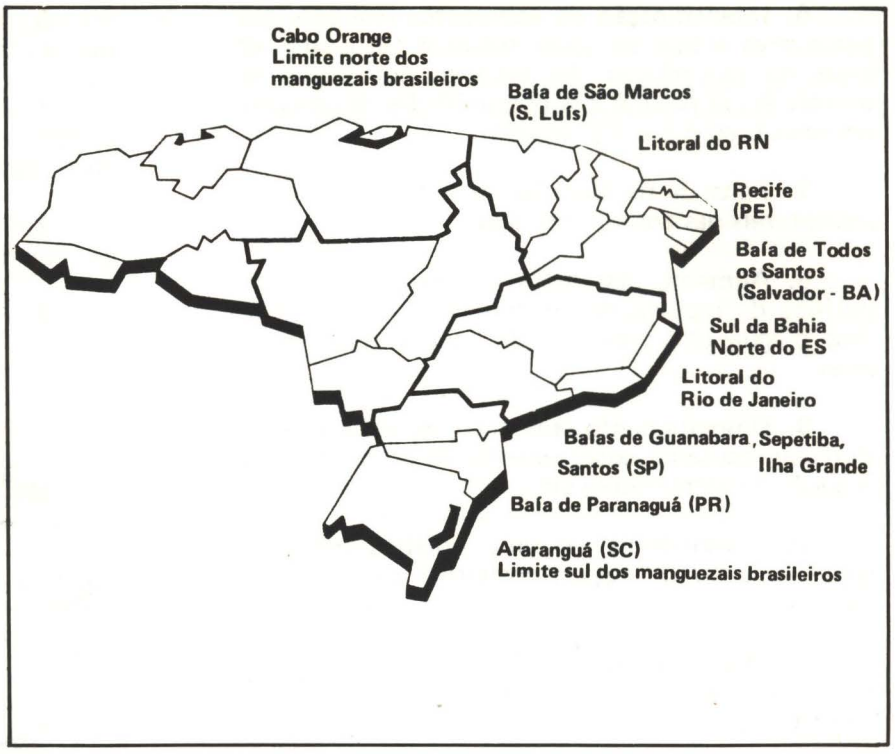
Desmatamento para expansão urbana, industrial e portuária. Problemas generalizados de poluição sanitária e industrial, com relevância para a contaminação de invertebrados marinhos por metais pesados. Alteração do substrato por atividade portuária. Potencialidade de contaminação por acidente com a extração e transporte de petróleo e derivados.

Desmatamento para expansão urbana e industrial.

Desmatamento generalizado para exploração de madeira, terras para agricultura e aqüicultura, expansão urbana industrial e portuária, desenvolvimento turístico e especulação imobiliária.

Alteração do substrato por atividade portuária e aterros de áreas costeiras adjacentes.

Poluição generalizada por rejeitos sanitários, industriais e agrícolas.



Contaminação do mangue por metais pesados e poluentes orgânicos, principalmente derivados de petróleo.

Possibilidade de acidentes com extração e transporte de petróleo e rejeitos da indústria nuclear.

Fonte: Luiz Drude de Lacerda - Revista Ciência Hoje.

Tendências e cenários futuros para a pesca artesanal

Tendo-se em vista o diagnóstico dos capítulos anteriores, a pesca artesanal no Brasil vive momentos críticos que têm levado a sua grande desorganização em certas áreas costeiras. A sua sobrevivência como setor produtivo e como modo de vida de amplas camadas das populações litorâneas depende da evolução de fatores internos e externos.

CENÁRIO 1: (Prosseguimento das tendências atuais)

1. **Crescente concentração de renda,** resultantante do modelo de crescimento econômico adotado, intensivo em capital e tecnologias de impacto negativo sobre os ambientes costeiros frágeis, suas populações humanas e suas culturas.

2. **Intensificação de degradação ambiental e poluição** das áreas costeiras, em particular estuários, mangues, recifes de corais, bacias hidrográficas, com a conseqüente destruição de áreas de desova e de crescimento de espécies importantes de peixes, crustáceos e moluscos capturados pela pequena pesca.

3. **Crescimento desordenado das taxas de ocupação física do litoral** pela expansão urbano-industrial e turística, perda de praias e áreas tradicionais de pesca, com o conseqüente deslocamento das populações de pescadores para as cidades.

4. **Sobrepesca** realizada por empresas de pesca resultando no empobrecimento dos recursos pesqueiros.

5. **Continuação da política atual** de apoio prioritário à pesca empresarial/industrial em detrimento da pesca artesanal.

6. Intensificação da sobrepesca realizada por pescadores artesanais sobre recursos pesqueiros de áreas de reprodução das espécies por razões de sobrevivência natural das comunidades de pescadores empobrecidos e explorados.

7. Falta de fiscalização sobre o uso de recursos naturais das zonas litorâneas.

8. Aumento das áreas de represa sem uma política de repovoamento importante desses espelhos d'água em benefício das populações ribeirinhas.

9. Desmatamento crescente de matas ciliares, florestas, causando assoreamento de áreas de pesca, redução de fotossíntese etc.

10. Inexistência de uma política eficaz de gerenciamento de espaço costeiro e seus recursos naturais.

11. Falta de organização dos pescadores artesanais, sobretudo de mecanismos adequados de comercialização.

12. Descaracterização crescente dos estilos de vida litorâneos e da cultura dos pescadores artesanais.

13. Diminuição do número de pescadores artesanais em algumas regiões costeiras.

CENÁRIO 2: (Alternativo)

O Cenário 2 significa uma revisão parcial ou total das tendências existentes mais marcantes e pode se resumir em:

1. Implantação efetiva de gerenciamento costeiro que controle ou reduza os níveis atuais de depredação ambiental de ecossistemas essenciais à continuidade de pesca artesanal. Isso implicará num controle da expansão urbano-industrial e turística sobre as comunidades de pescadores.

2. Estabelecimento de uma política de conservação dos espaços tradicionalmente ocupados pelos pequenos produtores litorâneos, com a redução dos conflitos com a pesca empresarial/industrial.

3. Políticas definidas de apoio à pequena produção pesqueira (crédito, infra-estrutura e extensão pesqueiras adequadas).

4. Controle da sobrepesca, sobretudo em ecossistemas litorâneos e costeiros.

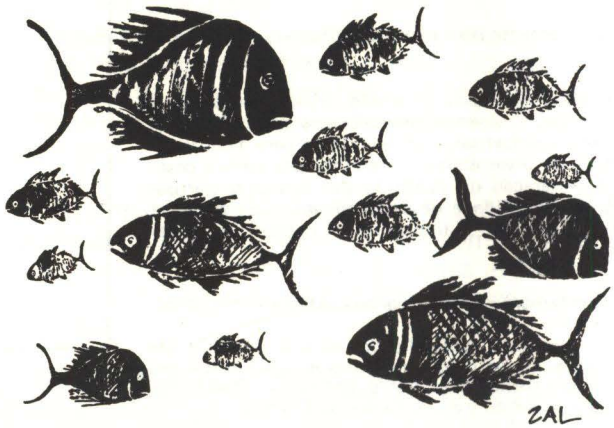
5. Alternativas de emprego fora do setor pesqueiro artesanal, que possa absorver população excedente sem trabalho.

6. Melhor conhecimento dos estoques de espécies utilizadas pela pesca artesanal.

7. Introdução de atividades econômicas alternativas, tais como a agricultura, consorciamento entre agricultura, silvicultura e maricultura.

8. Aproveitamento mais racional das represas em benefício dos pequenos produtores ribeirinhos.

9. Melhor organização dos pescadores artesanais.



Comparando-se os dois cenários fica evidente que o processo atual reflete a continuidade do modelo existente, altamente nefasto ao desenvolvimento das comunidades de pescadores artesanais. Infelizmente é necessário se concluir que uma alteração do Cenário 1 é difícil a médio e curto prazos. A conseqüência disso é uma desestruturação crescente da pesca artesanal, empobrecimento maior ainda dos pescadores. A pesca artesanal continuaria existindo em determinadas áreas de forma frágil. A médio prazo, no entanto, a continuidade desse modelo comprometeria também a pesca empresarial/industrial, dadas as dificuldades desta em se lançar numa pesca oceânica. É possível que, ao se reduzir os níveis de rentabilidade das empresas de captura, se intensifique a tendência destas em abandonar a captura através de barcos próprios e comprar o produto dos pescadores artesanais. Estes passariam a ser totalmente dependentes dos postos de compra de pescado de propriedade das empresas. Mesmo esta alternativa só permaneceria viável com a redução da degradação ambiental já elevada em áreas de terra importantes como o Golfão Maranhense, a Bahia de Todos os Santos etc.

O Cenário 2, desejável, asseguraria uma estruturação maior da pesca artesanal. A concretização desse cenário é remota, a curto e médio prazos. É provável, no entanto, que o cenário futuro se componha de uma mitigação das tendências negativas do Cenário 1. A pesca artesanal sobreviveria em determinadas regiões menos atingidas pela degradação ambiental e pelo conflito com a pesca empresarial/industrial.

Perdidos no mar

Com este título o **Jornal do Brasil (Suplemento Cidade)**, de 1/4/88, em página inteira dedicada ao mar, relata outra face trágica da realidade da pesca no litoral entre Rio de Janeiro e Espírito Santo, que está sendo chamado pelos próprios pescadores de Triângulo das Bermudas. Cerca de 170 homens desapareceram nos últimos 14 meses — o que só pode ser explicado pelo caráter rudimentar dos equipamentos utilizados. No relatório enviado aos ministros da Marinha e da Agricultura os pescadores pedem:

— mais segurança

— fiscalização rigorosa dos barcos clandestinos

— extinção da Sudepe, considerada inoperante

Tudo isto acontece apesar de o Rio ser o maior consumidor de peixe do país, condição que está em decadência em relação ao Sul.

O pescador Reinaldo Barbosa, conhecido como **Parafuso**, conta que esteve cinco dias à deriva, alimentando-se de peixe cru e bebendo água do mar. Isto foi em março de 88, quando o barco **Brasil I**, depois de uma tempestade repentina no litoral paulista, não pôde recolher todos os pescadores espalhados em caiaques no alto-mar. Não acreditava em Deus, mas "nunca rezou tanto". Recolhido por um barco, disse que o seu maior trauma foi ver dois companheiros gritando por socorro e afundando. Vai ficar dois meses sem ir ao mar e tem freqüentes pesadelos.

Enfoques e estratégias alternativas

A orientação geral que deve guiar estratégias alternativas para o desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil, encontra-se na Declaração da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Manejo da Pesca, realizada em Roma de 27 de junho a 6 de julho de 1984. "Desde que os problemas das comunidades pesqueiras e de aqüicultores não se restringem à produção do pescado, o desenvolvimento desse setor pode ser visualizado dentro do contexto do **desenvolvimento rural integrado**". Essa linha geral é mais bem explicada na Consulta de Especialistas sobre estratégias para o desenvolvimento pesqueiro (FAO, 10-14 de maio de 1983), organizada em Roma pelo autor. "Os participantes manifestaram sua preocupação pela necessidade de integrar a pesca no desenvolvimento local e rural. Esse desenvolvimento integrado terá de basear-se **no potencial de cada ecossistema** (estuário, manguezais, águas costeiras) e **nas necessidades básicas dos pescadores**, especialmente os pobres. Sublinhou-se a necessidade de se implantar sistemas integrados de produção de alimentos que permitam aproveitar da melhor maneira possível os recursos específicos de cada ecossistema para a pequena agricultura, a pesca, a aqüicultura etc."

Dentro da gama de possíveis usos dos recursos, tecnologia e formas de organização é necessário se fazer opções que respondam às situações locais, tendo-se em conta os quatro critérios seguintes:

a) de distribuição de renda;

b) de sustentabilidade ecológica;

c) de eficiência no uso de energia; e

d) de viabilidade econômica.

Dentre os elementos de estratégias propostos para o desenvolvimento da pesca artesanal, a Conferência Mundial da Pesca ressalta:

a) a necessidade de se resolver os conflitos existentes entre a pesca artesanal e a industrial;

b) no planejamento do desenvolvimento da pesca artesanal, atenção especial deve ser dada à provisão de infra-estrutura de desembarque da comercialização e distribuição além dos serviços de extensão pesqueira, crédito, treinamento e educação;

c) a redução das perdas pós-captura;

d) a ativa participação dos pescadores no processo de planejamento através de suas associações;

e) a necessidade de se criar alternativas de emprego fora do setor pesqueiro, quando necessário (aqüicultura etc.);

f) o cuidado na introdução de tecnologias que não estejam adaptadas às condições sócio-culturais e de meio ambiente locais;

g) a necessidade de se estreitar as relações entre a pesquisa e a extensão pesqueira; e

h) a ênfase maior à aqüicultura.

Na situação atual brasileira e tendo-se em vista os obstáculos ao desenvolvimento da pesca artesanal mencionados anteriormente, estratégias alternativas devem ter como linhas básicas:

1. A criação de **novos tipos de associações de pescadores** livres da tutela paternalista do governo e suas instituições (Ministério da Agricultura, Marinha etc.). Essas associações devem ter suas diretorias livremente eleitas tanto a nível local, como municipal, estadual e nacional.

2. Um trabalho de **mobilização social das comunidades** de pescadores, objetivando fazer com que os pescadores reconquistem a confiança em si próprios como agentes do desenvolvimento. Essa mobilização ganha sentido particularmente neste ano de elaboração de uma nova Constituição. Um dos objetivos dessa mobilização é a criação de novas lideranças que venham a substituir aquelas tradicionais, muitas vezes exercidas por pessoas alheias ao setor, como comerciantes, vereadores etc.

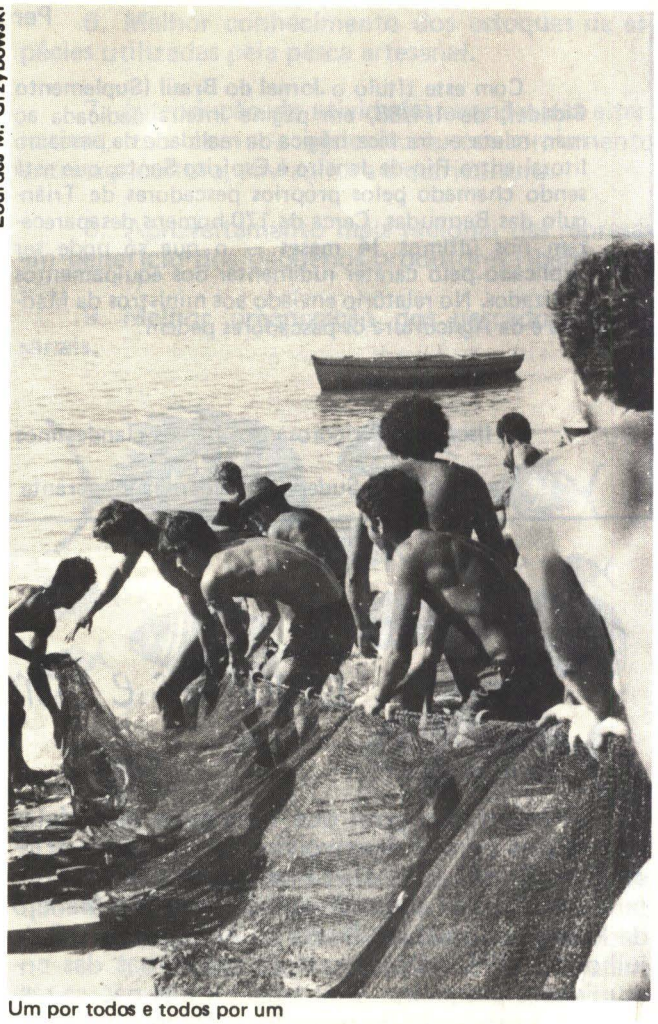
3. **Um novo enfoque de elaboração de programas** e projetos de apoio à pesca artesanal. Nesse novo enfoque, as necessidades das comunidades seriam expressas por elas mesmo, através de reuniões com as lideranças de associações livres, e transformadas em propostas de projetos por uma assessoria técnica colocada à disposição dos pescadores por entidades governamentais, voluntárias etc. Somente as propostas assim elaboradas e aprovadas pelas associações de pescadores artesanais serão submetidas a **financiamento.**

4. **Uma extensão pesqueira totalmente diferente** daquela exercida por instituições governamentais (Sudepe). Elas colocarão à disposição dos pescadores extensionistas e técnicos que os ajudarão a resolver os problemas técnicos envolvidos nos programas e projetos propostos pelas comunidades.

5. **Uma nova concepção de projetos integrados** em que a complementaridade entre as diversas atividades econômicas exercidas pelos pescadores seja respeitada (agricultura, pesca, coleta, etc.). Nesse sentido, os projetos naquelas áreas em que essa complementaridade é tradicional não objetivarão transformar todos os pescadores em produtores somente dependentes da pesca.

6. Uma nova concepção de **inovação tecnológica** que não se restrinja à área de captura cujo aumento de esforço pode levar à sobrepesca, mas ao conjunto de atividades de produção, beneficiando a comercialização. Essas inovações devem não somente ser apropriadas tecnologicamente, mas apropriáveis em seus resultados pelo conjunto dos pescadores artesanais e não somente por um estado social, em particular os dos atravessadores, patrões de pesca etc.

Lourdes M. Grzybowski



Um por todos e todos por um

7. Uma real participação dos pescadores na **fiscalização** do uso dos recursos naturais (peixes, vegetação de mangue etc.). As multas aplicadas a empresas **degradadoras ou poluidoras** reverterão em benefício de esquemas de manejo integrado de recursos a serem controlados pelas comunidades de pescadores (manejo de mangue, administração pesqueira etc.).

8. Os esquemas de **comercialização** que impliquem na substituição do "atravessador" devem partir de uma análise da função social tradicional paternalista exercida pelo mesmo. Deve-se evitar sistemas complexos de comercialização, como cooperativas organizadas de cima para baixo. Sempre que possível, sobretudo em comunidades próximas a mercados marcados pela presença turística, deve-se incentivar a **comercialização direta** do pescado, através da instalação de minimercados operados pelas associações de pescadores.

9. As novas alternativas devem dar prioridades àquelas atividades com grande ligação com a pesca, como a **maricultura** litorânea. Esta, sobretudo em sua fase inicial, não deve ser uma atividade especializada mas complementadora da renda da pesca, a ser executada **dentro do âmbito familiar.**

Estratégias a nível regional

Dada a grande variedade de situações ambientais, sócio-econômicas e culturais e dadas as limitações específicas de cada região, as estratégias de desenvolvimento das comunidades de pescadores devem ter um caráter regional e mesmo microrregional.

Assim, na **região Norte** as estratégias devem contemplar um **aumento da produção e da produtividade** dado o potencial de aumento da captura ainda existente. As estratégias devem também contemplar uma redução das perdas do pescado após captura através de sistemas mais adequados de conservação do pescado. Dada a grande dependência dos proprietários das geleiras e intermediários, deve-se incentivar a organização de associações de produtores e uma rede adequada de desembarque e recebimento do pescado, visando reduzir a dependência dos pescadores em relação aos comerciantes.

As associações livres de pescadores a serem implantadas deverão também lutar pela preservação dos ricos ecossistemas ameaçados pela implantação dos pólos minerometalúrgicos.

Já na **região Nordeste** as estratégias e prioridades devem ser distintas, pois as possibilidades de aumento da captura são bem menores que na região Norte. As estratégias então devem dar prioridade a um melhor **manejo dos recursos,** visando um aumento da renda dos pescadores através de um melhor tratamento do pescado capturado, preços melhores através de uma melhor estrutura de comercialização. Em casos de um número excessivo de pescadores em relação à disponibilidade dos recursos, deve-se propiciar a criação de empregos fora da pesca ou através do incentivo às atividades complementares à pesca como a maricultura extensiva (dos "viveiros" de Pernambuco e das "caiçaras" de Alagoas), da agricultura e do artesanato.

Na **região Sudeste-Sul,** o aumento da captura artesanal só é possível em algumas circunstâncias e locais definidos. Em geral as estratégias devem também considerar um melhor **manejo dos recursos existentes.** Dada a extensa rede turística, pode-se prever e incentivar a venda direta do pescado aos turistas, hotéis e restaurantes.

Além disso é fundamentar melhor a organização dos pescadores através de associações livres que lutem por temas essenciais à sobrevivência da cultura e economia dos pequenos produtores costeiros, quais sejam: a luta pela preservação ambiental, contra a poluição, contra a expulsão dos pescadores artesanais de suas praias.

Conclusões

1. Apesar da mudança recente do discurso, enfatizando o apoio à pesca artesanal, a Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) foi incapaz de elaborar e pôr em prática uma estratégia de apoio ao setor.

Qualquer mudança significativa para o setor artesanal só poderá ser conseguida através da continuidade da mobilização dos pescadores já visando uma nova política.

2. As condições em que se exerce a pesca artesanal, ao longo do litoral, rios e açudes brasileiros são **diferenciadas,** requerendo soluções estaduais e mesmo locais, para as quais a Sudepe, nesse momento se encontra incapaz de contribuir. Com uma estrutura vertical centralizada de coordenadorias regionais, a Sudepe dificilmente poderá induzir as mudanças necessárias para a superação dos obstáculos existentes.

3. No entanto, alguns sinais positivos podem ser percebidos e que poderão ter um impacto positivo sobre a pesca artesanal:

a) a iniciativa de **alguns estados** em estruturar seus **próprios departamentos de pesca** e que poderão ser mais sensíveis aos problemas locais;

b) **as iniciativas,** ainda que esparsas de algumas **organizações não-governamentais** que realizam um trabalho local de organização da produção. Essas se concretizam em ações localizadas, como o estabelecimento de locais para a venda direta do pescado pelo pescador artesanal, apoio à organização dos pescadores em associações livres etc.;

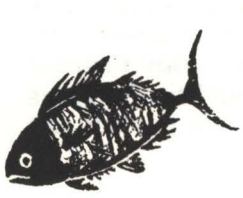
c) o estabelecimento de **alguns poucos programas de apoio à pequena produção,** incluindo a pesca, de caráter regional, como o do Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP); Projeto Nordeste

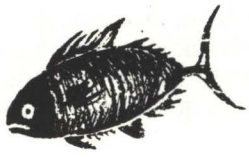
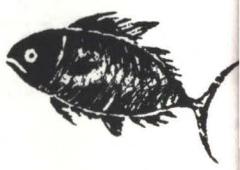
(Banco Mundial), ainda que exista o perigo de sua cooptação pelas elites locais em seu benefício;

d) **o Movimento de Constituinte da Pesca,** apoiado principalmente pela Pastoral dos Pescadores, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo Centro Josué de Castro (PE) e outros. Este movimento, pela primeira vez na história do Brasil chegou a mobilizar os pescadores artesanais em função de seus interesses, através de reuniões regionais e nacionais. É fundamental, no entanto, que esse movimento chegue a modificar a estrutura paternalista de representação ou colônias, federações e confederação de pescadores. Com o final próximo dos trabalhos da Assembléia Constituinte, é importante que esse movimento continue atuante e organizado;

e) **a nível estadual e local** é essencial que as novas diretorias recentemente eleitas de modo democrático tenham os meios para resolver alguns problemas que afetam as comunidades de pescadores artesanais, como melhoria de comercialização, reposição dos instrumentos de trabalho, segurança da posse da terra/praia, proteção do meio ambiente etc., sem o qual o movimento renovador estará comprometido a curto prazo; e

f) necessidade de se encontrar uma forma de **garantir a sobrevivência** material dos novos presidentes de colônias, pois sendo pescadores que vivem de sua profissão e não podendo pescar pelos encargos funcionais, não têm fonte de renda suficiente para a manutenção de suas famílias.



Recomendações

A nível mais geral, recomenda-se que:

a) o movimento nacional de Constituinte da Pesca se estruture a nível nacional como a **Associação Nacional de Pescadores Artesanais** para a defesa de seus interesses. Essa associação não-governamental serviria como forma de pressão sobre os órgãos oficiais na defesa de interesses profissionais. Para tanto haveria necessidade de entendimentos entre as representações dos Pescadores para a Constituinte e as instituições de apoio como a Pastoral, e o Centro Josué de Castro (Recife);

b) **seja instituída uma Rede de Apoio Técnico,** constituída de técnicos e pesquisadores comprometidos com as causas dos pescadores artesanais, dando assistência técnica à Associação de Pescadores Artesanais a ser constituída ou, no momento, ao Movimento de Constituinte da Pesca. Essa rede fornecerá estudos técnicos e jurídicos aos pescadores, bem como elaboraria ou avaliaria projetos de financiamento propostos às entidades não-governamentais. A Rede deverá ter uma organização simples e flexível, composta de profissionais respeitados no meio da pesca artesanal. Além das atividades acima propostas, a Rede poderia organizar cursos de formação, seminários e outros. O Centro Josué de Castro (Recife), localizado numa região em que a pesca artesanal é de grande importância, o Nordeste, poderá servir de base para a Rede. A Rede também manteria contatos com outras organizações internacionais não-governamentais, trocando experiências e informações;

c) que as organizações não-governamentais se interessem por realizar projetos pilotos de fomento ao desenvolvimento da pesca artesanal, de caráter local. Ao contrário dos projetos governamentais, quase todos de êxito duvidoso, o esforço deve se concentrar naqueles estados em que já existe uma mobilização por novas formas de organização da pesca artesanal. Entre eles está o Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os projetos, levando em conta as especificidades locais, devem se concentrar em resolver problemas específicos (compra/reposição de material de pesca, comercialização direta pelos pescadores artesanais a nível local ou regional, estímulo à piscicultura tradicional de "viveiros"). Um outro aspecto essencial à continuidade da pesca artesanal é a solução do problema fundiário pois sem assistência jurídica os pescadores artesanais estão perdendo a posse de suas terras, de suas praias onde guardam os petrechos de pesca. A assistência jurídica a essas comunidades de pescadores é, portanto, essencial; e

d) deve-se apoiar as recomendações do Manifesto de Tamandaré*, oriundo de um Congresso de Pescadores, nessa praia, em fevereiro de 1987, incluindo a organização de um banco de memória das técnicas, artes de pesca e embarcações tradicionalmente usadas pelos pescadores artesanais e que estão desaparecendo da costa brasileira.

* Ver texto completo na página 66.

Pilhagem da Natureza e Conflitos de Classe

*Violeta Refkalefsky Loureiro**

Este artigo é extraído do livro **Os parceiros do mar**, 1985 (v. bibliografia), no qual a mesma autora examina com aguda crítica e perspicácia a natureza e conflito social na pesca da Amazônia, resultado de pesquisas que realizou em Vigia, Pará.

Sobre o livro, diz o escritor Márcio Souza, cujo prefácio intitula-se "Tristes águas no rio-mar":

"Em **Os parceiros do mar**, Violeta Loureiro, com a tranqüilidade da competência e a perseverança dos que escolheram o desafio da investigação, penetra num dos mais tradicionais redutos da sociedade amazônica: a pesca. Região cortada pela maior bacia hidrográfica do mundo, plena de águas piscosas e diversidade de espécies, a Amazônia, no entanto, não conseguiu apresentar um processo social harmônico neste setor. Como muitos outros setores produtivos regionais, o subsistema extrativista prendeu a pesca nas amarras de um capitalismo primitivo, frágil, de parceria, fechado para as inovações tecnológicas e impotente perante o caráter predatório que o capitalismo do regime militar trouxe para a região."

Na impossibilidade de publicar todo o capítulo, a autora autorizou-nos a resumi-lo ou a suprimir alguns trechos, desde que não prejudicasse o seu pensamento e colocações. Esperamos tê-lo conseguido, porém recomendamos a leitura e a reflexão de todo o livro.

Mercado e Modernização

Os pescadores artesanais, proprietários e parceiros, não se defrontam com os empresários da pesca industrial (complexo integrado pela frota pesqueira e as indústrias de beneficiamento do pescado) como concorrentes no sentido convencional da expressão, posto que não se encontram, através de seus produtos, na disputa de um mesmo e limitado mercado consumidor. Tal não ocorre porque cada um destes dois segmentos atende, em prioridade, a mercados distintos: enquanto a quase totalidade da produção das empresas industriais de pesca se volta para o mercado exterior e uma parte restrita ao centro-sul do país, a produção dos pescadores artesanais se destina preferentemente aos mercados regionais – Belém, colônias agrícolas, cidades e vilas interioranas do Pará, vilas e povoados do Território do Amapá, quando o produto é vendido no Oiapoque, Calçoene e Conanim.

Na fase inicial de implantação das empresas industriais elas não pescavam peixes, dedicando-se exclusivamente à captura do camarão em alto-mar, em zonas distantes da costa. Fatores como a crise de combustível (que encareceu o custo da pesca mais distante), o desconhecimento da localização dos cardumes de camarão, a inexistência de experiência na região concernente à pesca do camarão em alto-mar, de pescadores-pilotos na área capazes de conduzir os novos tipos de barcos e de manejar seus aparelhos, somados à experiência de aceitação nos EUA de uma espécie de pescado – a piramutaba – abundante na área, levaram as empresas a redirecionarem seus negócios e com eles, suas zonas de atuação. Hoje, no que concerne ao tipo de pescado capturado por cada um desses segmentos constata-se uma certa polarização de produtos. As empresas industriais envidam seus esforços na captura de algumas poucas espécies selecionadas de pescado.

Os pescadores artesanais, de um modo geral, apresentam uma produção não-seletiva, constituída de uma grande variedade de espécies, que em quantidades reduzidas por espécie, compõem a produção total, com algumas espécies sobressaindo em termos percentuais. Em 1976 a quantidade de pescado produzido pelo conjunto de pescadores artesanais e registrado nos postos de controle de desembarque alcançou 38 mil toneladas, o que correspondeu a 66% da produção estadual, cabendo à atividade industrial 30% e os 4% restantes ao pescado importado e enlatado(1). De fato, a produção

* Socióloga, professora da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará).

(1) Cepa-Pará. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Diagnóstico do Setor Agrícola do Estado do Pará. Belém, 1978, 254p. vol. I, pág. 102.

artesanal deve ter sido muito superior àquela apresentada nos registros. Isto, porque enquanto o desembarque do pescado que se destina às indústrias tem seu registro centralizado em Belém, e por isso mais bem controlado, o produto da pesca artesanal escapa grandemente ao registro oficial. Em parte porque somente alguns têm postos de registro e a produção consumida pelas famílias dos pescadores não é incluída.

O fato é que as atividades da captura dos dois segmentos se entrecruzam o que, entretanto, não significa que estas produções apresentem necessariamente idêntica interseção no âmbito da comercialização. Por outro lado, um considerável número de espécies, específicas da captura artesanal é omitido. Estas concorrem individualmente com percentuais modestos na composição da produção total; mas, em contrapartida, a reunião delas constitui parte considerável da produção artesanal, como a piaba, a sarda, o espadarte, o mero, a enxova, o bandeirado etc. Além disso, a pesca industrial apresenta elevada concentração em somente três espécies básicas — a piramutaba, que engloba quase a totalidade da captura, a dourada, principal espécie acompanhante da piramutaba e em percentual restrito o camarão-rosa, espécie não capturada pelos pequenos produtores. As demais são simplesmente residuais.

A pesca da Vigia não é seletiva quanto à produção; apenas entre os "pescadores do norte", cujas espécies predominantes, embora não exclusivas na produção são a gurijuba, o cação e a uritinga (com prevalência da primeira espécie) é que se pode mencionar a existência de um certo grau de especialização da produção. No entanto, essa produção, transformada quase toda em peixe salgado, destina-se ao mercado de Belém, às colônias agrícolas, vilas, povoados e pequenas cidades do interior do Estado e do Território do Amapá, enquanto a pesca industrial opera apenas com o pescado resfriado e congelado para exportação mas não com o peixe fresco e o salgado, pelo que, neste aspecto não são também concorrentes no mercado.

Embora a região norte seja um mercado consumidor modesto de pescado em relação a outras regiões brasileiras (face ao número de consumidores significativamente menor), apresenta o maior índice de consumo per capita, superando grandemente o das demais regiões brasileiras. Segundo informações da Sudepe, em estudo realizado com base nos anos de 1974, 1975 e 1976(2) o consumo regional está assim constituído: 83% de pescado fresco, 11% de salgado, o que soma 94% da produção, o que confirma a assertiva anterior de ser o mercado local abastecido pela produção dos pequenos produtores. Os 6% restantes consistem em pescado em conservas, congelado e resfriado, sendo que estas duas últimas modalidades resultam de pequenos saldos de exportação ocorridos.

A nível de mercado a interseção das produções dos dois segmentos — pesca artesanal e industrial — dá-se em relação ao mercado do centro-sul, quando da comercialização do pescado de qualidade superior da frota artesanal é adquirido em Belém e na Vigia e posteriormente transportado em caminhões frigoríficos, tal como ocorre com parte da produção derivada das indústrias pesqueiras não exportada para o exterior (saldos de exportação). Entende-se, portanto, que esta interseção, ou corte, das distintas produções, ao nível do mercado, tenha caráter residual.

Existe, é verdade, uma forma de atuação complementar da pesca artesanal em relação à industrial no que concerne à pesca de algumas espécies, principalmente da piramutaba. É freqüente a venda das produções artesanais da piramutaba (quando elas são expressivas) aos barcos da frota pesqueira industrial, ou às geleiras que por sua vez as revendem àqueles ou às fábricas; finalmente, alguns barcos dirigem-se diretamente às fábricas de beneficiamento para efetuarem a venda e alguns outros que vendem sua produção no Ver-o-Peso(3) têm sua produção negociada posteriormente com as fábricas. Entretanto, se o fenômeno pode ser freqüente entre os pescadores de outras áreas, não há notícia de que ocorra entre os pescadores vigienses.

Não há dominação ou monopólio, em bases estruturadas e sistematicamente organizadas por empresários industriais em relação a um determinado mercado, no qual os dois segmentos atuem de forma competitiva, pelo cruzamento de ambas as produções.

Não são tampouco concorrentes no sentido da utilização de avanços tecnológicos que ao serem adotados pelos segmentos mais desenvolvidos (o da pesca empresarial) resultem na redução dos custos, que então, por ficarem abaixo do custo médio das demais empresas, produzam lucros extraordinários durante o período de tempo que antecede a generalização da inovação entre as demais empresas.

A modernização do setor pesqueiro, de história recente, não resultou desse tipo de concorrência intercapitalista, mas, pelo esforço do Estado em implantar um segmento moderno de elevado emprego de capital, destinado à exportação para o exterior, em primeira instância e secundariamente, ao mercado do centro-sul e de elevada produtividade. Esta forma de modernização induzida teve resultados modestos face às metas planejadas pelos

(2) Sudepe. Ministério da Agricultura. Projeto Piscicultura. Maio, 1979, p. 26 (xerox). O estudo não fornece dados sobre a proporção de consumo de carne e peixe, embora mencione que este último supera em muito a primeira.

(3) Maior mercado público paraense, para onde converge o pescado, que é depois distribuído, com prioridade, à região metropolitana de Belém.

órgãos indutores. Hoje, a capacidade ociosa da frota pesqueira industrial é elevada: "Sob estas premissas, ao acompanhar a produção real (Pr) dos anos de 1974 e 1975, com a capacidade instalada (CI) deduz-se que o grau de utilização destes equipamentos alcançou 57,3% em 1974 e 73,3% em 1975 . . . Convém sublinhar que estes cálculos são efetuados sob condições totalmente conservadoras: considerar uma jornada de trabalho de 8 horas/dia, quando se poderia tomar uma média de 10 a 12 horas/dia; incluir a produção de cabeças de pescado como um produto, quando se trata de um subproduto de valor residual, o que significa um subemprego(4).

Apesar dos incentivos proporcionados às empresas industriais, o segmento artesanal vem contribuindo em 2/3 da produção estadual nos últimos 10 anos; em 1975 (última informação disponível para ambos os segmentos) o valor bruto da produção artesanal correspondeu a quase 20% do valor bruto da produção de todo o setor primário(5).

O resultado da modernização induzida da pesca artesanal, feita "por cima", não foi exitoso.

Em virtude dos negócios com o mercado exterior se terem apoiado em somente dois produtos — a piramutaba e o camarão-rosa — e dos estoques pesqueiros e possibilidade de captura não terem sido adequadamente estimados, resulta em freqüente falta de pescado para as indústrias, de tal forma que uma parte considerável da frota encontra-se ociosa e paralisada; a ocorrência de ociosidade nas instalações fabris tem levado as empresas a processarem seus reduzidos estoques conjunta e alternadamente, de forma a reduzir os custos operacionais e de pessoal.

A modernização do setor pesqueiro não resultou da propagação de tecnologia mais avançada pelas unidades artesanais do setor, mas fez-se "por cima", ou seja, superpondo a estas uma classe de empresários até então estranha à sociedade local.

Esta modernização induzida, extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira, é resultado da ótica das instituições sobre a pesca artesanal que sobre ela refletem e a ela se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital: "A anarquia e desintegração com que operam os pescadores artesanais, faz com que a oferta caia totalmente diluída nas mãos de atravessadores, que também desconhecem o mercado, sendo suas atividades bastante primitivas" (Morales, 1976, pág. 22).

Waldo César

Mercado "Ver-o-Peso", Belém — PA — maio/88

Apesar de toda a política de incentivos planejada, a modernização não foi exitosa. Os custos operacionais, em decorrência da crise mundial do petróleo e da supermajoração de preço do combustível a nível nacional, estabeleceu-se em pontos acima das expectativas dos empresários, fator que se conjugou à retração do consumo no mercado exterior nos últimos anos, à capacidade ociosa da frota e das instalações fabris e à falta de matéria-prima em quantidade satisfatória para colocar em funcionamento a capacidade instalada, fatores que contribuíram, em graus diferentes, para que a modernização do setor não correspondesse às estimativas dos agentes promotores. Em 1978, por exemplo, quando a produção industrial de pescado alcançou 18 mil toneladas, a projeção oficial da produção era de 24,8 mil toneladas(6), portanto muito aquém da expectativa.

A modernização pela concorrência entre unidades produtivas de um mesmo setor para atender a um mesmo mercado (o local), estabeleceu-se nas últimas duas décadas de forma gradual e modestamente, no ramo menos capitalizado — o da pesca artesanal e fez-se em pelo menos três pontos significativos: a adoção das redes, em substituição gradual das linhas (espinhéis), das urnas para venda do pescado conservado no gelo nos mercados mais exigentes, como o da capital e do motor como auxiliar na propulsão das embarcações.

A rede, aparelho de pesca que há 20 anos era praticamente desconhecido na Vigia, começou a ser utilizado ao longo dos anos 60 e mais intensamente na década passada; hoje supera numericamente os

(4) MORALES, Francisco Mencia *et alii, op. cit.*, pág. 35.

(5) Cepa-Pará. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca. Pará 1980/85. Belém, 1979, 203 pág. (xerox).

(6) Ministério da Agricultura/O.T.P.O.A. Citado em "Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Pará". Belém, IDESP, 1978, xerox, pág. 62.

demais aparelhos, por apresentar maior produtividade, dispensar a isca (o que reduz a jornada de trabalho ou os custos relativos à aquisição da mesma) e tornar o trabalho do pescador menos árduo.

A generalização do uso do motor, apesar de modesta em termos numéricos, pode ser considerada constante e acentuada. O ano de 1980 registra uma superação dos barcos a motor registrados sobre os barcos a vela: das 16 embarcações, 9 (56%) eram propulsionadas a motor e 7 (44%) a vela. Finalmente, em 1981, último ano que se dispõe de estatísticas, foram registradas 80 embarcações, das quais 37 (46%) a vela, 42 (53%) a motor e 1 (1%) não informou a forma de propulsão.

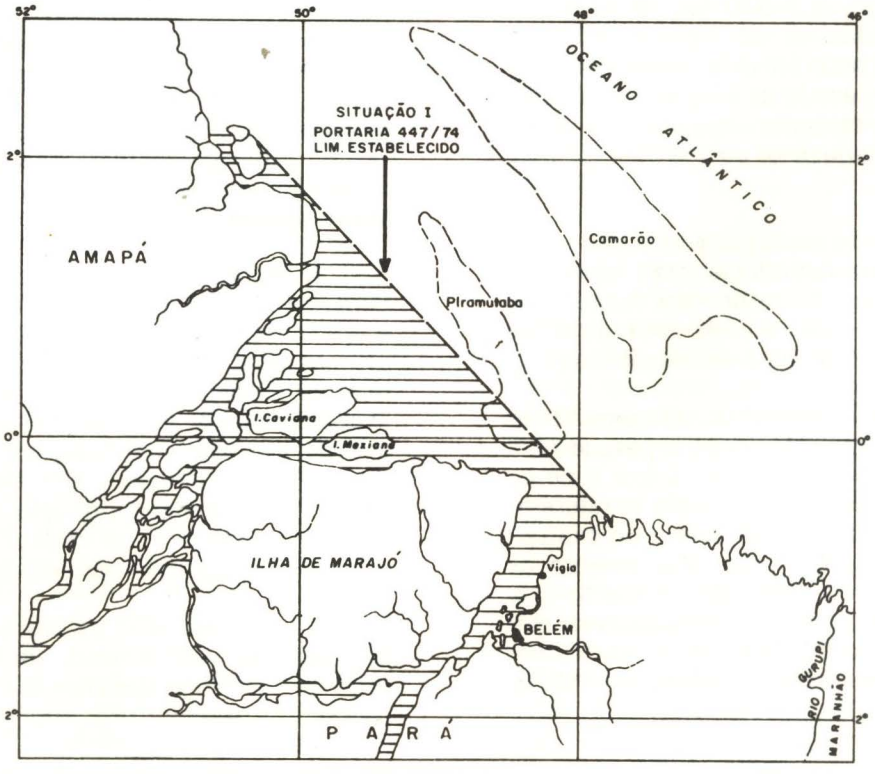
A expansão do uso do motor nos últimos anos deve-se, em parte, à implantação de linhas de crédito bancário ou das lojas que os vendem a prestação; alia-se a isto a estimulação decorrente do fato de que o motor reduz a jornada de trabalho e as perdas da produção e possibilita negociar com um mercado mais atraente.

Modernização e pilhagem da natureza

A intensidade da captura da piramutaba pelas indústrias pesqueiras provocou o estabelecimento, através da Portaria 447/74-Sudepe, da zona física de atuação da frota industrial de arrasto de parelha para a pesca de piramutaba, a qual definia originalmente o limite físico desta modalidade de pesca para além de uma linha reta imaginária, cujos extremos se localizavam do farol do Cabo Norte à Ponta da Tijoca, no município de Curuçá. A capacidade física das embarcações da frota artesanal e o tipo de aparelhos utilizados confinavam-nas na zona situada aquém do limite estabelecido para a pesca industrial e mais ao norte, onde operam os "pescadores do norte" ou "pelhudos", não atua a frota industrial.

A tentativa de baixar seus custos de produção através da economia de combustível pescando em águas próximas; a irregularidade e insuficiência da produção de piramutaba (face à elevada capacidade

MAPA 1
Localização das áreas proibidas de pesca da frota industrial



Escala 1: 2 000 000

Fontes: Sudepe/PA – (Enfoque sistêmico do setor pesqueiro, 1979, pág. 14);
IDESP – Diagnóstico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. págs. 10 e 11;
Legislação Pesqueira – Sudepe.

da frota e das instalações fabris implantadas sem o necessário dimensionamento dos estoques pesqueiros e ao interesse das indústrias de exportarem uma única espécie de peixe — a piramutaba) resultaram em pressões por parte das indústrias pesqueiras na dilatação de seu território físico de ação. Em função da redução da vazão dos rios formadores de estuário do rio Pará no período de estiagem (julho a dezembro), a penetração da massa de águas oceânicas no estuário e em suas adjacências torna-se maior, provocando a migração de cardumes para a área de atuação da frota artesanal. Em 1976, em decorrência de pressões políticas para obtenção do alargamento de seus territórios de ação (que se deu em direção ao estuário e não no sentido do mar afora), as empresas industriais lograram, através da Port. 007/76-Sudepe, penetrar em parte do estuário, legalmente.

Um mesmo espaço muitas vezes é disputado pela pesca artesanal e industrial, provocando conflitos entre os pescadores e comprometendo o meio ambiente.

A superposição da área de pesca industrial sobre a área tradicionalmente explorada pelos pescadores artesanais estabeleceu uma grave disputa pelo mesmo e restrito espaço de produção.

As férteis águas estuarinas converteram-se, especialmente a partir de 1976, num espaço econômico e político, onde se enfrentam, em condições desiguais e conflitantes, os pequenos pescadores, em seus barcos de até 20 toneladas totais e a pesca da frota industrial.

Num primeiro nível, a permanência das redes de arrasto na área definida para a pesca da piramutaba[7] resulta na predação dos estoques pesqueiros, dado que as redes de arrasto provocam grande mortandade de inúmeras espécies jovens, que consistem no "rejeito" industrial, posto que são espécies de baixo valor comercial.

"Eles mata muito peixinho. Mas não é pouco não. Eles puxa a rede com uns guincho; escolhe só os peixes maió e joga todo o resto de vorta. Chega a água ficá coalhada de peixinho morto. Faz dó ver o estrago" (pescador artesanal).

A existência de um elevado "rejeito" não é um fenômeno desconhecido entre a tecnocracia que atua no setor pesqueiro, tendo sido referido inúmeras vezes em documentos oficiais, como relatórios efetuados por técnicos da Sudepe, em viagens de inspeção realizadas a bordo de barcos industriais: "Nos lances de maiores capturas (acima de 2.000 quilos) a mortalidade de jovens é quase total. Em alguns deles chega a superar a dos 'adultos', como por exemplo, em um lance a captura total dos adultos foi estimada em 600 kg, enquanto que a dos jovens foi de mais de 900 kg[8]".

O nível de mortalidade de espécies-jovens de pescado se revela muito alto, em qualquer das fontes que o tenha registrado: "na pesca industrial, vem sendo observada uma elevada mortandade, em torno de 70%, a cada arrasto procedido por seus barcos de captura, em virtude da indiscriminada coleta de indivíduos jovens e outras espécies não aproveitadas para a comercialização no mercado externo"[9].

A predação da natureza provocada pela pesca industrial remete a outras questões; a quase totalidade da literatura oficial sobre a pesca na Amazônia refere-se à pesca artesanal como primitiva e predatória (!): "a potencialidade pesqueira da região amazônica era, presumivelmente, bastante grande e estava sendo explorada sem nenhuma base científica ou, até pelo contrário, no mesmo secular sistema empírico e predador"[10].

A moderna indústria pesqueira que se implantou nos anos 70 vem sendo preconizada desde Veríssimo[11] e mais concretamente, a partir de fins da década de 50, quando a SPVEA — Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia, em convênio com a FAO-Unesco contratou o especialista em pesca, Dr. Arno Meschkat para realizar e coordenar estudos "com a finalidade de transformar o atual sistema de pesca, empírico e rudimentar, praticado pelas populações ribeirinhas do interior amazônico, em indústria racional, de alta produtividade . . ."[12].

A racionalidade do empreendimento e o emprego de critérios científicos de captura estão longe de integrarem, como elementos constitutivos a pesca industrial, conforme se evidencia pela predação da natureza e pelo desconhecimento científico da natureza explorada, no que concerne ao volume e natureza dos estoques pesqueiros, nível sustentável de exploração do estoque, tempo de vida das espécies, temporadas e locais de migração e zonas de

(7) Observe-se que o limite legal é estabelecido em função da pesca da piramutaba, mas as embarcações da frota industrial costumam trafegar aquém deste limite, sob alegação de estarem pescando a dourada, principal espécie acompanhante daquela. Recebem, quando nesta situação, a denominação popular de "barcos piratas".

(8) DAMASCENO, F. G. — Relatório sobre a primeira viagem de amostragem da piramutaba — Brachuplatystoma vaillanti (VAL), a bordo de barcos industriais. In: Sudepe. PDP.GPEP — Relatório da Reunião de Estudos da Piramutaba. Brasília, 1978, anexo 3.

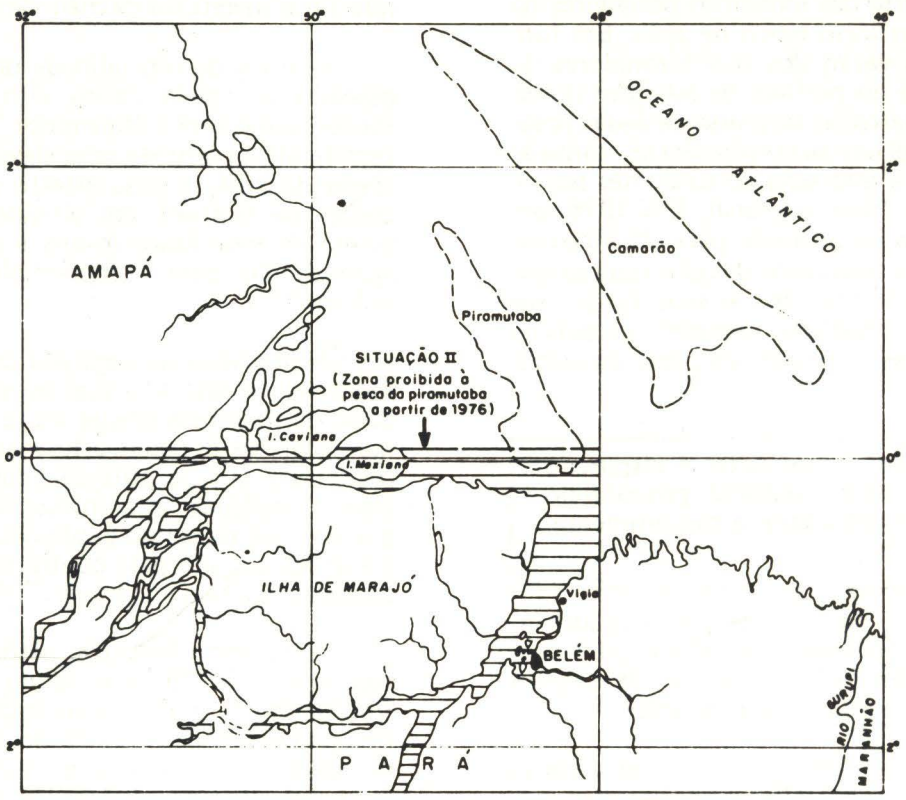
(9) Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — Cepa-Pará. Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca-Pará, 1980-1985. Belém, 1979. 203 págs. (pág. 61) (Convênio MA/Sudam/Governo do Estado e EMATER-Pará).

(10) FREITAS, Luis Aimberê Soares de. Uma Estratégia para o Desenvolvimento da Pesca na Amazônia Ocidental. Edição do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1977.

(11) VERÍSSIMO, José. A Pesca na Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970 (Coleção Amazônia. Série José Veríssimo), pág. 115/116 (publicado pela primeira vez em 1895).

(12) MESCHKAT, Arno. Considerações Sobre a Pesca na Amazônia. SPVEA (Convênio FAO-Unesco-SPVEA) — Série Recursos Naturais, vol. II. Belém, 98 págs.

MAPA II
Localização das áreas proibidas de pesca da frota industrial



Escala 1 : 2 000 000

Fontes: SUDEPE/PA - (Enfoque sistêmico do setor pesqueiro, 1979 pag.14)
IDESP - Diagnostico do setor pesqueiro do Estado do Pará, s.d. pag. 10 e 11
Legislação Pesqueiro - SUDEPE

desova das principais espécies. **A predação da natureza pela pesca industrial, contraditoriamente, coloca em jogo a própria permanência da atividade por um horizonte temporal mais largo:** "Os resultados demonstraram que a partir de 1976 o comportamento da pesca, ou do estoque, foi anormal, ultrapassando o máximo sustentável, anteriormente calculado em 6.180 toneladas"(13). Além disso, impõe uma redução na produção e na produtividade dos pescadores artesanais, que abastecem o mercado interno, face à disputa e predação do espaço comum da produção, posto que, parte considerável das espécies utilizadas como produtos comercializáveis pelos pescadores artesanais constituem o "rejeito" das indústrias pesqueiras e estoque natural destruído: "a perda de outras espécies capturadas pelas redes e não aproveitadas nas indústrias é enorme; espécies como pescadinha, pescada, dourada, cação, gurijuba, pirapema, etc., numa proporção de quase 70%(14).

(13) Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — Pará, op. cit. da nota 9.

(14) Idem.

"A pescaria tá meio fraca. Hoje, com as barcas tirando e matando nossos peixe, a pescaria do pescadô pequeno tá muito difícil. As barcas pega até 60 tonelada por viage. Ora, isso é pescaria para mais de 100 pescadô, pescando bem" (pescador artesanal).

"Antigamente, há uns 10 anos atrás os pescadô pegava peixe aqui na beirinha. Tinha peixe pra todos. Agora, as barcas, eles tão estragando o dia de hoje e o nosso futuro. Porque depois que elas começaro a arrastá as rede, elas espantaro os peixe e dero muito prejuízo pra nós. E eu penso que no futuro vai ser pió porque elas tão matando os peixinhos que podia se produzir (reproduzir). De forma que eu acho que daqui a uns anos, não vai tê nem pra nós nem pra elas também" (pescador artesanal).

Ao lado da redução da produtividade por unidade de produção, os pescadores artesanais se vêem na contingência de afastarem-se cada vez mais rumo ao norte, onde, dada a baixa incidência da piramutaba, não atua a frota industrial e de esten-

derem indefinidamente a jornada de trabalho, com vistas a compensar esta redução: "o que mudou nos último ano é que o peixe ficou escasso; o jeito é se mandá pro norte, onde eles vai menos; antes a gente viajava 20, 30 dias e vortava; agora são 3, 4, até 5 meses pescando pra pagá a despesa do barco e da tripulação" (pescador do norte).

A pilhagem da natureza e o conflito com os pescadores artesanais são fatos de domínio público, sendo denunciados com freqüência e veemência nos jornais da capital. "Aproximadamente cinqüenta toneladas de filhinhos de piramutaba e arraia estão sendo jogadas fora semanalmente nas praias de Roque e Machado, na região de Vigia, por pescadores que trabalham nos barcos das companhias de pesca mecanizada. Esta cena vem se repetindo há cerca de seis anos, quando empresas de pesca amarram redes em duas lanchas, numa profundidade igual à do rio e arrastam das águas tudo que estiver na frente. Nesta atividade mais do que predatória, são recolhidos peixes que servem à exportação, e os que não se prestam a essa finalidade são jogados no rio, poluindo as águas que banham a costa do maior centro pesqueiro do Estado . . . Não bastasse essa situação, os pescadores da Vigia atravessam um dos piores períodos desde que foi implantado o sistema de pesca mecanizada na região, de vez que o pouco peixe que conseguem pescar não dá nem para o sustento da família" (jornal **O Liberal**, de 22 de julho de 1982, pág. 10).

A mortalidade indiscriminada de espécies novas que servem de alimentos às espécies maiores interrompe em proporções ainda não avaliadas a cadeia biológica, com sérios comprometimentos futuros.

Finalmente, além da mortalidade das espécies novas, de forma indiscriminada, as pesadas e longas redes da frota industrial ao revolverem o leito do estuário destroem o habitat natural das espécies menores (os alevinos), que servem de alimento às maiores, de exploração comercial, interrompendo assim, em proporções não avaliadas ainda, a cadeia biológica que sustenta o equilíbrio ecológico do estuário, com sérios comprometimentos futuros, sejam de ordem natural, mas principalmente, de ordem social.

O conflito básico

Num nível básico, a disputa pelo espaço da produção e o conflito que ela provoca resultam na destruição que os barcos industriais impõem sobre as redes e espinhéis dos pequenos produtores, ao passarem sobre estes aparelhos arrastando suas pesadas e enormes redes bem como ao provocarem o afundamento de embarcações de menor porte, principalmente à noite, pelo deslocamento excessivo de águas na passagem, ou pelo próprio abalroamento: "**A gente veve perdendo esse material de trabalho;** às vezes a lancha de ferro passa por cima da rede e atora no meio, ou senão engancha na deles e eles vai levando tudo. Elas faz muita água, apaga a luz da gente e até alaga (afundam) a gente. Essas lancha grande de ferro, elas tinha que pescá é dentro da área delas mas isso não acontece. Elas faz o seguinte: coloca uma sonda que enxerga os peixes, isto é, os nossos peixe, porque eles tão na nossa água, por isso que eu digo que é os nossos peixe. E seja no fundo ou no raso, ou peixe pequeno ou peixe grande, eles leva tudo. Eles não têm respeito nenhum por nós. Leva os peixe que quere e os que não quere e ainda leva nossos aparelho" (pescador artesanal).

A destruição dos aparelhos é constante e persistente. Todos os pescadores entrevistados haviam sido vítimas dela na atual tripulação em que trabalham ou em tripulações de que participaram anteriormente. A incorporação do trabalho dos pescadores aos meios de produção com que operam (redes, espinhéis, bóias, barcos etc.) como proprietários ou não, sofre uma severa predação em resultado desse enfrentamento, que coloca em jogo os interesses da burguesia industrial e dos pequenos produtores locais, em detrimento dos últimos. É assim que, se ao nível do trabalho diário o pescador sofre de uma constante dilapidação de sua força de trabalho, quando este mesmo trabalho do pequeno pescador se converte em meios de produção (dos quais pode ser ou não proprietário), este trabalho acumulado torna-se objeto dessa nova forma de destruição e violência.

"Tenho visto muita lancha de ferro que entra aqui na boca dos rio e leva as redes do pescadô. Comigo aconteceu há uns quatro anos atrás. Nós tomamo nota do nome da lancha, mas a canoa onde eu trabalhava não estava rolada (arrolada na Capitania dos Portos), não tinha registro aí nós não ganhamo a parada. O dono da embarcação sai prejudicado porque perde o material; quando ele tem argum dinheiro ele ainda dá um jeito, mas quando não tem, ela pára a canoa ou então desiste e vende pra outra pessoa. E nós, os tripulante, temo que procurá outra canoa pra trabalhá. Se a canoa é a motor, a gente corre atrás até anotá o nome da lancha, mas se é a vela, adeus, porque eles passa rápido, não se pode anotá nada. E mesmo a motor, de noite a gente nem corre porque não dá mesmo pra vê o nome. A única coisa que a gente faz é colocá na rádio, botá a boca no trombone pra vê se

a Marinha toma providência. Acontece que a Marinha tem pouca corveta e quando elas sai para patrulhá, lá de Belém, as empresa avisa pelo rádio pras suas lanchas: cuidado, manere que a corveta vai passá por aí . . . **Quando a corveta se afasta, eles vêm de novo redá em cima da gente**" (pescador artesanal)([15])

O Estado posiciona-se, face ao conflito, de maneira claramente favorável aos empresários capitalistas, seja omitindo uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos de classe, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores e finalmente, ignorando a pilhagem da natureza, sob a aparente "racionalidade" da produção empresarial: "na pesca industrial é utilizada uma tecnologia mais avançada, o que lhe permite a seleção das espécies nas capturas (sic). Esse sistema de produção proporciona melhores condições e oportunidade para o aumento da produtividade"([16]).

A moderna indústria pesqueira foi implantada no Pará, com vistas à exportação de pescado, de modo a contribuir para o equilíbrio do balanço de pagamentos do país e apoiou-se basicamente numa política de Incentivos Fiscais Federais, que ignorou a pequena produção em seus interesses específicos e alocou vultosos recursos financeiros nas empresas industriais.

Os dados estatísticos evidenciam claramente o interesse do Estado em proporcionar a capitalização rápida das indústrias pesqueiras da região, todas elas voltadas para a exportação. O crédito bancário colocado à disposição das pequenas unidades artesanais ilustra, pela sua exigüidade, em termos de contratos realizados em 1975/81 (v. Quadro I), um número inferior a mil, bem como quanto ao volume total financiado, que corresponde a menos de 1/5 do financiamento concedido a somente uma das grandes indústrias pesqueiras num único ano. A posição elitista do Estado em favor da grande empresa sobressai ainda mais quando se considera que a totalidade dos recursos financiados à pequena empresa devem ser ressarcidos, enquanto no caso das indústrias a parcela maior consiste em incentivos fiscais e que recentemente foi inaugurado o FISET/Pesca — Fundo de Investimento Setorial para a Pesca, a fundo perdido e com vistas a estimular a capitalização destas.

QUADRO I
Crédito Pesqueiro — Pesca Artesanal do Pará([1])
1975/82

Anos	Nº de planos contratados	Valores correntes (C$ 1,00)	Valores corrigidos a preços de 1982([2]) (C$ 1,00)
1975	18	66.737	2.358.088
1976	101	1.738.696	43.498.696
1977	101	3.496.593	61.319.759
1978	87	5.753.376	72.745.686
1979	138	16.793.800	137.927.479
1980	344	79.793.800	327.314.167
1981	152	62.349.764	121.893.788
Subtotal	789	106.851.828	—
1982 (Sudepe)([3])	189	406.823.056	406.823.056
Total	978	513.674.884	513.674.884

Fontes: Emater-Pará e Sudepe.
([1]) Inclui liberações p/projetos orientados pela Emater: recursos dos seguintes Bancos: do Brasil, do Estado do Pará, da Amazônia.
([2]) Corrigidos pela Col. 2 da Revista "Conjuntura Econômica" — FGV.
([3]) Recursos do BNCC (Propesca) transferidos através da Sudepe, após suspensão das liberações anteriormente feitas por intermédio dos projetos orientados pela Emater-PA. (Acordo Sudepe/BID); como os juros são mais baixos que dos bancos citados anteriormente, os empréstimos deste ano foram feitos através do BNCC.

E é justamente a valorização do elevado volume de capital financiado que o governo defende, ao posicionar-se em favor da burguesia industrial local, em detrimento dos interesses dos pequenos produtores. A reprodução do capital industrial implica em procedimentos relativos à redução da capacidade ociosa das instalações e equipamentos e elevação da produtividade das unidades industriais. Daí porque o Estado, através dos seus organismos de financiamento elude a questão do conflito, e embora refira-se à preservação dos estoques, é sabido que nenhuma medida objetiva e exeqüível é formulada, posto que ela resultaria num afloramento de conflito básico e de um posicionamento da sociedade face a ele. Daí que o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia/1980-85 propõe em relação à pesca: **"O objetivo básico da política relativa à pesca empresarial é a consolidação da indústria pesqueira voltada para a exportação,** onde se pretende por em prática um conjunto de medidas que possibilitem elevar a utilização da capacidade instalada a níveis compatíveis com a disponibilidade dos recursos naturais da região e com as dimensões de mercado, bem como orientar os novos e futuros investimentos para a sua ampliação, coerentes com as peculiaridades e a manutenção dos estoques regionais, a fim de não gerar desestímulos nos setores específicos de produção"([17]).

([15]) A Sudepe alega não dispor de condições de fiscalizar a área conflitada; em decorrência disso, estabeleceu convênio com a Marinha para que esta, ao patrulhar o limite territorial de 200 milhas também cumpra esta tarefa; na prática, a Sudepe não repassa regularmente a cota de combustível para a Marinha, pelo que esta se vê desobrigada da tarefa já difícil face ao número pequeno de corvetas. Além disso, quando estas saem de Belém, passam em frente às sedes das empresas pesqueiras, justificando a reflexão do entrevistado quanto aos "olheiros".
([16]) Sudepe-MA. Plano Anual de Trabalho, 1979. Brasília, 1979, 108 págs. (pág. 12)
([17]) Sudam. III Plano de Desenvolvimento da Amazonia — 1980-85. Belém, Sudam/CPR, 1982, 67p. (pág. 24).

A política do órgão nacional de desenvolvimento da pesca — a Sudepe — é coerente com este ponto de vista e propõe medidas que, ao ampliarem a margem de lucro das empresas, criem estímulos à fixação e expansão das mesmas, como a isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis (IULC), além da manutenção de todos os demais incentivos de que já goza a pesca industrial: "A pesca industrial na região Norte, e especialmente no Estado do Pará, se constitui num dos segmentos da economia de maior projeção de lucro e rentabilidade nos próximos anos".

"A instalação de novas indústrias de pesca na região vem aumentar o parque industrial já existente e merece, desde já, um tratamento especial dentro do fortalecimento da pesca industrial". É consoante este tratamento especial que a Sudepe propõe a referida isenção: "O óleo diesel, por ser o insumo de maior participação nos custos da frota industrial, em virtude do seu elevado preço, aliado à deficiente infra-estrutura de comercialização, vem onerando a captura não permitindo lucros compatíveis com os investimentos efetuados e reduzindo, por outro lado, a renda das empresas pesqueiras"(18).

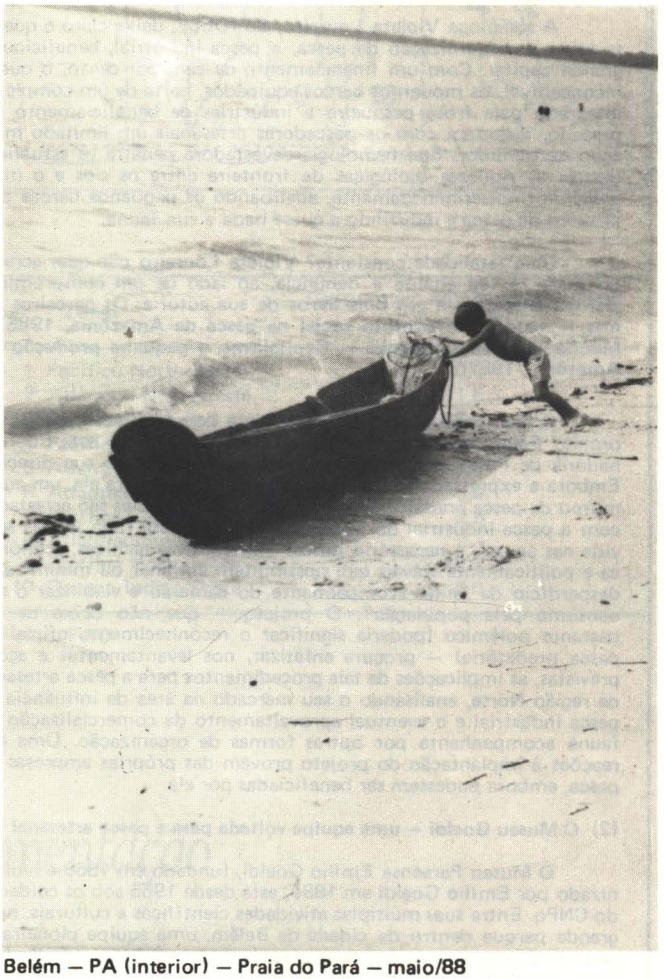
Na concepção de alguns pescadores o conflito decorre da inexistência de leis reguladoras do problema. "Eles vêm pescá aqui na nossa área, levando as rede dos menó, e nós, os menó é que ficamo nas pió condição. Ninguém toma providência com relação a isso; se a gente vê o nome do barco, a gente vai na Colônia e fala e aí o presidente (da Colônia) chega lá e eles diz: 'Tudo bem, chefe. Diga para ele prová e nós paga tudo'. Como é que a gente vai prová? Eu acho que devia ter uma lei, porque se tivesse uma lei isso não acontecia. Tinha que tê uma fiscalização por parte da Colônia. Os fiscalizadores semo nós mas nós não temo a lei conosco" (pescador artesanal). Para outros, entretanto, a questão radica numa posição elitista do Estado em relação ao problema.

"Todas as companhia têm lancha por aqui e abusa do pescadô pequeno. Aqui na Vigia a população não tem condição de enfrentá esses donos de lancha. Nós já falamo na Colônia, na Sudepe e até com o prefeito mas ninguém resorve nada. Eles vai pra Belém dizendo que vai tomá providência e quando vorta eles fica é se escondendo da gente pra não dá satisfação. A nossa situação, dona, não é fácil. Aqui na Vigia os pescadô tem o costume de dizê que no mar não tem juiz; quem manda é o mais forte. E na terra, a justiça que existe tá do lado deles. Qué dizê, eu digo isso porque eles sempre consegue prová que tão dentro da lei e nós é que tamos fora: é o barco que não tem registro, ou é o pescadô que não tem carteira ou é o pescadô que não está quites com a Colônia, ou é o advogado que eles já traze junto . . ." (pescador artesanal).

(18) Sudepe-MA, op. cit., pág. 12.

Importa considerar que a burguesia local vinculada à indústria pesqueira dispõe de um conjunto de recursos legais, administrativos e econômicos, através dos quais quase sempre logra imobilizar a reação dos pequenos pescadores e impor a eles severas e variadas formas de subordinação no desenvolvimento de suas atividades produtivas, seja obrigando-os a mudanças de itinerários, redução da produtividade, prolongamento da jornada de trabalho com vistas a compensá-la e limitando a possibilidade de capitalização dos mesmos; atinge também os pequenos produtores quando destrói seus aparelhos de pesca e embarcações e (contraditoriamente) compromete o futuro de ambos os segmentos de pescadores, quando explora predatoriamente a natureza, em decorrência de **uma modernização implantada sob prisma elitista e do capital.**

Waldo César



Belém — PA (interior) — Praia do Pará — maio/88

Finalmente, a disputa e o conflito pelo mesmo espaço físico de produção trazem no cerne uma questão fundamental: consistem na disputa pelo próprio espaço social da existência dos pequenos produtores, na medida em que as empresas industriais se apropriam do produto próprio do pequeno produtor e reduzem-lhe a remuneração necessária à reprodução enquanto grupo social. Enfim, põem a descoberto a contradição básica — capital e trabalho — que já atinge um nível agudo, em termos de conflito, e que o Estado procura eludir.

NO PARÁ

IDESP e Museu Goeldi: Denúncia da pesca predatória

Por que o problema continua?

Há uma grande mobilização no Estado do Pará no que se refere à luta contra a pesca predatória. Técnicos e instituições de renome, dos quadros do Museu Goeldi e do IDESP — Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, há anos se dedicam a pesquisa, estudos e propostas para uma nova política de pesca, procurando sanear as conseqüências negativas, sociais e econômicas, provocadas pela atual situação.

Por que nada aconteceu? Ao contrário, os conflitos aumentaram, cresce a tensão — e a violência — entre os pescadores artesanais e a pesca industrial, os primeiros sempre vítimas infalíveis dos processos predatórios do arrastão, um método danoso, a médio e a longo prazos, para a própria pesca industrial.

(1) IDESP — Um projeto polêmico

A socióloga Violeta Loureiro, do IDESP, deixa claro o que já se sabe: a modernização da pesca, a pesca industrial, beneficiou o grande capital. Com um financiamento de cem por cento, o que é inconcebível, os modernos barcos equipados, parte de um complexo integrado pela frota pesqueira e indústrias de beneficiamento do pescado, disputam com os pescadores artesanais um limitado mercado consumidor. Sua tecnologia devastadora penetra os estuários, destrói as riquezas biológicas da fronteira entre os rios e o mar, pescando indiscriminadamente, abalroando os pequenos barcos dos artesãos da pesca e reduzindo a quase nada a sua fauna.

Uma fatalidade constante? Violeta Loureiro não quer acreditar nisto, e sua análise e denúncia, ao lado de um compromisso claro, transparecem em dois livros de sua autoria: **Os parceiros do mar — natureza e conflito social na pesca da Amazônia,** 1985, e **Miséria da ascensão social — Capitalismo e pequena produção da Amazônia,** 1987*.

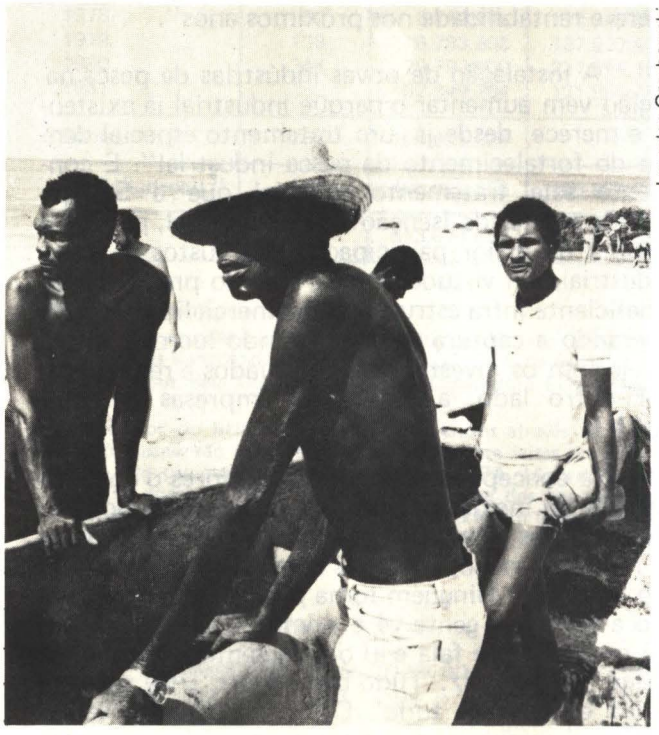
O mais recente trabalho de Violeta Loureiro (abril, 1988) é o projeto **Fauna acompanhante do camarão,** produzido pela Coordenadoria de Pesquisa Sócio-Econômica do IDESP, sob sua direção. Embora a expressão "fauna acompanhante" seja, para ela, um eufemismo de pesca predatória (numerosas outras espécies são arrastadas com a pesca industrial do camarão e depois quase toda jogada sem vida nas águas), é necessário buscar "alternativas técnicas, econômica e politicamente viáveis que possibilitem eliminar ou minimizar o desperdício da fauna acompanhante do camarão e viabilizar o seu consumo pela população". O projeto — que não deixa de ser bastante polêmico (poderia significar o reconhecimento oficial da pesca predatória) — procura enfatizar, nos levantamentos e ações previstas, as implicações de tais procedimentos para a pesca artesanal da região Norte, analisando o seu mercado na área de influência da pesca industrial e o eventual aproveitamento da comercialização da fauna acompanhante por outras formas de organização. Uma das reações à implantação do projeto provém das próprias empresas de pesca, embora pudessem ser beneficiadas por ele.

(2) O Museu Goeldi — uma equipe voltada para a pesca artesanal

O Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1866 e reorganizado por Emílio Goeldi em 1894, está desde 1955 sob os cuidados do CNPq. Entre suas múltiplas atividades científicas e culturais, num grande parque dentro da cidade de Belém, uma equipe pioneira se dedica há anos ao estudo e pesquisa da pesca no Estado do Pará. A partir do clássico livro de José Veríssimo (**A pesca na Amazônia,** do século passado) e de trabalhos de Maria Madalena Pinto, o museu vem produzindo, mais recentemente, uma rica literatura sobre a pesca. (V. Bibliografia da Pesca, neste número)

A antropóloga Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado, que coordena a equipe atual, faz um relato cronológico principalmente dos trabalhos a partir da década dos 70, quando se começa a analisar mais detidamente a relação do pescador com o meio ambiente — o ecossistema rio, mar e homem. Talvez porque, a partir de 1968, com a Lei de Incentivos Fiscais, favorecendo a indústria pesqueira no Pará, se evidenciem a destruição e a impunidade da pesca predatória de barcos coreanos, japoneses e americanos. A partir de então, a preocupação da equipe não é apenas acadêmica, mas revela interesse e compromisso com a mudança do atual processo. Recentemente o museu apresentou uma exposição sobre a pesca, coordenada por Ruth Cortez e Ivete Nascimento. Todo o trabalho atual é parte do Projeto Antropologia da Pesca, com seus subprojetos, dentro do programa de Estudos do Homem da Amazônia.

A equipe atual se estrutura a partir de 1975, como resultado de trabalhos de campo que se iniciam em 1971, perseguindo temas permanentes: a organização do pescador nas diversas situações ecológicas, o seu uso do tempo, as formas de pesca, os fatores que alteram as categorias de vida e trabalho do pescador, a sua decomposição em função do processo de mercadização.



Lourdes Grzybowski

Lourdes Furtado, que morou em casa de pescadores no litoral, dá um exemplo deste último caso: o pescador artesanal tradicional, que era também agricultor, agora expulso da terra, trabalha exclusivamente na pesca, tornando-se dependente dos intermediários e das limitações impostas pelo sistema industrial da pesca, quando não se perde na periferia das cidades. O sistema polivalente anterior dava-lhe maiores condições de sobrevivência, dentro de uma economia natural. As formas de organização social da produção é um dos temas de sua tese de doutorado, a ser defendida este ano na USP, com apoio visual de um documentário em super 8, de 40 minutos, sobre a pesca de curral. (O programa **Globo Ciência,** da Rede Globo, apresentou em 28/11/87 uma reportagem sobre o seu trabalho.) A tese de Lourdes Furtado é resultado de dois anos de pesquisas e de trabalhos anteriores, como **Curralistas e redeiros: pescadores do litoral do Pará** (1980).

Uma pergunta final na entrevista com Lourdes Furtado: E a influência, os resultados de todo este trabalho junto à Sudepe, por exemplo?

"Inicialmente, uma grande indiferença, assim como da Federação dos Pescadores do Pará. Atualmente há maior relação, reuniões conjuntas, solicitação de consultorias, inclusive para o programa anual da Sudepe".

O Museu Goeldi tem um sistema de bolsas para pesquisas sobre pesca, para mestrado e doutorado.

Endereço: Museu Paraense Emílio Goeldi
Projeto Antropologia da Pesca
Av. Magalhães Barata, 376
66000 — Belém, PA
Telefone: (091) 224-9233 - r. 214

---

* (v. **Uma bibliografia de pesca,** neste número de **Proposta**). Do primeiro livro publicamos um resumo do capítulo 4: **Pilhagem da natureza e conflito de classe.**

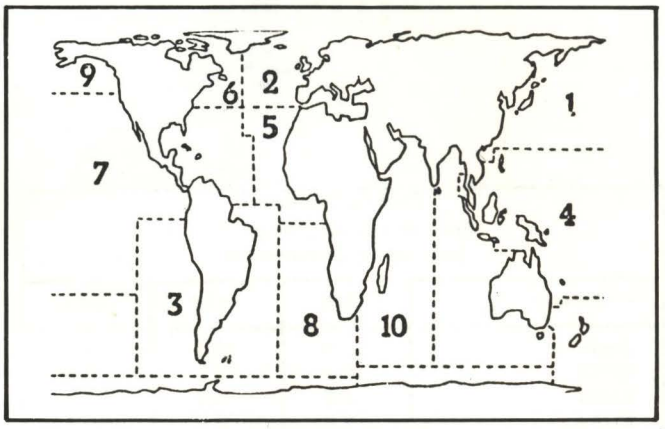
A pesca no mundo. Produção mundial de peixe

A participação do Terceiro Mundo na pesca mundial aumenta a cada dia. De 27% em 1952, atinge atualmente 50% da produção mundial. Dos 15 primeiros produtores mundiais, dez representam países do Terceiro Mundo. Esse crescimento considerável está particularmente ligado ao estabelecimento progressivo das Zonas Econômicas Exclusivas (ZCE) de 200 milhas ao redor das costas. A conferência final de 1982 sobre direito do mar homologou a existência dessas zonas (antes limitadas em 12 milhas), e fixou seu estatuto.

Por detrás dessa evolução geral, satisfatória **a priori**, surgem alguns fenômenos inquietantes. A África, que constitui uma das zonas mais carentes no plano alimentar, regride (- 6% em 1984). Na Ásia, a realização de projetos conjuntos não impediu a tendência à estagnação dos grandes países com atividade na pesca: India, Tailândia, Filipinas. A América Latina, pelo contrário, progride (16% em 1984), mas os resultados são extremamente irregulares: modificação das correntes marítimas, superexploração de certas espécies e também má gestão dos estoques.

Essas irregularidades põem em má situação a economia de certos países que são grandes exportadores de pescado. Em 1983, o Peru perdeu 44% de sua produção em relação ao ano anterior, enquanto que em 1984 houve um resultado espetacular na captura do peixe. É, porém, demasiado cedo para sabermos se essa evolução irá prosseguir.

Principais zonas de pesca no mundo



Zonas	Capturas em milhões de toneladas (em 1981)
1 Pacífico Norte-Oeste	20,0
2 Atlântico Norte-Leste	11,5
3 Pacífico Sul-Leste	6,8
4 Pacífico Centro-Oeste	6,0
5 Atlântico Centro-Leste	3,5
6 Atlântico Norte-Oeste	3,0
7 Pacífico Centro-Leste	2,5
8 Atlântico Sul-Leste	2,3
9 Pacífico Norte-Leste	2,3
10 Oceano Índico-Oeste	2,0

Fonte: FAO

Pesca e agroalimentação

A queda acentuada da captura de anchovas, no Peru, a partir de 1972 (de 10 milhões de toneladas para 4,5 milhões) e sua repercussão no aumento das cotações da soja (que substituiu inteiramente a farinha de anchova) constituem, sem dúvida, o exemplo mais conhecido da relação entre a pesca e a agroalimentação. No entanto, essas influências são múltiplas — começando pela existência de empresas que atuam em ambos os setores.

Nos EUA as indústrias de conserva (Heinz, Del Monte, Castle & Cook), de alimentação animal (Ralhstom Purina, General Mills), ou de produtos alimentares (Consolidated Foods) estão igualmente presentes na área da pesca. Na Europa, as duas maiores empresas (Unilever e Nestlé) demonstram interesse pelos alimentos congelados, principalmente através da Findus. Na França, Saupiquet domina simultaneamente a área dos legumes em conserva e do pescado[1].

[1] Ver especialmente Jean-Luc Treel e Denez l'Hostis, ENTIAA, 1978.

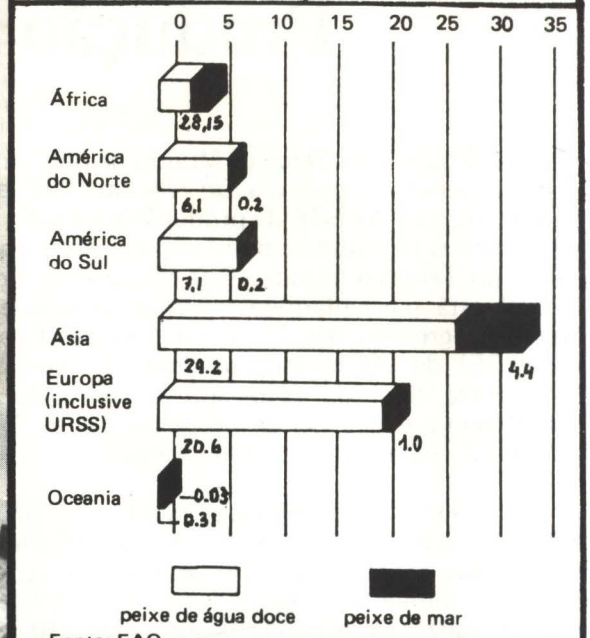
Lourdes Grzybowski

Produtos do mar:
Principais países produtores
(em milhões de toneladas)

Países	1975	1980	1984
Japão	9,9	10,4	11,8
URSS	10,0	9,5	10,5
China	4,2	4,2	6,0
EUA	2,8	3,6	4,7
Chile	0,9	2,8	4,4
Peru	3,4	2,7	3,0
Noruega	2,4	2,4	2,4
Índia	2,2	2,4	2,2
Coréia do Sul	1,9	2,1	2,4
Indonésia	1,4	1,8	?
Dinamarca	1,7	2,0	1,8
Tailândia	1,5	1,8	2,2
Filipinas	1,4	1,5	2,1
Coréia (Rep. Dem.)	1,9	2,1	1,6
México	0,5	1,2	1,2
Total mundial	67,2	72,3	82,5

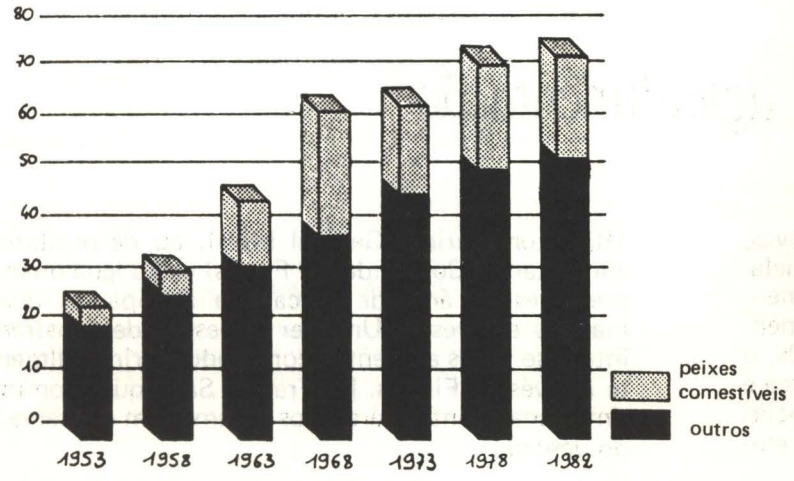
Fonte: FAO

Captura de peixe por região em 1980
(em milhões de toneladas)



Fonte: FAO

Progressão de capturas mundiais de peixe
(em milhões de peixes)



Fonte: Traduzido de **La Pêche, enjeu Nord-Sud,** Vol. 1, **La Pirogue et le Chalutier,** CCFD. SOLAGRAL, França, 1986.

O bote contra a geleira.* Os pescadores de Santarém em busca de sua afirmação

*Jean-Pierre Leroy***

"Nós queremos viver pra usufruir as alegrias." (Um pescador santareno.)

À memória de **Todd Robinson Brem** *que, nascido na Califórnia, Estados Unidos da América do Norte, em 1943, chegou ao Brasil em 1966. Seu primeiro contato com os pobres e os oprimidos deu-se por ocasião das grandes enchentes do rio Capibaribe, no Recife, a serviço de socorro às centenas de milhares de atingidos. Integrou a equipe da "Operação Esperança", organizada por Dom Helder Câmara. Nesta condição trabalhou junto aos pescadores de Ponte dos Carvalhos (PE) durante alguns anos. De 1976 a 1979 colaborou como assessor na equipe regional da Pastoral dos Pescadores, da CNBB-Nordeste II. Em 1979, integra a equipe da FASE-Santarém e volta-se para contribuir, como educador, à organização dos pescadores. Em 1984, vai a São Luís reorganizar o trabalho da FASE na região. Entre outras atividades, trabalha na formação e organização dos pescadores maranhenses.*

No domingo 10 de janeiro de 1988, faleceu nas águas das praias de Fortaleza.

Todd, *essa história é também a sua.*

Introdução

Na segunda metade dos anos 1970 inicia-se em Santarém, no Pará, um movimento de trabalhadores rurais que, sob o nome de "Corrente Sindical Lavradores Unidos", assumirá a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1980. O movimento procurava dar unidade a grupos sociais extremamente diferenciados cultural e economicamente: do caboclo instalado de tempo imemorial na várzea amazônica e na beira dos rios ao colono gaúcho que chegara com a Transamazônica nos anos 70, passando pelo nordestino colonizador do planalto santareno. No entanto, a corrente e a equipe educativa que acompanhara o movimento — Todd Brem, que o integrava, havia sido por vários anos assessor da Comissão Pastoral da Pesca no Nordeste — estavam atentos à especificidade e importância notadamente da várzea amazônica e da sua população de varzeiros, muitas vezes agricultores, pescadores e mesmo criadores ao mesmo tempo.

A Colônia de Pesca Z-20, que legalmente representava os pescadores, contava com quase 3.500 associados. Mesmo descontando algumas dezenas ou mais de pescadores-fantasmas, como veremos, acrescentando a eles alguns milhares de agricultores/pescadores que fazem da pesca uma atividade complementar (para consumo doméstico mas também para o mercado) constituem uma parte ponderável de uma população economicamente ativa voltada para as atividades agropecuárias, extrativas e da pesca, de 23.420 pessoas, segundo o censo demográfico do Ibase de 1980. A população economicamente ativa do município é então de 53.322

* Ver notas no final do texto.

** Educador e assessor da FASE.

pessoas. Em 1979, segundo o **Observador Amazônico**, citado por **Lamparina** de agosto de 1980, 10.000 toneladas de peixe foram retiradas do Baixo Amazonas (o Médio Amazonas paraense) para comercialização no interior. No mesmo ano, 1.422 toneladas foram controladas pelos cobradores da Z-20. Deve-se acrescentar a isso parte da produção para consumo local. Mesmo sem dispor de dados indicativos do seu valor, podemos afirmar que a pesca na região é uma das atividades econômicas de grande peso, depois das culturas de subsistência e, hoje, da pecuária.

Em dezembro de 1979, organiza-se um encontro entre lavradores e pescadores para discutir os problemas da várzea e promover a união na luta. O jornal dos trabalhadores rurais, **Lamparina**, aborda e denuncia os problemas do varzeiro/pescador . . . A conquista pelo movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1980 torna possível um trabalho específico e sistemático com os pescadores. As lideranças sindicais solicitam o apoio da FASE, que entra em contato com algumas comunidades da Várzea, através da catequese rural. Assim lembra um pescador:

> "Nós estávamos numa semana catequética e o assessor chegou lá, convidou a gente, disse que queria ter uma conversa com os pescadores. E que conversa nós tivemos só no primeiro dia? Era de fazer assim uma campanha pra discutir nas áreas pesqueiras como se ganhar a entidade."

Ganhar a entidade era de fato o objetivo imediato; mas através disso se queria recuperar —ou reconstruir — a identidade coletiva dos pescadores, permitindo-lhes afirmar-se como pescadores economicamente significativos e viáveis e como cidadãos politicamente questionadores da ordem social imposta localmente pelas classes dominantes. É um pouco dessa história que quero resgatar aqui.

Os problemas dos pescadores

Em todas as conversas e reuniões então promovidas, apareciam sempre os mesmos problemas: o baixo preço da juta, de que não falaremos nestas páginas; a invasão das roças pelo gado; a pesca predatória industrial; a dominação por atravessadores da comercialização do pescado; e o caráter autoritário e repressivo do seu órgão de classe, a Colônia de Pesca Z-20.

A política pesqueira oficial

A Várzea é a área submetida às enchentes do Amazonas, numa largura que varia entre 44 quilômetros a oeste de Santarém e 22 quilômetros a este. Através de milênios, as variações sazonais do rio carregado de limo criaram ou apagaram ilhas, campos, matas de igapó, lagos, paranás e furos. A alternância de enchentes e vazantes do rio formou um complexo ecossistema com nichos variados que formam, cada um, um ambiente original em que o solo (fertilidade), a água, a vegetação combinam-se de modo diferente, propiciando formas de vida e de atividade humana diferenciada.

O meio ambiente aquático é extremamente rico e complexo, "principalmente porque as águas que carregam os sedimentos se alastram irregularmente pela várzea", segundo Betty Meggers. A cota mínima da vazante do Amazonas é atingida em outubro ou novembro. Em novembro ou dezembro começam as chuvas no baixo Amazonas e no médio e alto Tapajós. Em abril e maio, este rio e outros afluentes menores do Amazonas (Trombetas, Curuá e Maicuru) atingem o seu pique e abastecem a várzea de águas puras. Quando o ponto máximo da enchente do Amazonas alcança por sua vez, em junho, a região de Santarém, as suas águas encontram canais e lagos em boa parte cheios. Diz a mesma autora: "A associação desses dois tipos diferentes de água cria um misto de lagos, uma extraordinária variedade de condições para o desenvolvimento de plantas aquáticas e vida animal".

Uma grande variedade de peixes, cuja abundância até os anos 60 podia dar a impressão de que constituíam uma fonte alimentar ilimitada, se reproduz e aí se alimenta. A sua reprodução, porém, como bem o sabem os pescadores-vargeiros, é condicionada ao respeito aos tempos necessários à desova e crescimento das espécies, e às áreas em que isso ocorre. E a sua captura tem os limites indicados pela escassez anormal — pois é normal a relativa escassez na época da enchente em que o peixe se espalha e se esconde na várzea inundada.

No fim dos anos 70, esse equilíbrio entre os homens e a Várzea, entre os pescadores e os peixes —, que assegura a sobrevivência de uns pela reprodução dos outros —, é aceleradamente rompido, ameaçando ambos — peixes e pescadores — de desaparecimento.

A política pesqueira oficial, através de diversos incentivos fiscais, favorece a implantação em Manaus e Belém de grandes companhias pesqueiras equipadas com modernas frotas de geleiras. Essas firmas, secundadas por geleiras pertencentes a ar-

Jean-Pierre Leroy

Enchente na Várzea — Bois na Maromba.

madores de pesca de Santarém e outros municípios interioranos, invadem lagos e canais piscosos, onde, com enormes redes de arrastão, conseguem capturar em poucas horas toneladas de peixe. Essa pesca predatória ameaça seriamente de extinção várias espécies e provoca a escassez crônica de pescado para consumo na cidade; ou provoca a atitude suicida do uso de métodos predatórios de pesca para compensar de modo ilusório a escassez. Contribui também, conjuntamente, com a expansão da pecuária, notadamente bubalina, e a falta de atrativos para a cultura da juta, favorece a expulsão do varzeiro e a sua migração para a cidade.

Coerentemente com o incremento da pesca industrial e conivente com as companhias de pesca, a Sudepe — Superintendência de Desenvolvimento da Pesca —, autarquia federal que deveria coibir essa depredação, procede à implantação de terminais e entrepostos pesqueiros em várias regiões, visando centralizar a comercialização do pescado e rentabilizar a sua exportação. Na época estava em discussão a instalação de um terminal ou entreposto em Santarém. Em maio de 81, os empresários mocorongos, reunidos no hotel Tropical com o ministro Mário Andreazza, reclamam a construção do terminal, o que permitiria guardar o peixe na época da fartura para ser consumido no período de entressafra, passando por ele todo o peixe que seria assim submetido ao Serviço de Inspeção Federal. São contra um entreposto com fins comerciais, para exportação para outros estados, que faria concorrência aos entrepostos particulares, disputando o preço do peixe (**Jornal de Santarém**, 23/05/81).

A Federação das Colônias de Pescadores do Pará é totalmente cúmplice dessa política, assim como a maioria dos dirigentes das colônias de pesca. É assim, por exemplo, que em 1980 se assinala a presença, na Várzea de Prainha, de pesqueiros estranhos à região, que vieram com a autorização da Federação e acompanhados pelo presidente da Colônia Z-41.

A comercialização

Outro grande problema é o da comercialização. Costumam dizer os pescadores da região que a pesca é a melhor coisa do mundo . . . para quem não é pescador. O mercado municipal de peixe, construído na década de 60 para facilitar aos pescadores a venda do pescado diretamente ao consumidor, foi tomado por peixeiros/atravessadores, ligados ao sindicato do comércio de vendedores ambulantes. Os pescadores, sem acesso a nenhum local para conservar o seu produto de um dia para outro, vendem seu pescado aos atravessadores como único recurso, sempre por preços irrisórios, possibilitando enormes lucros até para o pequeno atravessador. A diretoria da Colônia Z-20 não enfrenta energicamente esse problema, e contenta-se com a cobrança que faz de 5% do valor do peixe que chega aos postos/mercados da cidade.

Mais ameaçador ainda ao pescador artesanal parece a política pesqueira oficial. A criação de um terminal ou de um entreposto eliminaria qualquer possibilidade de venda direta ao consumidor. Vol-

tada para o mercado externo à região, essa política provocaria uma queda de consumo local por escassez da juta provocada artificialmente e forte aumento dos preços do pescado, sem que os pescadores se beneficiem com isso, pois dependeriam de um quase monopólio de comercialização com preços fixados em outras instâncias.

A colônia, instrumento de dominação e repressão

Os pescadores artesanais são organizados em colônias, federações e confederação, associações civis definidas como órgãos de representação e defesa dos direitos e interesses da categoria*. Esse sistema foi implantado pelo comandante Frederico Vilar que, de volta de uma viagem de estudo à Europa e à América, foi incumbido de iniciar o Programa de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral, conhecido como a Missão do Cruzador José Bonifácio. O cruzador iniciou uma viagem pelo litoral em 1919. Foi a bordo do navio que o modelo de estatuto dos órgãos de representação dos pescadores foi elaborado pelos oficiais. A cada etapa, "a tripulação, composta inclusive por equipes de médicos e dentistas, atendia a população, promovia o registro e a criação das colônias de pescadores". Em 14 de março de 1920, ocasião da passagem a Santarém do cruzador comandado por Frederico Vilar, foi fundada a Colônia de Pesca de Santarém, denominada então Z-11 (posteriormente Z-34 e enfim Z-20). A missão "conseguiu forçar a eliminação dos impostos extorsivos, cadastrar milhares de pescadores e protegê-los de outras explorações". Se é possível salientar o caráter positivo dessa missão e ressituá-la no contexto da época, com o tempo o marco paternalista e autoritário da criação e dos estatutos das organizações dos pescadores tornar-se-á um fator de imobilismo e de desagregação da categoria.

Os estatutos atuais que regem o funcionamento das colônias e que foram aprovados pelo Ministério da Agricultura em 1973 deixam muito claro esse marco autoritário. A sua subordinação à federação e confederação, cujo papel de controle e fiscalização é constantemente repetido no estatuto, configura uma hierarquia quase militar, que se torna muito mais marcante quando se verifica que os postos de direção nesses níveis estão geralmente ocupados por homens políticos, empresários ou militares, e que as intervenções durante o regime militar tornaram-se rotineiras. Mais marcante ainda é o papel atribuído às colônias de "estrita colaboração com os poderes públicos", que as transforma em mero e cego executor e fiscalizador das políticas oficiais — extensão do Estado — sendo-lhes vedada qualquer participação na discussão e elaboração das normas e legislação sobre a pesca.

Em Santarém, o presidente da colônia, que ocupava o cargo desde 1971, tornou-se um próspero pecuarista e dirigente do sindicato rural patronal. Em junho de 1975, constavam da sua declaração de bens: três fazendas no distrito de Santarém, três fazendas no Tapajós, uma casa de alvenaria, um motor marítimo Mataraí, um carro Sedan Volks e 420 reses bubalinas. Expressava bem, na sua gestão, o desprezo pela categoria que deveria defender. Sobretudo, queixam-se os pescadores da cobrança, através de fiscais, de 5% sobre todo o pescado vendido e da mensalidade paga, sem que se vejam os benefícios trazidos pela colônia e sem que os seus dirigentes lhes dêem satisfação. Em 1981, a equipe da FASE relata: "Até convênio é mantido com a polícia local visando a prisão de pescadores contra esses abusos. Há apenas eleições fantasmas para novas diretorias, sem nenhuma convocação por edital. Os estatutos que regem o funcionamento da colônia são escondidos dos associados e seu conteúdo, portanto, constantemente desrespeitado". A arbitrariedade era tão grande que o presidente da colônia chega a defender abertamente os donos de geleiras contra os pescadores artesanais. Em 1980, no município vizinho de Monte Alegre, os pescadores proibiram a entrada do Lago Grande às geleiras com sua pesca predatória, proibição confirmada pelo prefeito. O presidente da Z-20 chegou a oficiar à Sudepe para que orientasse melhor o prefeito, para que o Lago Grande ficasse aberto às geleiras.

Jean-Pierre Leroy

Várzea de Santarém.

* Empresto do Centro Josué de Castro — Grupo de Pesca — essas informações e reflexões de caráter geral, in "Sistema de representação dos pescadores artesanais do Brasil". Recife, 1985, mimeo.

A emergência de um novo ator social: os pescadores

Achei por bem colocar aqui a crônica dos acontecimentos que levaram à eleição e posse de uma chapa representativa dos interesses do pescador artesanal. Embora fale por si mesma, apresento a seguir alguns elementos de reflexão sobre esse momento.

Crônica da conquista, de junho de 1981 a janeiro de 1983.

Fim do reinado

29 de junho de 1981 — assembléia geral — o presidente pela primeira vez faz uma prestação de contas. Rejeitada pela assembléia, numerosa e preparada.

1º de julho — Ofício do presidente da Colônia ao presidente da federação (acontecimento ignorado na época):

"quando da reunião do dia 29 de julho, que por sinal bem concorrida de pescadores, apareceram seis elementos que nós nunca tínhamos visto nas reuniões, colocaram-se em pontos estratégicos no salão e passaram a contestar-nos em tudo o que dizíamos. Sinceramente achamos a coisa estranha e, com aparência de insinuações. Os elementos contestaram Sudepe, Federação e até Governo . . .

Passamos a pesquisar e chegamos à seguinte conclusão: o Geraldo Pastana — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais — quer colocar na colônia uma diretoria dele, pois esta sociedade é um manancial (sic) para subversão, pois jogará com facilidade os pescadores contra tudo que é determinação da SUDEPE, FEDERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO e mesmo contra os proprietários rurais, e essa área se tornará um pandemônio. O que está acontecendo no interior do município, de brigas, invasões, etc., tudo liderado por este elemento, nem de perto podemos imaginar" (Ofício nº 59/81 do Presidente da Colônia, do Presidente da Federação. 1º de julho/1981).

10 de julho — Abaixo-assinado de mais de 300 pescadores que exigem eleições na Z-20.

26 de julho — Nova assembléia geral, convocada de surpresa. Mesmo assim, 114 sócios estão presentes.

A Emater apresenta o seu plano de expansão pesqueira e a Sudepe os estudos de viabilidade do entreposto pesqueiro.

O tenente Rocha, presidente da Federação dos Pescadores do Pará, salienta as realizações do ex-presidente da Z-20, que teria investido dinheiro do seu próprio bolso na colônia. O tenente faz um histórico do seu passado de chefe da federação nos últimos anos e de interventor em várias colônias durante a ditadura de Getúlio Vargas, época na qual "mandava prender muitos lavradores".

Apresenta a chapa encabeçada por um comissário de polícia de bairro e um fiscal da colônia mais afeito a perseguir e humilhar pescadores do que a pescar. A assembléia rejeita a eleição e a proposta de instalar uma junta governativa.

A reunião é encerrada abruptamente.

29 de julho — O tenente Rocha manda prender dois pescadores por não terem respeitado a autoridade dele. São soltos logo por falta de provas. Esse acontecimento é denunciado à Confederação dos Pescadores.

1º de setembro — O mesmo, em ofício nº 498, "reconhecendo a impossibilidade de, no momento, ser convocada nova Assembléia Geral" destinada (à eleição), "resultante do acirramento de ânimos ora reinante no seio da comunidade pesqueira" designa um interventor por um período de 12 meses, "com o objetivo maior de serenar os ânimos e proceder à eleição e posse da nova Diretoria".

A intervenção: barrar a subversão

17 de setembro — Empossado como interventor o Sr. João Frazão do Rego, da diretoria do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes.

7 de dezembro — O interventor, em ofício ao presidente da federação entrega o cargo e explica:

"Na qualidade de cidadão, e como assim defensor do nosso governo, assumi essa interventoria para evitar que ela caísse na mão de elementos treinados pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que há tempo vem trabalhando no meio dos pescadores com finalidade de colocar ali uma diretoria que possa comandar, e assim fazer o que já vem fazendo de insuflações.

"A Colônia Z-20, com seus dois mil associados, se torna um manancial para subversão e poderá gerar um conflito de grandes proporções entre pescadores, moradores ribeirinhos e proprietários, todos das imensas várzeas que temos, e posso adian-

tar, que o estopim está feito, não havendo prosseguimento porque tenho agüentado o que posso . . .

"Pelo já exposto, e me vendo sem possibilidades de segurar a situação, pois não conto com forças para isso, comunico que assim sendo não poderei continuar na direção da classe. Ainda não abandonei o cargo, pois espero que sejam tomadas medidas, para que com minha saída não seja essa sociedade entregue a esse grupo subversivo.

"Outrossim, informo que se houver eleições, esse grupo ganhará sem dúvidas, pois a classe está bem trabalhada." (Ofício nº 20/81 de 7 de dezembro de 1981, Colônia de Pescadores Z-20).

Cópia desse ofício é enviada à confederação, ao 8º BEC — Batalhão de Engenharia e Construção —, ao 3º BPM — Batalhão da Polícia Militar —, e à Capitania dos Portos. A esses últimos, o interventor oficia: "Tomamos essa medida para que os órgãos militares tomem conhecimento dessa situação, pois me sinto temeroso do que possa ocorrer".

2 de dezembro — Em telex à federação, o interventor solicita providências contra pessoas das comunidades do Lago Grande que impedem à força a pesca natural pelos pescadores da Z-20. Leia-se: pescadores artesanais do Lago Grande resistem à invasão e pesca predatória dos donos de geleiras.

9 de dezembro — O interventor envia uma circular ao Sindicato Rural (patronal de Santarém):

"Contamos com a restrita (**sic**) colaboração dessa diretoria assim como todos os associados dessa entidade de classe quanto aos problemas que poderão surgir oriundos desse elemento subversivo Geraldo Pastana de Oliveira".

11 de dezembro — Assembléia da colônia, com a presença de 115 associados e do comandante da Capitania dos Portos, tenente Lauro de Jesus Cruz. O relatório de prestação de contas do ex-presidente, preparado por um contador, sobrinho do presidente da federação, é contestado. O tenente Lauro propôs a formação de um conselho fiscal.

O conselho fiscal verifica que o relatório do contador é confuso e que o ex-presidente recebe muito mais dinheiro da colônia do que tem de notas fiscais em seu nome.

17 de dezembro — Em ofício ao tenente Lauro de Jesus Cruz, o interventor faz uma virtuosa denúncia contra um pescador, liderança da oposição e futuro presidente da Z-20:

"Levamos ao conhecimento de V.Sa., que houve um afrouxamento quanto à fiscalização da pesca em nossa região, em virtude de a Sudepe ter terminado o convênio com a SAGRI. Quanto à fiscalização de modo geral, sei perfeitamente que não poderíamos resolver, mas quando se trata de um caso, que próximo às nossas vistas, vem de encontro a uma determinação da Sudepe. Assim como prejudicar o sistema criatório, e, eu achando-me sem forças para tomar qualquer medidas, solicito de V.Sa. que interfira no caso, para evitar a continuação.

O elemento cabeça desse desrespeito, é o pescador Valdomiro Osvaldo do Rego Ribeiro, que já consta o nome no ofício nº 90/81 desta Colônia, e que se acha nos arquivos dessa agência remetido pela CIRCULAR Nº 01/81 de 09.12.81 . . ." (Ofício nº 92/81 de 17 de dezembro de 1981, Colônia de Pescadores Z-21).

14 de janeiro de 1982 — Chega a Santarém um novo interventor, sr. Abel de Campos Cabral, que suspende a assembléia marcada para o dia 16.

16 de janeiro — 150 associados entram no galpão de reuniões da colônia e fazem uma assembléia sob a presidência do conselho fiscal. Recusam aprovar as atas das assembléias anteriores e aprovam o relatório do conselho fiscal. Comunicados da renúncia do sr. Rego, decidem eleger uma junta governativa. Enviam ata da assembléia à confederação e marcam nova reunião para o dia 18.

18 de janeiro — No portão da sede da Z-20, por ordem do novo interventor, dois policiais barram a entrada dos associados. É chamado o advogado da diocese de Santarém que sugere reunião de entendimento para o dia 22.

22 de janeiro — O golpe da junta governativa — A Rádio Rural anuncia que uma comissão da Sudepe convida os associados da colônia para uma reunião dia 23.

23 de janeiro — 150 pescadores presentes. O novo interventor convida para tomar parte na mesa o tenente-coronel comandante do 8º BEC, o comandante da Capitania dos Portos, os representantes da Sudepe e da Federação dos Pescadores, a deputada do PMDB de Santarém e mais dois senhores.

O representante da Sudepe anuncia que este órgão, junto com a confederação e a federação escolheram o novo interventor e mais os dois senhores da mesa para fazer parte de uma junta governativa que está tomando posse hoje.

Protesto no plenário: conforme os estatutos, é a assembléia que tem direito e poder para escolher a junta governativa. O orador reitera que isso não é uma assembléia mas uma solenidade de posse. Um sócio volta-se para o plenário e pergunta se todos estão de acordo com a posse dessa junta, "o plenário respondeu, com todos falando ao mesmo tempo, como se fosse uma boca só: NÃO!" (Relatório do Conselho Fiscal da C. Z-20, 24.01.82).

Sob protestos, a junta é empossada. O único pescador da junta será destituído do cargo de tesoureiro em abril por insistir na apuração das contas.

5 de fevereiro — Uma portaria da confederação reconhece e homologa a "assembléia geral" que "escolheu" e "elegeu", a partir de 23 de janeiro de 1982, a junta governativa, medida que resultou "de divergências observadas no seio de sua comunidade pesqueira, com reflexos negativos nos órgãos dos poderes públicos interessados no assunto".

29 de junho — O clima continua tenso. O presidente da junta decide não realizar a assembléia geral e a procissão de São Pedro, e fecha a sede da colônia. Conta uma liderança:

"Os pescadores reunidos chegaram, estava fechada a sede e aí o pessoal começou arromba-não-arromba a sede e tal; paramos pra acertar, fizemos a assembléia, depois da assembléia o pessoal: 'Que que nós fizemos . Escangalhamos a casa? Mas o prejuízo é pra quem? É pro cara que não é nem pescador? Ou esse prejuízo vem pra cima das nossas costas? Como é que nós fizemos?' Mas o Santo estava preso, acertamos o negócio; como disse um companheiro: 'Não tem mistério pra isso, né, basta a gente ver'. E aí . . . a casa estava fechada, e o pessoal começou a empurrar na porta, a sacudir, né, de formas que a porta abriu nesse dia. Aí o pessoal jura que foi milagre de São Pedro. Foi o negócio mais histórico que teve nesse dia. Aí o pessoal, os companheiros pularam por cima da janela, pegaram o santo, trouxeram pra fora com andor e todos aí enfeitaram. Saímos na rua em passeata, em procissão da igreja para a catedral e aí os comerciantes, todos os comerciantes e o pessoal que trabalha, os comerciários ficaram simpáticos ao acontecimento que estava acontecendo este dia. Vieram pra rua, ficaram solidários, o trânsito foi parado dos carros da cidade. Foi um negócio assim muito histórico né, dessa viagem, bonito mesmo. Deu força pro movimento e com isso nós argumentávamos muito pra eleição. Foi um negócio que nós, politicamente nós ganhamos muito". (Ent. 15)

03 de agosto — O almirante José Pardela, na presidência da Confederação Nacional dos Pescadores, baixa portaria exigindo eleições em todas as colônias sob regime de intervenção ou de juntas governativas.

21 de agosto — A Sudepe adquire por 66 milhões o entreposto "Peixão" para transformá-lo em entreposto pesqueiro e entregá-lo à Z-20.

14 de setembro — Os pescadores dão "entrada na Z-20 a um abaixo-assinado com mais de 350 assinaturas de associados, exigindo a convocação de uma assembléia a fim de marcar a data da eleição para nova diretoria" (**Lamparina** nº 24, outubro, 1982).

17 de setembro — O presidente da confederação e o coordenador regional da Sudepe, capitão-de-mar-e-guerra, Artur Hening, reúnem-se na Z-20 com os pescadores.

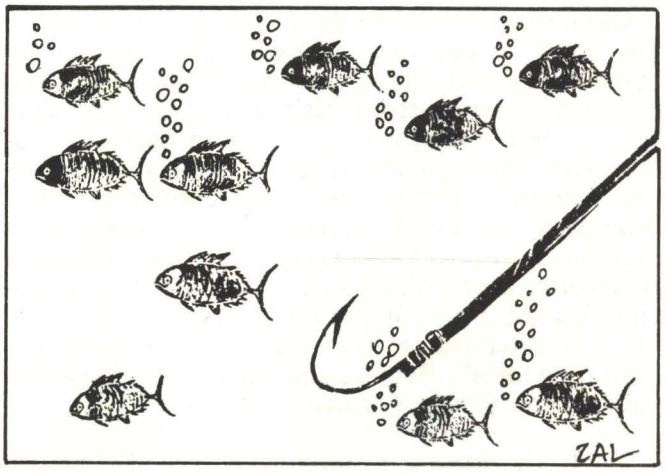
Apesar de a junta haver mantido secreta a reunião até a véspera, 60 pescadores estão presentes e relatam "de viva voz as arbitrariedades cometidas pela junta" (**Lamparina** nº 24).

Convocada uma assembléia para o dia 24, para decidir a data da eleição, a instalação do entreposto de pesca e convênio com a Sudepe. O presidente da confederação determina que sejam distribuídas antes aos sócios cópias do projeto do entreposto e da prestação de contas da junta. Isso não foi cumprido.

26 de setembro — 400 associados presentes à assembléia. A eleição é marcada para 28 de novembro.

O coordenador regional da Sudepe explica a finalidade do entreposto pesqueiro e pede à assembléia votar a cessão de uso deste à Z-20.

Dá "piranha no pirarucu": 10 associados votam a favor do convênio, 352 contra.



28 de novembro — O movimento dos pescadores elege a chapa verde com 402 votos contra 68 à chapa 2 e 26 à chapa 3, que tinha sido lançada pelo movimento como chapa alternativa por medida de segurança. Votaram 502 sócios dos 1.263 em condições de votar.

28 de dezembro — Em portaria nº 21, o presidente da confederação nomeia o dr. Severino Dario Franco de Oliveira interventor da Federação. Sai o tenente Rocha.

15 de janeiro de 1982 — Empossada a diretoria na presença de representantes de alguns sindicatos de Santarém, da periferia da cidade e da Pastoral do Pescador do Maranhão, de um pastor, do bispo auxiliar e de algumas autoridades.

A outra face da crônica: o embate de duas forças

É de propósito que contei minuciosamente essa história para tentar fazer sentir ao leitor a dureza e o cansaço da queda-de-braço que se deu — que se está dando — entre forças sociais opostas, senão antagônicas, as artimanhas daqueles que consideraram a colônia de pesca como um instrumento de controle de uma massa amorfa e obediente; e, de outro lado, a teimosa persistência do pescador, que sabe ficar numa longa espreita sem desanimar, enganar a sua presa e no instante exato dá o bote certeiro.

Do lado do pescador

Vale salientar de novo que a luta dos pescadores beneficiava-se da experiência adquirida pelos trabalhadores rurais e da força destes (e os antigos dirigentes da colônia, ao denunciar o presidente do STR, bem o sabem), do acompanhamento de uma equipe educativa já experimentada e de um setor da Igreja comprometido com a opção pelos pobres e muito presente na Várzea através de um trabalho de catequese rural. Mas nenhum apoio poderia dispensar a organização dos pescadores, pois só essa asseguraria a conquista do sindicato, além do acento sobre a participação/organização representar uma opção pedagógica e política dos que estavam no início do processo. É assim que se deu em 1981, conforme um relatório da equipe educativa, o "desencadeamento de um processo organizativo dentro da categoria que obedeceu ao lento, mas firme compasso de várias etapas solidárias entre si: o estudo de problemas concretos que mais afetam a categoria; a organização pela base a partir das comunidades; a articulação destas numa corrente intercomunitária e a mobilização da categoria em torno de lutas". Retomo aqui alguns dos elementos que compuseram o processo organizativo:

1. Os **estudos** tratavam dos projetos oficiais no setor pesqueiro, da pesca industrial e da exportação, do histórico das colônias, dos seus estatutos, das portarias da Sudepe. Eram realizados sistematicamente com as lideranças que despontavam aos poucos e vez por outra em encontros maiores e, nas comunidades, através dessas lideranças. Isso permitia aos pescadores enfrentar as propostas da Sudepe, por exemplo, com conhecimento de causa.

2. O **processo organizativo** partiu de lideranças, pescadores que realizavam essas tarefas educativas nas comunidades e formavam nelas grupos de apoio, suporte à organização e participação dos pescadores. Um atual dirigente lembra o começo:

"Foi visto que deveríamos cair em campo, principalmente na cidade, só com os nomes dos pescadores, sem saber onde moravam, sem saber de nada. E o pessoal saía assim tudo doido procurando onde morava um, procurava onde morava outro . . . Porque só na cidade tinha na base de oitocentos pescadores, então precisava ganhar esta área logo. Aí o pessoal assim, era de dia, de noite, para um lado para o outro, tinha vez que a gente ia jantar era meia-noite com fome."

3. Não era organização pela organização. Propunham-se **objetivos concretos:** um deles que sensibilizou e mobilizou os pescadores, na sua dura luta para assegurar a sobrevivência das suas famílias, foi, como vimos, a questão financeira: o questionamento do uso dos 5% de taxa cobrada pela colônia e da prestação de contas da diretoria. Aliás, a primeira vitória do movimento foi conseguir um conselho fiscal composto de pescadores artesanais.

Para custear os transportes necessários à organização e às lutas, em cada grupo, havia caixinhas mantidas através de bingos, rifas e festas.

Estudo, organização, lutas relevantes, caixinhas . . . não há outra explicação para a presença constante e maciça dos pescadores — se se levam em conta as distâncias e a sua situação de extrema pobreza — nas assembléias da colônia.

4. Para não limitar a sua luta aos horizontes estreitos da várzea santarena, os pescadores começavam a manter contatos com os companheiros dos municípios vizinhos. Dois deles foram participar de um encontro da Pastoral da Pesca em São Luís, em que estudaram e discutiram os projetos oficiais a serem implantados no Norte. Três outros participaram da 3ª Assembléia Nacional da Pastoral dos Pescadores, em Olinda. Por sua vez, o coordenador nacional desta pastoral veio trazer aos pescadores santarenos o seu apoio e a sua experiência.

Do lado da situação

Clara estava a intenção de bloquear a todo custo a possibilidade de mudanças na colônia via eleições, numa conspiração que envolvia local, regional e até nacionalmente as forças dominantes. Os militares, adestrados para esse fim, desconfiavam da subversão, e enxergavam automaticamente "elementos estranhos" cada vez que o povo se manifestava. Os políticos do PDS tinham no seu horizonte imediato as eleições de 1982 e a firme vontade de continuar para sempre, se possível, no poder; contavam com a colônia e a federação, cujo presidente tinha "ligação direta" com o Senador Jarbas Passarinho, segundo uma entrevista do tenente Rocha pelo jornal **Resistência**, nº 48, em 82. Quanto aos empresários, comerciantes e fazendeiros, esses apoiaram tudo o que pudesse impedir que seus lucros, de uma forma ou de outra, fossem ameaçados. E era verdade que a emergência de mais um ator social — pescadores e lavradores — de uma classe disposta a se expressar e a reagir à exportação e à marginalização, ameaçava as regras do jogo tradicional.

A afirmação de uma classe

A chapa vitoriosa tinha colocado num folheto o seu programa nestes termos: "O que queremos:

- A defesa de nosso pescado
- A autonomia da Colônia Z-20
- Garantir a vez e a voz das assembléias da Z-20
- Facilitar a associação de novos companheiros e companheiras pescadores
- Combater a pesca predatória
- A Z-20 só para pescadores de verdade
- Melhores preços para o nosso pescado
- Organização dos pescadores para a defesa dos nossos direitos e interesses
- Pela prestação de contas das diretorias anteriores".

Tratava-se agora de começar a transformar a intenção em projeto concreto. Não pretendo retomar a cronologia dos acontecimentos mas indicar as grandes direções em que se desenvolveu nestes anos a luta dos pescadores de Santarém, sob a direção da chapa eleita em 1982 e da direção que lhe deu continuidade e reforçou o seu compromisso com a massa e que será eleita em 1984: a organização da categoria, a administração da colônia e a defesa do pescado e do seu preço, às quais acrescentou-se, em conjunto com os trabalhadores rurais, a luta pela terra e pela saúde.

A organização dos pescadores

No primeiro encontro dos capatazes*, com a diretoria, os participantes concluíram: "A colônia deve servir, principalmente, como uma ferramenta que ajude a reforçar a organização pela base da nossa classe, garantindo a defesa permanente dos nossos legítimos direitos e interesses. A diretoria deve zelar sempre pelo exercício da democracia dentro de nosso órgão de classe, assegurando a voz e a vez dos associados nas suas decisões e atividades.

Essa orientação geral iria se concretizar com a criação e fortalecimento das capatazias, a filiação de mais sócios e a exclusão de outros, e a ampla participação de todos os associados em todas as atividades da colônia.

* Capataz: "chefe de um grupo de trabalhadores". Termo de marinha para designar quem ocupa uma posição subalterna de mando. A capatazia é uma subdivisão da colônia de pesca. Corresponde à delegacia sindical, o capataz sendo o delegado sindical.

Criação de capatazias

Foram criadas 27 capatazias em 1983.

Diretores e capatazes viam assim a sua função:

"– entrosamento entre o conjunto dos pescadores associados e a diretoria da colônia;

– conscientização e esclarecimento dos associados a partir das suas comunidades;

– alicerce da colônia, formando a força e suporte necessários para a organização segura da nossa classe".

Um dirigente explica assim:

"No sistema capitalista, capataz é aquele que impõe, que manda. Pra nós, no sistema socialista que a gente quer, os capatazes são assim como grupos de educação sindical. O cara que vai lá educar o povo, reunir o povo, ouvir o povo e então trazer a proposta do povo, convidar para a assembléia e a voz da assembléia ser soberana e decisiva, então era assim que a gente criou."

As capatazias cuidam do cadastramento dos associados e filiação de novos, das quitações de mensalidade, da regularização dos associados junto à Sudepe e Capitania. Discutem os problemas da categoria e encaminham soluções, realizam estudos.

Naquele ano, particularmente, dedicaram-se ao estudo dos estatutos das colônias, do projeto de entreposto e da portaria da Sudepe sobre as proibições de pesca.

A filiação de novos sócios

Foram simplificadas as exigências de documentação e foi feita uma campanha maciça de filiação da qual resultou o ingresso de 970 filiados. Também pela primeira vez nos 63 anos da história da colônia, mais de 150 mulheres pescadoras se filiaram. Como argumentou uma mulher, segundo a ata da assembléia de 13 de novembro de 83, que votou pela filiação da mulher (114 a favor, 4 contra):

"Iniciou dizendo ser esposa de pescador e como tal sente-se com o dever de ajudar o seu companheiro, não na pescaria mas ajudando a confeccionar material para pesca, como tarrafa e malhadeira, e vem juntamente com os pescadores acompanhando a luta para a conquista da classe, falar ainda que quando passou a acompanhar os problemas dos pescadores visitando as comunidades, observou que a maioria das mulheres pescam bastante como qualquer um homem, e com isso sentiu a necessidade de suas companheiras se associarem na colônia e incentivou-as para que se filiassem a fim de usufruírem do mesmo direito do pescador."

A eliminação de sócios

Os estatutos das colônias, no artigo 6º, prevêem três categorias de associados: os sócios efetivos, ou seja, os pescadores profissionais; os sócios cooperadores, ou seja, os armadores da pesca, os industriais da pesca e os pescadores artesanais; e os sócios beneméritos, estes sem direitos, vantagens ou deveres. Os sócios cooperadores eram na sua maioria atravessadores, comerciantes, fazendeiros e armadores. Um atual dirigente explica a posição dos associados efetivos da colônia:

"Eram os empresários tudinho que estavam lá dentro. Eram os vereadores, era deputado e tudo mais. Então faziam da Z-20 um curral eleitoral, um comitê eleitoral deles . . . O que quer dizer cooperador para nós? É esse cara que é dono de empresa? Não pode estar dentro de uma entidade de classe. Esses associados que são de benemérito, que estão aí pra querer ganhar medalha, a Z-20 não vai dar mais medalha agora. Vamos tirar todo esse pessoal, vamos deixar a entidade de classe pros associados, aqueles que fazem do seu instrumento de pesca o seu meio de vida."

Após longa discussão na assembléia de 13 de novembro de 83, foi votada por unanimidade a eliminação dos sócios cooperadores. Mais de 400 saíram assim formalmente do quadro da colônia, do qual a luta dos pescadores artesanais os tinham excluído na prática. Não se tocou nos sócios beneméritos, que foram simplesmente marginalizados.

A afirmação da autonomia

Os estudos dos estatutos e das portarias da Sudepe e a luta travada para a conquista da colônia tinham mostrado que a soberania da assembléia, propalada pelos estatutos, não conseguiu se afirmar frente às restrições previstas nos próprios estatutos e as repetidas interferências de órgãos públicos. O meio de resistir a isso e de afirmar já tinha sido provado: era a participação maciça e consciente dos associados na vida da colônia. A criação de capatazias, a filiação de sócios e exclusão de outros visavam fortalecer o movimento, o que dava força e legitimidade à assembléia geral como instância máxima e autônoma de decisão.

No entanto, para que essa postura fosse consolidada em lei, a Colônia Z-20 se juntou a outras colônias e movimentos de pescadores, do Pará, do Maranhão e do Nordeste, para começar a pressionar para uma mudança de estatutos, num movimento que se chamará a "Constituinte da Pesca".

A administração da colônia

A diretoria recebeu a colônia em caótica situação financeira. Por isso, mais de 500 associados, reunidos na assembléia de maio de 1983, aprovaram a direção da colônia, pelo fato de mover na Justiça um processo, por falta de prestação de contas, contra o ex-presidente, os interventores e membros da junta governativa e o ex-presidente da federação — que tinha deixado o cargo em janeiro de 1983. Deixaram um prejuízo financeiro de 7 milhões de cruzados, que incluía: os encargos sociais não pagos de quatro funcionários desde 1980; um débito embolsado sem comprovantes pelo ex-presidente, referente às despesas realizadas com a construção de um galpão de reuniões; as obrigações trabalhistas acumuladas pelo tempo de serviço dos cobradores (fiscais) da colônia contratados e mantidos em situação irregular durante anos; e o desvio de verbas do Funrural destinadas a pagar os salários e obrigações sociais de dois dentistas e uma atendente conveniados com a Z-20.

A colônia reclamava também a devolução de dez pastas contendo as contas da última gestão do sr. Alberto Riker, enviadas pela junta, em março de 1982, ao tenente Rocha e misteriosamente desaparecidas quando da destituição deste da presidência da federação.

Sem esperar os resultados do processo, a direção procurava reerguer a colônia com uma gestão rigorosa, ajudada pela confiança e apoio dos sócios, manifestada pelas quitações e filiação de novos sócios. Prosseguia, através de festas e bingos, na construção do galpão de festas.

A defesa do pescado e do seu preço

A terceira grande frente de luta diz respeito à defesa do pescado e do seu preço. Essa defesa concretizou-se na resolução da questão do entreposto pesqueiro, combinado com a defesa do preço do pescado, e na continuação do combate à pesca predatória.

Não ao entreposto pesqueiro

As questões colocadas aos sócios da colônia eram: a colônia deve ou não assumir o uso e a gestão do entreposto por ora administrado pela Sudepe? Deve aceitar e colaborar com o programa de extensão pesquira Emater/Sudepe?

Os pescadores prepararam com seriedade a sua resposta: estudos individuais e das lideranças, primeira discussão no encontro de capatazes de março de 1983, estudo nas capatazias e, enfim, discussão e votação na assembléia geral de 29 de maio de 1983, em cima do resumo do Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca-Pará, 1980-1985, e do Projeto de Entreposto apresentado pela Sudepe. Nessa assembléia, os pescadores questionaram a industrialização da pesca, ao notar que "as 18 empresas pesqueiras funcionando no estado em 1979 empregavam apenas 1.663 pessoas, enquanto a pesca artesanal, correspondendo em 70% do valor do pescado comercializado em todo o estado, ocupava grande número de pessoas no setor pesqueiro (40.000)" (Ata da Assembléia). Quanto ao entreposto, chegaram às seguintes conclusões: "O entreposto pesqueiro só funcionaria para aumentar a exportação de peixe para fora da nossa região, causando graves prejuízos, não somente para o pescador artesanal, mas também para a própria população de Santarém, agravando cada vez mais a escassez do pescado no nosso município. Quando da implantação do entreposto no ano passado, a Sudepe em vez de consultar os pescadores artesanais, dando oportunidade para o estudo e esclarecimento sobre seu projeto, reuniu-se com a classe empresarial e política, deixando de lado os pescadores; também a Sudepe durante toda a gestão da junta governativa (jan. a dez. de 1982) da Colônia Z-20 compactuava com as irregularidades administrativas . . .", o que provocou a desconfiança dos associados; "e que há grandes dúvidas sobre a viabilidade econômica do entreposto, até hoje não esclarecidas pela Sudepe mas comprovadas pelo ex-proprietário do Peixão", que disse que na entressafra (de novembro a maio) sempre teve prejuízo e por isso vendeu o seu entreposto à Sudepe.

A assembléia rejeitou também a implantação de um programa de extensão pesqueira "porque, segundo documentos oficiais estudados pelos associados, este projeto serviria de suporte à exportação do pescado, e favoreceria, inclusive, intermediários, armadores e comerciantes do setor pesqueiro, causando prejuízos inevitáveis para o conjunto da categoria de pescadores artesanais" (Relatório da Assembléia assinado pelos diretores da Z-20).

A venda direta do peixe ao consumidor

A Sudepe, depois do seu insucesso em repassar o entreposto à colônia, transformou-o em cooperativa, mas a política da colônia era desencorajar os seus sócios a se associarem à cooperativa, "porque depois que se associasse o cara não tinha direito ao seu pescado, tinha que passar por uma boca só". Era para eles uma ameaça ao futuro da pesca artesanal. Outro perigo para a cooperativa era provocar a desunião na categoria. Essa preocupação não era descabida quando se analisava a política anterior da Sudepe e a atuação, em outras áreas do Pará, de um padre, que estava agora metido no projeto da cooperativa.

Os pescadores, através da colônia, preferiram voltar-se para obter um espaço de venda direta ao consumidor, ou melhor, recuperá-lo, pois em princípio há muito esse espaço tinha sido previsto para o pescador. Com a colaboração da Capitania dos Portos, foi-lhes assegurada uma área de praia em frente ao mercado municipal, onde somente os pescadores podem vender o seu produto à população, afastando os atravessadores do local.

Em 1985, a colônia, para preservar melhor esse espaço e facilitar a venda do pescado, mandou fazer um tablado — banca reservada à comercialização do peixe dos associados —, conforme decisão da assembléia. Essa decisão é na realidade de difícil cumprimento, pois não faltam pescadores para vender seu pescado ao atravessador, por falta de tempo e de condição até para vir à cidade, ou por medo de perder o pescado. Outros vendem para o entreposto. De qualquer modo, o difícil problema da comercialização, embora minorado, não estava resolvido.

A luta contra a pesca predatória

Essa luta encontrou um novo alento com o respaldo dado às autoridades da Várzea e às suas

capatazias pela colônia, e graças ao exemplo dado pelos lavradores/pescadores do Tapajós no conflito que travaram com geleiras e no enfrentamento com a Capitania em 1984. Os lavradores/pescadores do Tapajós apreenderam extensas redes que atravessavam o Tajapós colocadas por geleiras e as esconderam. Por sua vez, a Capitania confiscou um barco comunitário. É o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que deu respaldo aos moradores do Tapajós, pois não há capatazias nessa região, uma vez que a pesca nesse rio é uma atividade secundária.

Da mesma forma, como os posseiros fazem as suas leis sobre posse e uso da terra nas suas comunidades, os pescadores começam a definir nas suas localidades as suas leis. É assim que quatro comunidades do Maicá decidem proibir a pesca de malhadeira no Igarapé do Maicá, de 1º de setembro a 1º de fevereiro. E como a proibição não foi obedecida, apreenderam em 1984 malhadeiras que foram confiadas à Z-20 para que as entregasse à Sudepe sob a promessa de que seriam feitos estudos para mapear a área e autorizar e proibir a pesca da época certa. Em abril de 1985, o pessoal reunido em Sta. Inez do Ituqui põe-se de acordo para propor fechar a pesca do pirarucu em novembro e reabri-la em fevereiro. E no seu relatório comenta:

"Sobre a pesca do pirarucu e a pesca predatória (cortar capim, arrastão, tapa-lagoa-abaixo, bombas . . .) quem deve tomar as decisões são as próprias comunidades e pescadores da região, e devem fazer as suas portarias e as suas próprias leis sobre pesca e não a Sudepe que até agora só tem baixado portaria e não tem fiscalização para garantir estas portarias. Pelo contrário, tem colocado pescador contra pescador."

Em junho do mesmo ano, é a capatazia de Sta. Terezinha que decide: não permitirão a pesca com malhadeira embaixo das árvores frutíferas, e, de fevereiro a junho, nas proximidades das comunidades. Aí estavam Santíssimo, Aramanaí e Lago Grande para mostrar o acertado dessas medidas quando acompanhadas de ação efetiva, como depõe um dos diretores da colônia:

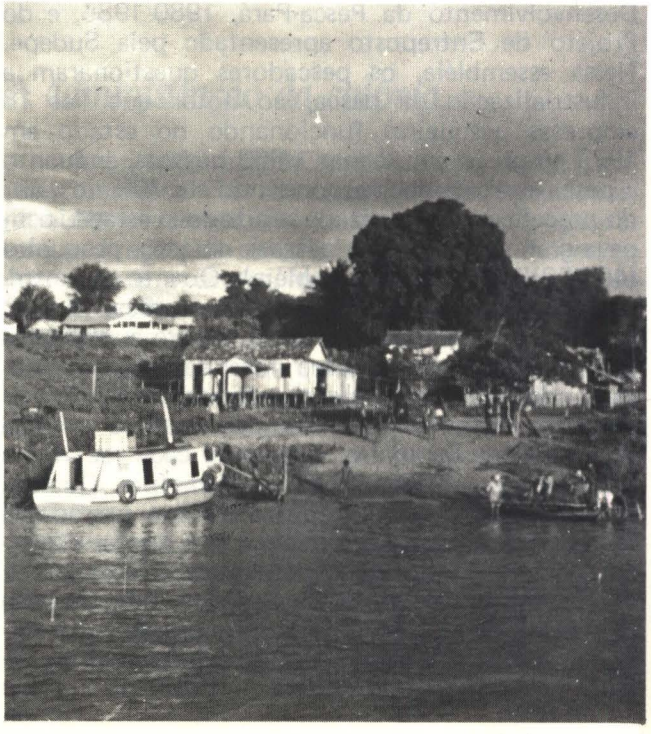
"As grandes empresas, as grandes geleiras invadiram mesmo o Lago Grande e tiraram todo o peixe que existia e o pessoal tava exatamente passando muita miséria . . . Muitos companheiros tiveram que fazer encontros e discutir essa situação e o povo acata essa discussão porque a mesa cada dia fica mais falta, né? Então aconteceram lutas importantes como a retirada das geleiras, como jogar gelo fora, mandar os caras embora mesmo senão apanham. Muitas gente revoltadíssima com a situação. Hoje o Lago Grande tem peixe. Você vai pra região e já vai encontrar uma outra realidade que não tinha antes. É isso aí que a gente vem conseguindo já com as organizações das capatazias, com as organizações das delegacias sindicais que nunca foram desligadas uma da outra, inclusive nós da Várzea a gente é sócio do sindicato e é sócio também da colônia."

A luta pela terra

Sindicato e colônia, o primeiro mais à frente e a segunda mais como apoio, estavam juntos na luta contra a invasão das terras da Várzea pelos fazendeiros, invasão acelerada pelas mudanças ocorridas na economia da Várzea na última década, de que já falamos, e ultimamente pela perspectiva de financiamentos oferecidos pelo programa "Pró-Várzea", de incentivo à agricultura intensiva nas áreas de baixadas.

É na localidade de Surubiu-Açu, nos confins do município, que se deu o principal conflito de que se tem registro nessa época (1983-84) na Várzea. Terras de uma "praia", consideradas comunitárias, ocupadas há mais de trinta anos pelos moradores, foram vendidas ilegalmente a um fazendeiro, que posteriormente vendeu parte delas a outro. Os moradores, ignorantes dessa trama, começaram a perceber que suas lavouras na praia estavam sendo invadidas pelo gado. Em maio de 1983, convidaram os fazendeiros para discutir um acordo amigável. Em vez de diálogo, a resposta foi atear fogo na casa de um e destruir a cerca de outro. Será necessário anotar que o delegado de polícia deu razão ao grileiro? A resposta das comunidades da região foi de se juntar em novembro para reconstruir a casa do primeiro — eram 51 pessoas — e organizar um puxirum (mutirão) de mais de 80 pessoas para fazer uma roça comunitária.

Um dos dois fazendeiros, por sua vez, fez um roçado imenso para plantio e construiu uma casa. As comunidades prepararam um "documento" solicitando que ele retirasse a casa dentro de cinco dias. Conta um morador:



Jean-Pierre Leroy

"Nós entregamos o documento para ele e a resposta é que ele não ia retirar. Se nós quiséssemos que tirasse, mas ele não ia tirar porque a terra era dele, ele tinha comprado o terreno e ele tinha documento. Então que ele mostrasse, mas nunca mostrou . . . Fomos lá e tiramos a casa telha por telha. Ele se mandou na hora que a gente tava tirando a casa . . . Tiramos tudinho, arrumadinho, telha por telha, contado e tal porque talvez pudesse acontecer algum problema na frente. Foi um negócio muito lindo, bem preparado. Nós tinha equipe de água, nós tinha equipe de trabalhadores que ia realmente pra fazer plano na área, nós tinha a equipe que ia pra fazer a comida, as mulheres iam fazer a comida, nós tinha a equipe de segurança pra observar porque de repente podia chegar a polícia. Realmente foi uma luta muito bonita, incentivou o povo a lutar para defender a terra."

Na realidade, são as quatro comunidades vizinhas que estavam tomando a frente dessa luta:

"Nós fomos pra defender realmente porque se viu que era bom pra nós, e viu que era prejuízo dos companheiros da comunidade. E inclusive tava numa região que se a gente não combatesse lá mais tarde iria prejudicar a nossa comunidade que é vizinha de lá."

Quanto à comunidade onde se dava o problema, de um lado lhe faltava liderança e, de outro, muitos dos seus membros recebiam "migalhas" do fazendeiro, que morava na comunidade e os empregava parte do ano e se sentiam "obrigados".

Alguns dias depois, os dois fazendeiros no seu barco levaram em diligência três soldados de Alenquer para prender alguns trabalhadores, alegando, segundo o relato do conflito preparado pelo STR, "que eram eles os instigadores, e na verdade não eram porque quem iniciou a luta foi todo mundo na região". Dois ficaram presos dois dias em Alenquer, e o delegado arrancou de um deles, sob ameaça de morte, uma confissão falsa favorável aos grileiros. O Avelino Ganzer, presidente do STR de Santarém, viajou até lá para obter a sua soltura, levando inclusive declarações e documentos que provaram que Surubiu-Açu pertence ao município de Santarém e não ao de Alenquer. O delegado soltou os presos e, segundo o mesmo relato, explicou ao Avelino como entendia a sua função: "Em outros lugares investigam para prender; eu, no entanto, prendo para investigar; não tem ninguém que me obrigue a soltar alguém, nem o procurador".

Na reunião da delegacia sindical, organizada depois para comentar e avaliar os acontecimentos, todos comentavam que ninguém deveria se entregar quando intimidado por questões de terra, e que deveriam cuidar da segurança, para evitar de alguém ser levado preso e quem sabe desaparecer ou ser morto sem ninguém poder impedir. E um participante concluía:

Infelizmente a polícia pegou aí o companheiro meio tolo né, aí ele foi (preso), talvez até com medo de ser baleado. Pra mim é até um prazer se eu morrer nessa luta . . . A decisão da gente é isso, morrer pela paz. Morrer pelo direito, se for o caso de morrer. Porque ninguém está lutando para morrer, né? É pra vencer. Ninguém quer a morte, queremos a paz, queremos que . . ., queremos viver. Por isso que nós lutamos, porque nós queremos viver. Pior é nós morrermos de fome depois. Isso é pior."

Com alguns ingredientes a mais ou a menos, a mesma história se repete em muitas localidades da Várzea: Pixuna do Tapará, Campos do Urucurituba, Mararu, Aracampina, Saracura, Vila Amazonas, Tapará, Piracaoera de Cima, etc. O gado invade roçados e terreiros. Os moradores propõem acordo. O fazendeiro rejeita o acordo ou não o cumpre. A comunidade "busca os seus direitos" no STR ou na Z-20, pressiona o fazendeiro, às vezes "corta" uma rês como indenização. A polícia chama a depor os "cabeças". Assim prossegue a luta do varzeiro, entre vitórias e derrotas, minado na sua permanência na terra como o barranco pelas águas do rio, mas sempre teimoso na sua resistência.

Conclusão: os pescadores da Z-20, parte da classe trabalhadora organizada

No meio dessas lutas, houve em 24 de novembro de 1984 uma nova eleição à qual já aludi, com chapa única encabeçada por Albésio Pinto. Foi eleita com 956 votos de um total de cerca de 3.000 sócios. Pela primeira vez colocaram-se urnas em várias capatazias da Várzea. Se o total de votantes representava um progresso em relação às eleições de 1983, ainda havia relativamente poucos associados em condição de votar, quer dizer, com as suas quitações de sócios em dia. Essa situação era indicativa das dificuldades financeiras dos pescadores, mas também da fraqueza da organização da categoria. Tinham-se criado muitas capatazias, mas sem um suficiente trabalho educativo (visitas, encontros, cursos) junto a elas. Havia capatazes que não estavam assumindo o seu papel. Num processo mais dinâmico de participação sobre eles: ou mudavam de atuação ou seriam trocados.

Embora a nova direção desse continuidade à ação da anterior, o seu programa — "Defesa e preço justo ao pescado; garantir a terra para quem trabalha nela; conquistar postos médicos nas comunidades; fortalecer a organização das comunidades" — indicava agora uma grande identidade com o STR, que tinha como bandeiras: preço da produção, terra e saúde e com o Movimento Popular Urbano — MOP — que lutava sobretudo pela saúde.

Os pescadores participaram assim de grandes manifestações públicas em Santarém para a instalação de postos de saúde nos bairros e no interior.

Mas o desafio de sobreviver como setor social viável economicamente e de se afirmar como cidadão e trabalhador levou a colônia, dirigentes e associados, a entrar a fundo nas articulações mais amplas, regional e nacionalmente: na Central Única dos Trabalhadores, no plano sindical e no movimento da "Constituinte da Pesca", ao qual outros artigos se referem mais detalhadamente.

Os pescadores de Santarém estão longe dos centros de decisão do país mas não estão isolados nem fechados sobre si mesmos.

As suas lideranças entenderam que a sua luta não é só a de alguns milhares de famílias mas que está em jogo um projeto de sociedade diferente, em que todos estamos implicados. O sucesso das suas lutas será o nosso, o seu fracasso seria o nosso fracasso.

NOTAS

Bote
Nome dado em Santarém à canoa pequena, geralmente cavada num tronco de árvore.

Geleira
Barco que transporta gelo e compra o pescado do pequeno pescador no local da pesca. Pescadores de Santarém chamam também assim os barcos usados na pesca semi-industrial e que também carregam gelo para conservação da sua própria pesca.

Igapó
Mata da várzea amazônica inundada.

Paraná
"Extenso, largo e caudaloso braço de um grande rio que forma uma grande ilha. Termo indígena derivado de pará-mar". (Soares)

Furo
Os furos — "canais, geralmente estreitos, que comunicam os lagos de várzea com os rios, ou que estabelecem ligações entre dois ou mais rios". (Soares)

Nicho
Porção restrita de habitat, onde vigem condições especiais de ambiente (Aurélio Buarque de Holanda).

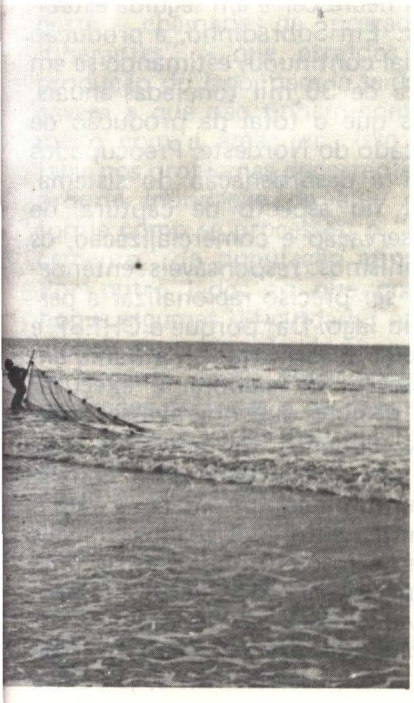
Mocorongo
O habitante de Santarém.

Corta-capim
Corta-se o capim flutuante para abrir caminho à canoa e dar espaço para colocar a malhadeira. É considerada predatória porque essa pesca se dá em área de reprodução do peixe.

Tapa-lagoa-abaixo
Tipo de pesca predatória. Consiste em tapar com uma rede a saída natural dos peixes de uma lagoa da várzea.

Bomba
Atiram-se explosivos na água. Com a onda de choque, matam-se indiscriminadamente peixes e alevinos.

Malhadeira
Tipo de rede.

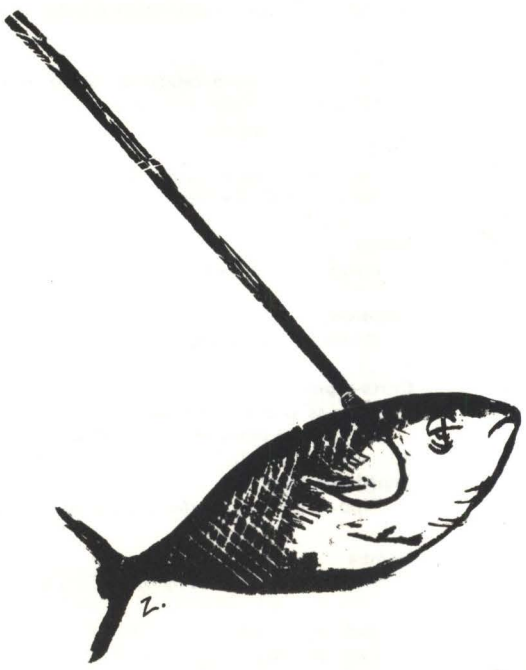


O Centro Josué de Castro fala de sua experiência com a pesca artesanal

Entrevista de *Waldo César*

O Centro Josué de Castro, entidade sem fins lucrativos, com sede em Recife, dedica-se ao estudo, pesquisa e ação junto à população marginalizada do estado. Fundado em 1979, o centro conta com uma equipe multidisciplinar, ocupando lugar de destaque no universo das chamadas organizações não governamentais no país — as ONGs. Entre as suas múltiplas atividades está um setor que se ocupa da pesca artesanal — o que não é uma atividade comum às ONGs brasileiras.

No belo e grande casarão que ocupa no bairro da Boa Vista, em Recife (onde está todo o acervo da biblioteca e documentação de Josué de Castro), Hamilton Cavalcanti Costa, Jacirema Bernardo de Araújo e Nathanael Maranhão Valle (Natan) falam a **Proposta** sobre o seu trabalho e projetos com pescadores artesanais.



Entrevista

Proposta — Como foi que o Centro Josué de Castro entrou nessa questão de pesca?

Hamilton — Na verdade, o nosso interesse e compromisso com os pescadores artesanais teve início antes da fundação do Centro Josué de Castro.

O ponto de partida decorreu de uma relação profissional e de amizade iniciada em 1967 quando coordenávamos um trabalho junto aos pescadores artesanais do Nordeste e executado pela Sudepe, em convênio com a Sudene. Neste programa Jacirema fazia parte da equipe técnica de coordenação e Natan, eventualmente, prestava algum serviço na área de pesquisa e treinamento.

Após o encerramento desse trabalho, o grupo iniciou uma relação com a Comissão Pastoral dos Pescadores, prestando uma assessoria notadamente na área de planejamento, coordenação, execução dos seminários e encontros, tanto locais, quanto regionais e nacionais.

A partir de 1979, com a fundação do Centro, embora o grupo continuasse a prestar essa assessoria à Comissão Pastoral dos Pescadores, ele compõe, dentro da estrutura do Josué de Castro um grupo de trabalho — o GT Pesca.

A partir de então o grupo tem funcionado sistematicamente como tal, embora os membros da equipe desempenhem outras atividades fora do Centro, vinculadas ou não com a atividade pesqueira.

SOBRADINHO

Proposta — Conte um pouco da experiência e da situação em Sobradinho.

Hamilton — O enchimento do Lago do Sobradinho ocorreu em 1977. Normalmente, quando se forma um lago artificial, num primeiro momento a produção de pescado atinge um pique para depois decrescer e em seguida estabilizar. Em Sobradinho, a produção inicial continuou, estimando-se em cerca de 30 mil toneladas anuais, mais que o total da produção de pescado do Nordeste. Preocupados com a desordenação do sistema, quer no aspecto de captura, de conservação e comercialização, os organismos responsáveis entenderam ser preciso racionalizar a pesca no lago. Daí porque a CHESF e o governo do Estado da Bahia entenderam de elaborar e executar um projeto que objetivasse o desenvolvimento da atividade pesqueira no lago. Para tanto, contrataram uma equipe em 1979 para o levantamento dos dados iniciais necessários à formulação de uma proposta para racionalizar e desenvolver a pesca em Sobradinho. Tivemos uma participação neste trabalho e, posteriormente, já com a

Secretaria de Planejamento e Tecnologia — Seplantec, do governo da Bahia assumindo a responsabilidade pela elaboração de um projeto, compusemos a equipe encarregada dessa atividade. Desta forma, a nossa participação ocorreu na fase de planejamento e, posteriormente, na fase de implantação de uma atividade de capacitação da equipe de execução.

Proposta — E os resultados do estudo e a situação hoje?

Hamilton — A partir da finalização da tarefa que nos foi encomendada, não mantivemos um contato mais estreito com a equipe do projeto, a essa altura já em fase de implantação. Embora informalmente e de diversas fontes, notícias nos são fornecidas sobre o Projeto de Sobradinho.

Desde a elaboração do estudo e da proposta identificou-se uma série de fatores que dificultava a administração da pesca em Sobradinho: a extensão da área e a pesca predatória dificultavam a fiscalização; a grande seca no período que determinava a pesca como a melhor forma de sobrevivência; o afluxo de grande número de pescadores de açudes de outros estados do Nordeste — chamados de "pescadores itinerantes" — que, atraídos pela produção do lago, para lá se deslocavam e que não tinham compromisso com a área, etc. Isso sem falar nos problemas decorrentes da própria inundação da área e da forma como se processou o "relocamento" da população atingida. Por outro lado, ao que consta, houve algumas dificuldades operacionais na condução da execução, certamente como decorrência de injunções políticas e de desencontros entre as várias instituições envolvidas na execução do projeto, algumas delas sem qualquer experiência no trato da pesca e dos pescadores. Tanto assim que temos sabido que algumas atividades têm caminhado de forma positiva, enquanto outras não têm apresentado bons resultados.

TRABALHO COM A COMISSÃO PASTORAL DA PESCA

Proposta — Como foi a experiência com a Comissão Pastoral da Pesca?

Jacirema — Depois de constituído o Centro continuamos como grupo de pesca a trabalhar com a CPP, um canal importante no contato com os pescadores, o único na época para o tipo de ação que desenvolvíamos. Havia o trabalho técnico que assessorávamos e a evangelização, uma atividade muito rica dependendo de quem a realizava. José Comblin e Carlos Mesters, por exemplo, trabalhavam numa perspectiva de libertação e deram importantes contribuições ao trabalho que fazíamos. Contávamos também com participação e os estudos/pesquisa de Jacques Laberge e Todd Brem. Este último conseguiu observar diretamente todas as usinas de Pernambuco, levantando e documentando **in loco** a questão da poluição dos rios. Na situação, o fato de ser norte-americano abriu-lhe portas que a nós outros não seriam abertas com a mesma facilidade.

Todd, ao sair de Pernambuco (rumo ao Norte), "construiu" algumas pontes entre grupos de pescadores e entidades de outras regiões mais distantes, como o Pará e o Maranhão.

É dessa fase a realização de um levantamento de dados para uma **História das Colônias, contada pelos pescadores** e que depois evoluiu para um estudo mais aprofundado. Natan por sua vez levantou e recolheu uma enorme bibliografia sobre pesca, em especial sobre aspectos históricos. A partir daí e juntamente com outros companheiros, como Clodoaldo Silva e Wilson Maciel, se deu uma dimensão maior à pesquisa.

Tudo isto foi realizado em cooperação com a pastoral, ao lado de seminários e encontros de reflexão com os pescadores e CPP.

Atualmente e desde 1985 o GT-Pesca tem trabalhado independentemente da CPP.

ATIVIDADES ATUAIS DO CJC

Proposta — Sabemos que o Centro trabalha em várias frentes, mas em relação à pesca o que está acontecendo?

Natan — Damos assessoria e cursos a várias colônias e a grupos e entidades ligadas à pesca artesanal. Cito a Sociedade Beneficente dos Pescadores, organização dos próprios pescadores, com sede em Ponte dos Carvalhos, a poucos quilômetros de Recife (ver informação e entrevistas neste número). Em princípios de 1987, em cooperação com CENPLA — Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento e com apoio de várias outras ONGs e agências de cooperação, realizamos um Encontro Nacional de Pescadores Artesanais, em Tamandaré, Pernambuco, do qual nasceram vários projetos e iniciativas que estamos tratando de implementar (ver neste número). Demos assessoria ao Governo Arraes e temos publicado vários estudos e pesquisas, dos quais menciono **"Educação com os pescadores: algumas questões e caminhos"**, 1985.

A MULHER NA PESCA

Proposta — E as pescadeiras? Como é a participação da mulher na pesca?

Jacirema — É complexa. A mulher da pesca em geral trabalha nos mangues, os lugares mais afetados pela poluição; seu ambiente de trabalho é o mais degradado que se pode imaginar. Isto tanto nos mangues próximos de Recife como nos municípios mais afastados da capital, os quais estão mais próximos das usinas de açúcar, destilarias de álcool e fábricas. Vale salientar em relação às pescadeiras que, além de mulher, com poucas condições de sobreviver de outra forma, a sua participação — tão pesada quanto a do homem — não é tomada em consideração devidamente, enquanto atividade produtiva.

No Pina, em Carne de Vaca — Goiana, em Itapissuma, como em Ponte dos Carvalhos e outros lo-

cais situados ao longo dos manguezais que ainda restam no estado, se encontram muitas "pescadeiras" e estas têm cada vez que ir mais longe à cata de siris, caranguejos, sururus e outros mariscos. A situação, embora difícil para muitas, é ainda uma opção melhor para estas mulheres que o emprego doméstico e similares, já que, conforme suas observações, "na maré não deixamos os filhos à toa"... Ali estão elas com os meninos sob suas vistas e na maioria dos casos já iniciando suas próprias "pescarias" e ajudando na manutenção.

A produção resultante dessa atividade, que se realiza dentro da lama, em condições de extrema precariedade, nem sempre é suficiente para a sobrevivência e muito menos para gerar excedentes significativos para vendas. O quadro ante isto tudo, e em especial face a um produto escasso e cada dia mais inacessível, é alarmante para um contingente considerável de mulheres e crianças, não só de Pernambuco. Futuramente não terão de onde tirar este "sustento", ainda que mínimo.

Existem poucos estudos sobre a situação da mulher na pesca. No Centro Josué de Castro estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa **não para**, mas **com** as pescadeiras, que na maioria das vezes são abandonadas duplamente: pelos maridos e pelo estado, considerando que estas, como as demais mulheres, têm sofrido historicamente uma séria discriminação que lhes tem legado papéis submissos e de segunda categoria na nossa sociedade. Ao mesmo tempo partimos da consideração óbvia de que dentro da lógica ou estrutura social em que estamos, os que vivem da pesca, e aí indistintamente, homens e mulheres, integram o segmento populacional maior de oprimidos e explorados que sabemos.

Há uma coisa que consideramos importante resgatar: o papel das mulheres nas lutas dos pescadores, já que na prática, não obstante as condições, revelam muita força, coragem, dignidade e ânimo no enfrentamento dos problemas e responsabilidades gerais do coletivo. Há lugares em que elas se constituem numa vanguarda da categoria. Isto, num processo de pesquisa participativa, queremos ver resgatado. Mas ainda não temos financiamento para este trabalho.

O GOVERNO ARRAES E A PESCA

Proposta — O Governo Arraes tinha, ou tem, um projeto amplo de benefícios à categoria dos pescadores artesanais, como fator de sobrevivência e de nutrição da população. Como foi a participação da população? Qual foi a participação do Centro nesse projeto? Como é uma ONG trabalhar com o estado?

Natan — Foi uma experiência rica cooperar com o governo e com técnicos do estado. Nosso papel era o de elaborar uma proposta de atuação para o estado junto à pesca artesanal, num momento em que a função do saber técnico, do saber consagrado era muito questionado no grupo. Isto levou a um importante debate, à produção de reflexões novas e mais realistas, a um aprendizado comum e à inserção de novos elementos na metodologia de trabalho então desenvolvida. Infelizmente, o governo não pode assumir totalmente a proposta. (Os caminhos do governo são difíceis.) O Centro apóia as iniciativas governamentais que considera válidas.

Bom, quanto à participação da população, que no nosso caso são pescadores, havia sido feito um documento pelo Aldemir Castro. Um documento, digamos assim, preliminar, situando os vários tipos de pesca e algumas propostas que poderiam ser implementadas em nosso estado. Sentimos então que faltava alguma coisa, carecia de maior participação, de outras contribuições... Juntamos várias pessoas com especialidades em diversas áreas do setor pesqueiro.

Tivemos uma tarde de conversa pra ver se chegávamos a uma compreensão de como este governo popular pensava, entendia e queria agir em relação à pesca e também o que os técnicos pensavam, entendiam e queriam agir no setor, isto tudo. Por quê? Porque às vezes a pesca parece simples, mas só parece, e não é, em especial tratando-se de recursos naturais renováveis que compete ao estado administrar.

Para se ter uma idéia, em Pernambuco, tínhamos e ainda temos umas 20 instâncias de governo, que direta e/ou indiretamente tem a ver com a pesca. Isso, por si só, já é um problema.

Posteriormente partimos para um grupo mais reduzido e colocamos no papel uma série de coisas: um rápido diagnóstico enfocando mais detidamente o aspecto de administração, como é que está essa coisa em Pernambuco; os diversos tipos de pesca existentes — de águas interiores à pesca oceânica — e por fim desenhamos uma série de idéias a serem discutidas pelo coletivo do programa de governo. Muito bem, agora a pergunta é: e onde entra o pescador nessa história toda? Eles não entram, já estavam! Quem entra é o governo!

Em 1984 havíamos feito um encontro de todas as colônias de pescadores do estado junto com a Federação das Colônias, onde pretendíamos assessorar a estruturação do programa da federação. A federação em Pernambuco estava, desde o golpe militar de 64, na mão de interventores e em 84 esse quadro mudou, e se fazia necessária

toda uma discussão sobre essa nova situação. Pois bem, passamos três dias seguidos levantando problemas e discutindo caminhos. Levantamos detalhadamente, por colônia, o que é que estava pegando mais, isto é, que tipo de problemas mais graves havia em cada colônia no estado. Depois passamos a identificar os problemas comuns às colônias e, o mais interessante, a **competência** face aos problemas existentes. Por esse tempo se lutou pela formação de um conselho estadual de pesca (reuniões e mais reuniões com o secretário de Agricultura, essa coisa toda, vira e mexe . . .). Ficou no papel, o que se conclui é que o estado, na época, não tinha interesse em tocar esse conselho. Isso é só um aspecto do processo. Com as novas eleições para governo, dr. Arraes, candidato da Frente Popular, surgiram outros canais, novas oportunidades de mudança. Caímos de pau! Fomos à luta.

Fizemos um encontro em janeiro de 87, com recursos da ICCO e da CMCH/AD-FAO — **"Seminário Pesca, Estado e Cidadania do Pescador"** onde, a partir de problemas reais e há muito identificados, foram feitas propostas concretas para uma atuação do estado junto ao setor.

Desse seminário participaram as colônias Z-1 Pina, Z-3 Pontas de Pedras, Z-4 Olinda, Z-6 Sirinhaém, Z-2 Porto de Galinhas, Z-14 Goiana, Z-15 Atapuz, Z-17 Tejucupago, a federação e a Coopesca.

Saiu assim uma proposta preliminar para atuação do governo no setor da pesca artesanal. O rico é que a mesma continha contribuições de todos: pescadores, assessores de ONG, ao lado de técnicos do estado.

Bom, para finalizar, os pescadores estão fazendo a parte deles dentro das limitações impostas pela própria história e natureza de sua atividade, mas, continua-se tocando o barco para diante.

Nisso tudo o papel do Centro foi de assessoria, de prestação de um serviço à categoria dos pescadores na relação com o estado.

DEPOIMENTOS

Pescadeiras e catadoras de lixo

"Sou sócia da Sociedade Beneficente dos Pescadores há 16 anos, os meninos estavam nascendo. Antes eram mais ou menos umas 50 mulheres. Agora são poucas. Antes a pesca de mariscos dava pra gente viver. Agora a poluição é muito grande, não dá para o povo sobreviver. Estamos indo para o lixo. Catar lixo para comer. Ora, meu irmão, lá tem uma mulher, a Rosinha, catadora de lixo, que as pernas dela rachou por causa de uma doença brava do lixo. Ela continua pescando, mas antes era só pescadeira.

"Não sou casada. É quase tudo mãe solteira. O meu sabe que a gente luta pra sobreviver. A gente ajuda em tudo. Agora nem pescador nem pescadeira consegue sobreviver direito. Dividimos o dinheiro.

"Como é o dia da pescadeira? Teve dias de chegar em casa a uma da manhã. Depende da maré. Às vezes se dorme no mangue. Eu, a Zizi, a Ana, Leonila, Rita, tudo junto debaixo dos pés de caju. Às vezes saía num domingo à tarde e voltava na terça-feira para casa.

"Sem a poluição dava para viver tranqüilo. Agora não. Há dias que a gente chega e só vê peixe morto. Na terça passada fui para a maré e vi aquela nuvem na água.

"Como resolver isto? Sei não. A gente já lutemos tanto. A única solução era o dr. Arraes, mas nem ele pôde. O Zé Sarney não abre mão. Ele é dono de tudo que é terra no Maranhão. Agora, o senador é dono da usina, o Antônio Faria. Ele morreu, mas a usina dele está lá. Tem outro deputado que vive em Niterói e é dono de usina — e muitos deles, meu irmão. Eles não vão fazer lei contra eles.

"A Sociedade ajuda. Mas é pouco. Nas doenças, remédios, enterro. Temos reunião, campanha do filtro. O Centro Josué de Castro ajuda. O Natan é o meu braço."

Depoimento da pescadeira Maria Anita Luna a W. César em maio de 1988.

"Eu estou há 20 anos na pesca e agora está piorando por causa da poluição. O que se pega nas marés não dá nem para os meninos comer. São sete. Sou mãe de dez. O maior tem dezesseis anos, o menor tem quatro. Sou sozinha. Tenho casa. Sou da Sociedade, só deixo ela quando morrer. Agora estamos fazendo uma pesquisa sobre as pescadeiras, a vivência delas, para poder ajudar a elas e a nós.

"Futuro? Não vejo não. Arraes resolveu foi nada. A gente pensava muito nele. Até aqui não ajudou ninguém."

Depoimento da pescadeira Ozinha a W. César em maio de 1988.

INFORMAÇÃO

PERNAMBUCO

A luta dos pescadores em Ponte dos Carvalhos (Cabo) fez nascer uma sociedade autônoma

Com os objetivos de defender os direitos e interesses dos pescadores de Ponte dos Carvalhos e localidades vizinhas; lutar contra a poluição dos rios Pirapama e Jaboatão; e dar assistência funerária aos associados e aos seus familiares, pescadores de Cabo se organizaram numa sociedade sem fins lucrativos — Sociedade Beneficente dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos — que em 2 de junho de 1966, teve o seu estatuto legalizado e publicado no **Diário Oficial.** A Sociedade conta com cerca de 100 sócios.

O presidente da Sociedade, José Sebastião de Jesus, pescador, batista, inicia todas as reuniões com uma leitura bíblica. Foi presidente muitos anos e há 6 meses eleito novamente. É pescador de rio há 32 anos e pesca em jangada.

Na sua mensagem, na verdade um breve sermão, falou da vida de Jesus e a situação dos pescadores que ele chamou: "Era uma situação quase igual, mas era para os pescadores alcançar a terra prometida". A Marinha, terminou, iludiu desde o início, "para fazer dos pescadores bucha de canhão".

Acha que os homens são mais sacrificados que as mulheres. Eles pescam em alto-mar. Mas agora todos sofrem com a poluição. As usinas, fábricas de álcool, de papel, indústrias metalúrgicas, tudo jogam dentro dos rios.

A Sociedade fez alguma coisa. Já no início combatia a poluição e conseguiu diminuir o gás nos rios — que não matava os peixes, mas deixava um gosto horrível, ninguém comia. Mas a devastação nos mangues continua. Tudo resseca e o crustáceo vai embora.

Com o patrocínio da Pastoral da Pesca e coordenação de Laurineide Maria, que há 4 anos entrou como monitora no projeto de alfabetização, a Sociedade faz uma pesquisa em Pontezinha, exclusivamente com pescadeiras. Trata-se de um levantamento da área, aspectos econômicos, políticos etc., com o objetivo de apontar os problemas mais sérios e comuns a todos.

O lugar e a situação*

Ponte dos Carvalhos é uma vila do município do Cabo, pertencente à região metropolitana do grande Recife. Acompanha a BR-101 e está situada à margem direita do rio Jaboatão na zona chamada litoral Mata-Sul em Pernambuco.

Dista 22 quilômetros do Recife, com muita facilidade de comunicação, tanto a Recife quanto ao Cabo e às demais vilas e aldeias de pescadores. O clima é quente úmido e chuvoso e tem a temperatura entre 25 a 30°C. Os mangues abundam na sua vegetação que circunda o rio Jaboatão.

Segundo dados da Fidem (1980), a população de Ponte dos Carvalhos era de 40.133 habitantes; provindos da zona urbana 27.051 e, da zona rural, 13.082, com 13.392 domicílios, dos quais 51,57% são muito pobres.

Há muitas crianças e jovens que não podem freqüentar a escola. Disse um velho pescador: "O pescador não sabe como educar os filhos, pois não pode comprar roupa, nem livro para a escola, nem pagar matrícula".

Então os pais e as mães botam as crianças e adolescentes pra trabalhar.

Disse um pescador (21/09/1981): "Hoje mesmo, na usina Bom Jesus, eu vi um terno de meninos e meninas que fazia pena. Era uns 100 pra lá. É . . . o trabalho de menino é pouco mas quem perde é louco".

A pesca é feita com canoas e jangadas (sete paus de bambu) e são construídas pelos pescadores da área. Não há embarcações motorizadas e é raro o uso da vela.

Os pescadores são todos artesanais e trabalham só ou com a ajuda dos filhos. Os jovens que não se dedicam à pesca vivem de biscates. As meninas ficam em casa cuidando dos irmãos menores e dos afazeres domésticos. Muito cedo, na adolescência, se casam ou melhor se "juntam", têm filhos, e na maioria das vezes continuam morando com seus pais, ou melhor, com suas mães.

Os problemas

Quanto à comercialização, foi notado que "os pescadores não encontram dificuldade" e foi assim que se exprimiram: "Cada um tem o seu sistema: ou vendem diretamente ao intermediário ou colocam o seu produto na feira (Ponte dos Carvalhos, Cabo e Prazeres) ou ficam juntando diariamente o minguado que pescam para vender seco e comprar farinha".

O problema de expulsão de terra não é sentido no lugar, porém na redondeza há sítios de "herdeiros" habitados por pescadores onde não se permitem construções de alvenaria, nem fossa; as casas são todas cobertas de palha.

Com relação à pesca predatória há reclamações: "Os peixes miúdos estão sendo mortos", falou X. E o outro companheiro acrescentou: "É assim mesmo! Tem que pegar o que se encontre. Quando deixarem de poluir então a gente pára de reclamar".

E a fiscalização? "Ah! não tem problema porque ela não atua". "O problema sério é mesmo esta poluição". Os rios são rios mortos.

Na área de Ponte dos Carvalhos, existem outros grupos e movimentos em atividades: Sindicato Rural, Associação do Conselho de Moradores, Encontro de Irmãos, Grupo Permanente de Oração e, agora, formação de comitês de orientação político-partidária.

Como tal, a Sociedade Beneficente dos Pescadores se mantém arredia a estes movimentos.

O pessoal da área é muito religioso, influindo a Igreja Católica, igrejas protestantes de várias denominações e a religião afro-brasileira (entre os negros). Esta última é vista pelos crentes e católicos como "coisa cão", mas que é "coisa muito fina". A Igreja Brasileira também dedicou um templo em Pontezinha a São Judas Tadeu. "Foi o dono da fábrica de pólvora Elefante quem trouxe ele pra cá confundir o povo."

Em geral o pessoal vive num clima de ameaças, medo e desconfiança. "A Polícia não é mole, vai logo é no pau." Outro dia (princípio de outubro) foi encontrado no caminho de Ipojuca dois corpos amarrados de costas (pés e mãos) crivados de bala e com rosto todo queimado, pra que ninguém conhecesse. "Cara Veia, um rapaz que vivia andando na cidade sem ter famílias, foi preso e depois disto ninguém viu ele." "Seu Constantino (o comissário) mandou um recado para Dona X (viúva – o marido falecera há pouco tempo em um acidente: 'O seu marido morreu daquele jeito; tome providências porque seu filho X, amanhã será comido'. E o rapaz viajou imediatamente pra São Paulo por providências da família."

A poluição

O distrito industrial do Cabo conta hoje com várias indústrias. Com isto, a poluição dos rios Jaboatão e Pirapama vem acabando com toda a fauna aquática. Aí estão as indústrias consideradas poluidoras: Portela, Bulhões, Coperbo, Bom Jesus, Presidente Vargas, Engenho Liberdade, Rhodia, Usina Massauassu.

Também vem causando sérios problemas aos pescadores o Complexo Industrial de Suape. Como tal, está incluído no II Plano de Desenvolvimento; concentrará um pólo de fertilizantes, uma unidade de alumínio, um pólo siderúrgico, terminal de cimento, centro de reparos navais, e um moderno porto de amplas dimensões para exportação em grande escala.

A área total do complexo é de 326 km² que já foi declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, além do centro industrial, cuja área é de 57 km².

A população da vila desde sua formação tinha como principal, senão a única, fonte de subsistência a pesca, graças à situação geográfica em relação aos rios Jaboatão e Pirapama e os mangues que abundam na região.

Em conseqüência da poluição as famílias já não fazem do pescado suas condições básicas de subsistência. "Então se sujeitam a trabalhar na 'palha da cana' para ganhar uma mixaria." Outros são operários de fábricas, comerciantes, ambulantes e também caçadores. Contudo, os depoimentos falam que quase todo mundo pesca em Ponte dos Carvalhos.

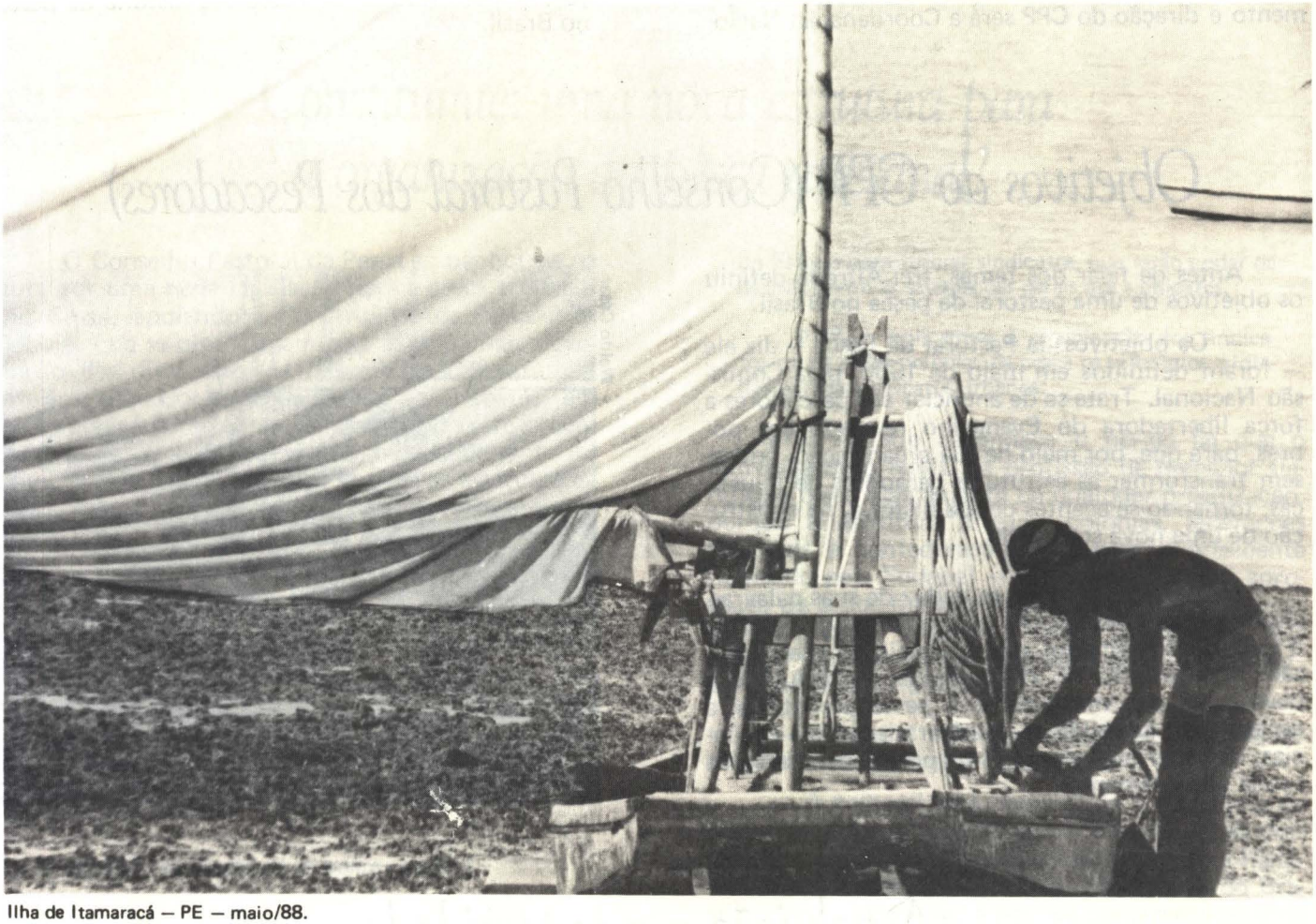
Os pescadores profissionais vão pescar em lugares distantes da poluição, com muito sacrifício, apanhando duas conduções e ainda andam a pé mais de légua."

* Dados retirados de um documento da Pastoral dos Pescadores, "Informações gerais sobre Ponte dos Carvalhos", mimeog., Recife, s/data.

Uma pastoral dos pescadores

Entrevista com
*Frei Alfredo Schnuettgen**

Waldo César.



Ilha de Itamaracá – PE – maio/88.

Há 20 anos a Igreja Católica mobiliza e defende a causa dos pescadores artesanais

Os primeiros contatos com pescadores artesanais do Brasil, a partir da linha pastoral da Igreja, começaram em 1968, com frei Alfredo Schnuettgen. A irmã Nilza Montenegro, que morava na praia e trabalhava com pescadores, colaborou então na criação de um trabalho mais sistemático.

Em 1971, com o apoio de várias dioceses, realizam-se os primeiros encontros de agentes pastorais interessados no tema da pesca e dos pescadores. O primeiro encontro foi em março na Paraíba, o segundo em junho, em Pernambuco (Tamandaré). E em 1972 acontece um encontro de pescadores artesanais, o primeiro de caráter regional, em Olinda, Pernambuco. É desse ano também o lançamento do boletim **O Leme**, que continua a ser publicado.

Em 1976, novamente em Olinda e com o patrocínio da CNBB, reúnem-se pescadores e agentes pastorais. A partir daí, em ligação com a CNBB, organizam-se equipes estaduais diocesanas e regionais. Este ano, em fevereiro, realizou-se uma assembléia geral apenas de agentes pastorais, criando-se oficialmente o Conselho Pastoral dos Pescadores,

* Secretário Geral do Conselho Pastoral da Pesca – CPP

depois de consultas às regionais da CPP – Comissão Pastoral dos Pescadores – e a CNBB. Foram aprovados os estatutos e um regimento interno, e eleita uma diretoria com mandato de três anos. O presidente é dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro (BA) e o secretário geral é frei Alfredo Schnuettgen, de Recife (PE). O órgão máximo de planejamento e direção do CPP será a Coordenação Nacional, composta por um representante de cada regional e a diretoria.

A entrevista com frei Alfredo, agora secretário geral do CPP, foi na sede da entidade, em Recife, onde trabalha uma equipe de dez pessoas. Os principais temas abordados foram a questão da poluição, a Constituinte da Pesca e a história da pesca no Brasil.

Objetivos do CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores)

Antes de falar dos temas, frei Alfredo definiu os objetivos de uma pastoral da pesca no Brasil.

– Os objetivos da Pastoral da Pesca – diz ele – foram definidos em maio de 1986, pela Comissão Nacional. Trata-se de anunciar aos pescadores a força libertadora do Evangelho revelado aos pobres, para que, por meio de sua organização, pudessem transformar as estruturas geradoras de injustiças, tornando-se agentes de sua história, na construção de uma nova sociedade.

Na prática, segundo se deduz de suas palavras, isto significa atacar todos os problemas que afetam a vida do trabalhador e o exercício de sua profissão: a destruição do meio ambiente, incluindo a devastação dos mangues, e a pesca predatória; a especulação imobiliária; as arbitrariedades e violências; os benefícios precários da previdência social: a tutela governamental.

Waldo César

A poluição e a impunidade

A poluição começa pelas indústrias e a impunidade é geral.

A pastoral tem denunciado a poluição e suas origens. Os exemplos são muitos.

– A Agro-Industrial de Igaraçu, produtora de soda cáustica – explica frei Alfredo – há mais de dez anos polui o rio Botafogo, jogando cloro e mercúrio dentro do rio. As campanhas contra isto, pelos pescadores, rádio, televisão etc., produziram nenhum efeito. Em 1986, o prefeito de Itapeçuna, vizinho de Igaraçu, apoiado pela CPP, enviou material ao PMDB de São Paulo. Só com esta denúncia, que incluía um filme, por ser em época de campanha eleitoral, é que se alcançou algum resultado e a indústria instalou antipoluentes na fábrica.

Mas a poluição ainda é séria com a indústria de cimento Poty no município de Paulista. Esta fábrica expele constantemente uma fumaça densa de pó de cimento que ataca a pele, o pulmão e a vista dos operários, como também dos moradores do povoado vizinho de Cuieiras.

– E a quem pertencem essas indústrias?

– Ora, ao senhor Antônio Ermírio de Morais, candidato do PMDB à presidência da República e dono da Votorantim . . .

Os dados acima fazem parte de um documento-denúncia divulgado pelo CPP em dezembro de 1987. Diz ainda: – "Em cima das folhas das plantas e árvores, em cima e dentro das casas, formou-se uma crosta de cimento. A escola de Cuieiras não tem condições de funcionar regularmente e até já foi fechada temporariamente". . . Os mangues foram devastados e despeja-se óleo no rio Timbó, matando a fonte de vida da população: os peixes e

crustáceos. A Votorantim chegou a ser o maior grupo econômico brasileiro, "pelo menos em parte, à custa da fome. da saúde e da vida do povo".

No mesmo ano, outro ofício, assinado por pescadores representantes de 17 entidades sociais e defensoras do meio ambiente, chamava a atenção do Governador Arraes para a destruição dos mangues em Pernambuco, por conta de um complexo industrial de Suape, para o refino de petróleo, e poluindo de Itamaracá a Ponte de Pedra. O aterro dos mangues, fonte insubstituível de reprodução de crustáceos, e de pesca, foi sustado. Mas as ameaças se renovaram ultimamente.

Constituinte: uma nova estrutura para a organização da pesca artesanal?

O Conselho Pastoral da Pesca empenhou-se na luta por uma nova legislação para a pesca artesanal no Brasil, apoiando a Constituinte da Pesca e os **lobbies** que se organizaram para acompanhar a evolução das discussões na Assembléia Constituinte. Muitos pescadores participaram dos debates, em suas regiões ou em Brasília, em contato direto com os constituintes. Neste sentido, o procedimento foi muito diverso da elaboração dos novos estatutos da pesca, em 1984, sem nennuma consulta aos pescadores.

— A Constituinte da Pesca, convocada pelo então presidente da Confederação da Pesca, Dario Franco, provocou um despertamento nacional entre os pescadores. Foi organizada uma comissão nacional que elaborou um projeto de lei que dá autonomia ao pescador, retirando a atual vinculação e dependência do Estado (v. quadro). Há 68 anos o Estado tutela, oprime e submete a organização dos pescadores.

Artigo 10º (Aprovado em primeira votação)

É livre a associação profissional sindical. Os sindicatos não são subordinados ao governo ou ao Ministério do Trabalho. Não é necessária autorização do Estado para formar sindicatos, que terão poder de decisão como as associações gerais dos sindicatos.

§ 6º — Aplicam-se à organização dos sindicatos rurais e das colônias de pesca os princípios adotados para os sindicatos urbanos.

Frei Alfredo reconhece o perigo de que o individualismo típico da profissão de pescador signifique o seu afastamento de qualquer organização, porque a estrutura atual — colônias, federações estaduais e confederação (esta com o presidente nomeado pela Sudepe) — desaparecerá com a aprovação do artigo mencionado. Acostumado a esperar tudo de cima, mesmo a nível da colônia, será preciso um esforço de renovação para reorganizar-se, agora a partir das bases.

— Há algum esforço no sentido de capacitar os pescadores para essa nova etapa?

— A pastoral está começando a dar cursos de dois dias, com quatro temas ou etapas, a cada dois meses: o pescador na conjuntura nacional, a história dos pescadores (o pescador na história do Brasil), a nova legislação, a prática decorrente de uma nova estrutura, terminando com uma revisão e avaliação do curso.

Os pescadores na história do Brasil

A Pastoral da Pesca tomou a iniciativa de mandar escrever uma história da pesca, provavelmente em cinco volumes, a partir de documentos e pesquisas realizadas, coordenados por Luiz Geraldo Silva, bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Cada volume cobrirá um período histórico. O segundo tratará da formação das colônias de pesca (1885-1930).

A história da pesca artesanal no Brasil se propõe a adotar teses e metodologias recentes oriundas de trabalhos dos historiadores Jacob Gorender e Décio Saes.

22 de novembro

DIA NACIONAL DE LUTA DOS PESCADORES

O Conselho Pastoral da Pesca lançou a sugestão de um Dia Nacional da Luta dos Pescadores. Não se trata de uma data oficial, mas poderá ter repercussão na medida em que os pescadores artesanais dêem o seu apoio e participem dos eventos programados. A data lembra a Revolta da Chibata, na noite de 22 para 23 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro, a bordo do encouraçado Minas Gerais, quando um grupo de marinheiros revoltou-se contra os castigos corporais a que eram submetidos. Os castigos foram abolidos e os revoltosos anistiados.

Pastoral do pescador no Norte-Nordeste

Waldo Cesar

Alagoas

Pará

O CPP já atingiu 20 colônias

O Conselho Pastoral dos Pescadores, nome adotado recentemente, com personalidade jurídica própria, o CPP do Pará conta apenas com duas pessoas para um trabalho que deveria alcançar 46 colônias de pescadores. Trata-se do segundo estado em número de colônias, perdendo para a Bahia, com 50. Antônio João Campos, o coordenador regional e Sérgio Cardoso, secretário, optaram por um aprofundamento da proposta do CPP em algumas colônias. De toda maneira, já atingiram 20 colônias, que constituem seus núcleos de atividades. "Mas é tudo muito longe" – lembra Sérgio. "Vivemos viajando."

Ao lado de um mapa do estado, com a imensa rede de rios, "lagos" e igarapés, um gráfico mostra o organograma dos núcleos, onde se destacam Curralinho-Viseu-Cametá-Ilha do Mosqueiro. A diocese trabalha diretamente em Prainha, parte do núcleo Santarém, Monte Alegre, Almeirim e Faro.

As colônias trabalhadas pelo CPP, cuja atividade começou somente em 1985, mostram que é possível apoiar reivindicações dos pescadores, que querem uma estrutura própria e presidentes que não sejam prepostos do estado ou da Sudepe, como na Colônia Z-24, cujo presidente é vereador e candidato a prefeito com 2 mil votos de pescadores ainda presos aos vícios da atual organização da pesca no país. Já em Abaetetuba os pescadores se organizaram e contam com uma forte base de reivindicações e uma nova linha de trabalho.

A pastoral dos Pescadores-Norte publica um boletim mensal – **O grito do pescador** – já no seu segundo ano, editado em Belém, sede da Regional Norte.

Um dossiê sobre a poluição pelo mercúrio **(Mercúrio: os rios brasileiros agonizam)** foi publicado pelo CPP-Norte (em março, 1988), com cerca de 50 páginas, reunindo recortes de jornais e denúncias sobre o processo de separação do ouro pelos garimpeiros. O mercúrio jogado nas águas, como se sabe, desce rio abaixo contaminando água, peixes, o solo às margens e toda a vegetação aquática. E o homem é contaminado ao utilizar a água e se alimentar dos peixes e pássaros. Um desastre ecológico.

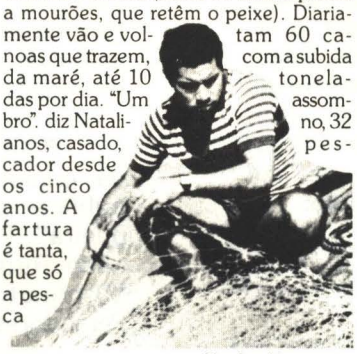
Endereço: Conselho Pastoral dos Pescadores
Tv. Barão do Triunfo, 3151
Marco, 66240, Belém, PA
Telefone: (091) 226-4026/226-5258

Raposa, a colônia de pescadores com status de cidade

A maior comunidade pesqueira do Maranhão, por incrível que pareça, tem 95% de cearenses. O primeiro a chegar foi "Chico Noca" que, há 55 anos, escorraçado pela seca do Ceará, fundou Raposa. A população, hoje de seis mil habitantes, vive em 1.500 casas de madeira ou alvenaria, muitas de chão batido e sem banheiro, mas com um aparelho de televisão. Essas quase malocas enfileiram-se na chamada Rua Principal, frente a frente, onde há de tudo: quatro escolas, restaurantes, posto de vacinação e um motel disfarçado, atrás do bar do "seu" Cristóvão.

Apesar das brigas, quando a "pinga" fala mais alto, a comunidade é unida. Tanto que elegeu dois vereadores-pescadores, José Hermínio e Francisco Saldanha da Silva, do PMDB, para representá-la junto ao governo.

Nas noites de lua cheia, quando a maré é favorável e o peixe farto, antes das cinco da manhã, já tem gente no mar. Lá, não se vende o peixe aos donos de geleiras. A vila é mesmo de pescadores, com 270 embarcações, sendo 40 a motor, 230 a vela e 30 currais (redes de arame presas a mourões, que retêm o peixe). Diariamente vão e voltam 60 canoas que trazem, com a subida da maré, até 10 toneladas por dia. "Um assombro". diz Natalino, 32 anos, casado, pescador desde os cinco anos. A fartura é tanta, que só a pesca de Raposa dá para abastecer São Luiz, Fortaleza, Piauí.



Natalino Nascimento

Em média, um pescador ganha até Cz$ 12 mil por mês, enquanto o dono do barco, chega a tirar Cz$ 70 mil. Embora pareça muito, grande parte do dinheiro é gasto com a manutenção ou prestação do barco, reposição de redes, velas, que custam, em média Cz$ 100 mil.

É nesta comunidade atípica, que nasce um outro projeto apoiado pela FINEP, com a participação do governo britânico: é o projeto de velas. Simples, tem apenas o objetivo de provar aos pescadores que, manuseando a vela com alguma técnica, o vento pode ser dominado e a pesca favorecida. Esta e outras experiências estão sendo feitas também no Sudão e na Tanzânia que, como no Brasil, usam muito embarcações a vela. Para isso, há menos de um mês, desembarcaram em Raposa, os ingleses Daniel Davy, Jack Cambell e Chris Temple que a esta altura já queimaram a pele e calejaram as mãos. Como os pescadores.

Reprodução de ***C&T Notícias — Nov/87***

Maranhão

A CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores - uma pequena equipe para 33 colônias de pesca

Com 640 km de costa e 1.414 km^2 de pesca interior, com cerca de 80 mil pescadores artesanais, o Estado do Maranhão está igualmente marcado pelas mesmas questões que na prática afetam toda a estrutura da pesca artesanal no Brasil. Os eixos do problema, segundo Ivaldo Coqueiro e Maria Jacinta da Silva, da CPP — Comissão Pastoral dos Pescadores, vão desde a depredação (pesca industrial, com dez empresas pesqueiras) e poluição, até o turismo, passando pela atual falta de organização dos pescadores e pelo latifúndio de água doce, gerado principalmente pela compra dos pesqueiros (locais de pesca) e conseqüente proibição do trabalho. É o avanço do capitalismo a fonte maior de todas as dificuldades do pescador artesanal do Maranhão.

O trabalho da CPP se desenvolve sobretudo com a pesca litorânea (33 colônias no estado), apoiando a organização e as reivindicações dos pescadores artesanais e oferecendo assistência jurídica. A Federação de Pescadores, quase toda constituída por pessoal da Sudepe, pouco faz. E a Sudepe continua a organizar novas colônias, dentro do velho sistema que a nova Constituição deve revogar.

Um dos trabalhos mais efetivos foi com a Colônia Z-10, através da presidência do pescador Marcos do Rosário Pereira. Nas demais colônias prevalece a luta interna entre os pescadores.

A CPP tem publicado e distribuído vários trabalhos, e produziu dois audiovisuais: **Vida de pescador** e **Industrialização da pesca: e a pesca artesanal?** E ainda um cancioneiro e dois folhetos de poesias, produção dos próprios pescadores. E em outubro de 87 promoveu o VII Encontro Estadual, do qual participaram mais de 90 pescadores. Foram então discutidas as leis da pesca, organização e sistema de representação, problemas na atividade da pesca, conjuntura e proposta da CUT. Um dossiê sobre a poluição provocada pelo derramamento de óleo por um navio coreano, em 1987, ao lado de ações de protesto, projetou o trabalho da CPP no estado e junto aos pescadores.

Em Mocagetuba mulheres pescam igual aos homens

A uma hora de ônibus do centro de São Luís, num dos extremos da ilha, está o porto de Mocagetuba — um pequeno aglomerado de casas à margem de um braço do mar que se mistura com o rio.

A maré está baixa e os barcos, imóveis no chão de areia, esperam a volta das águas para o recomeço da faina pesqueira. Muitos pescadores estão fora, mar alto, ou foram levar o pescado a Pau Deitado, onde conseguem um preço melhor. Os que ficaram, predominantemente mulheres, tiram das conchas o sarnambi e o sururu, pequenos mariscos muito apreciados em todo o Nordeste. Um trabalho grande. Rende pouco. Ao lado das pilhas de conchas, restam uns pequenos pacotes de plástico, que representam o esforço de horas de uma atividade manual intensa — que começa pela madrugada e vai até a tarde Dali o produto é levado no mesmo dia ao povoado próximo, onde é vendido por quase nada.

Dona Rosa e Dona Sebastiana lideram o grupo de Mulheres da Colônia, juntamente com o sr.

Zacarias, capataz da Z-12 há 12 anos. As mulheres apanham o sarnambi na **croa** (limite entre duas águas, onde o rio e o mar se encontram) e se queixam da dureza do trabalho, tão pesado quanto o dos homens. Estes pescam, mais longe, tainha, sardinha, corvina. Dá para sobreviver, diz o sr. Zacarias, dono de um barco de oito metros, financiado pelo banco. Vive há seis anos somente da pesca. Os pescadores continuam desorganizados, diz ele. Em 1979 foi a um encontro de pescadores, em Olinda, o que foi muito bom para ele, até mesmo porque nunca havia viajado antes disso.

Audiovisuais provocam debates sobre pesca artesanal

O Centro de Comunicação Audiovisual Mandacarú, produziu recentemente, em conjunto com a Comissão Pastoral dos Pescadores do Maranhão, uma campanha da qual fazem parte dois audiovisuais, ajudando os pescadores do litoral maranhense na reflexão sobre a penetração da indústria pesqueira naquele estado. Um audiovisual aborda os sinais dessa penetração e o outro, o Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e suas conseqüências para a pesca artesanal do Maranhão. Participaram dessa produção lideranças. Foram elaborados dois "caderninhos" para ajudar as pessoas a lembrar o que foi exibido e permitir o debate posterior. Foram formados mais de 30 animadores, escolhidos entre as lideranças de pescadores, para exibir os audiovisuais e promover debates nas comunidades de pescadores do litoral.

Além disso, o jornal mensal **Tempos Novos**, de grande penetração no interior do estado vai publicar um encarte sobre "industrialização pesqueira". Por sua vez, a Rádio Educadora do Maranhão Rural vai vincular um programa semanal de 30 minutos produzido pela Comissão Pastoral dos Pescadores.

Não há dúvida que esse grande debate vai suscitar a ação conjunta dos pescadores.

Endereço:
Centro de Comunicação Audiovisual Mandacaru
Av. N.S. de Fátima, 979
Caixa Postal 2030
64051 - Teresina - PI

Alagoas

Encontro da CPP faz revisão da história da pesca

— Nosso maior problema — comentou Genival Cardoso, há nove anos coordenador da Pastoral da Pesca em Alagoas — é a poluição aqui no estado, uma das piores destruições do meio ambiente de todo o Nordeste. Ainda este ano promovemos uma passeata, com grande repercussão, contra o terminal da Tequial-Salgema, que está poluindo diretamente dois bairros de Maceió onde há muitos pescadores.

Genival é um dos organizadores locais do encontro da CPP de Alagoas, que contou com a participação de cerca de trinta pescadores e pescadeiras (marisqueiras). Frei Alfredo é o preletor, fazendo uma revisão da história da pesca, discutindo a situação atual e tentando preparar o futuro, de acordo com as possibilidades que se abrem com a nova Constituição. O trabalho da pastoral no estado atinge as 25 colônias existentes. Há cerca de 40 mil pescadores dos quais 10 mil estão associados às colônias de pesca. Representantes de nove colônias participaram do encontro.

Antônio Gomes de Santos, o Toninho Pescador, atual presidente da Federação de Pescadores Artesanais de Alagoas, José Martins Agnelo e Benedito Roque dos Santos, pescadores, complementam as informações de Genival. É o poder econômico que produz essa poluição desenfreada. A pesca nas lagoas está muito escassa, não se vê uma saída. É tudo provocado pelas destilarias do Proálcool, com suas indústrias de açúcar e álcool, cujos produtos químicos são jogados nas águas dos lagos. São quatro lagoas — Mundaú, Manguaba, Jequiá e Roteiro — todas riquíssimas, e agora nesse estado de depredação.

As reivindicações dos pescadores produziram algum resultado, conseguindo salvar uma das várzeas do rio São Francisco, todas as outras fechadas pela poluição. Sobrou apenas a várzea de Maretuba, que desde abril deste ano é área de proteção ambiental. Outra vitória deverá ser a dragagem das lagoas de Mundaú e Manguaba, agora em processo de discussão nos órgãos governamentais.

INFORMAÇÕES LATINO-AMERICANAS

Associação Nacional dos Pescadores Artesanais da Colômbia – ANPAC*

Na Colômbia existia, em 1972, 31 cooperativas de pescadores artesanais. Foram um fracasso. "Indubitavelmente, foram impostas como panacéia capaz de resolver todos os problemas do campo ou da cidade, sem necessidade das mudanças estruturais que a sociedade colombiana requeria; elas não eram vistas como instrumentos de um processo de mudança, mas eram aceitas como um sofisma de distração para frear as pressões que certos setores rurais e urbanos, motivados pelos acontecimentos de Cuba, começavam a exercer sobre o Estado; não se levou em conta, na sua criação, a existência de formas próprias de organização dos habitantes ribeirinhos e costeiros, de antemão consideradas como expressões de épocas indesejadas, enquanto as cooperativas eram tidas como expressão de desenvolvimento e civilização."

Uma equipe de profissionais do Instituto Nacional de Recursos Naturais Renováveis (Inderena) organizou seminários regionais para troca de experiências entre pescadores.

Os problemas que foram levantados apontavam para a necessidade de um encontro nacional que aproximasse os pescadores de todo o país e alimentasse a construção de uma verdadeira "identidade de grupo".

Realizou-se o I Encontro Nacional de Pescadores Artesanais da Colômbia, em abril de 1977, com apoio da FAO/CMCH-AL-Campanha Mundial contra a Fome/Ação para o Desenvolvimento. Escritório para a América Latina.

Ao final, os 65 pescadores presentes criaram a Associação Nacional dos Pescadores Artesanais da Colômbia (ANPAC), com os seguintes objetivos:

– promover a organização de todos os pescadores da Colômbia;

– promover a preservação dos recursos naturais do país, em especial o recurso pesqueiro – marítimo e continental;

– promover o desenvolvimento integral do pescador e de sua família;

– empenhar-se para obter a comercialização direta dos produtos de pesca;

– reunir informação básica sobre aspectos de interesse para o grupo; e

– propiciar inovações tecnológicas que aumentem a produtividade.

A ANPAC desenvolve sua ação em colaboração com o governo e o médio empresariado da pesca. Ultimamente (na época da redação do artigo), vinha formulando "uma estratégia específica para o desenvolvimento da pesca artesanal", cuja concretização seria a criação de centros de serviços para a pesca artesanal (Cespa) . Vinte e um centros foram programados.

X Congresso Nacional Chileno de Pescadores Artesanais

Em novembro de 1986 realizou-se em Santiago do Chile o X Congresso Nacional de Pescadores Artesanais. Depois de treze anos de inatividade como organização (o último encontro se realizou em 1973 antes do golpe militar), o evento constituiu-se em um esforço participativo de grande alcance e oportunidade para a organização dos pescadores artesanais do Chile.

Como importante setor produtivo nacional, os pescadores artesanais do Chile desenvolvem suas atividades em pouco mais de 200 "caletas", que corresponderiam às nossas colônias de pesca, estimando-se um total de cerca de 50 mil pescadores artesanais e profissionais ligados à pesca, em todo o imenso litoral chileno. São 10.706 embarcações, sendo 5.404 a vela ou remo, 3.866 botes com motor e 1.436 lanchas. Em 1985 a produção total do setor pesqueiro chegou a quase cinco milhões de toneladas, cabendo à pesca artesanal cerca de 400 mil toneladas, ou seja, 8% do total. Em termos financeiros, o quadro oferece outro panorama: dos 457 milhões de dólares obtidos com a pesca, 127 milhões (28%) eram provenientes da pesca artesanal.

As lutas do pescador artesanal do Chile se assemelham às de todos os países da América Latina e do Caribe. O X Congresso se propôs a examinar as atuais condições de vida e trabalho do pescador, discutindo questões relacionadas com os recursos naturais, infra-estrutura, crédito e financiamento, comercialização, segurança, capacitação e organização.

Em outubro deste ano realiza-se o décimo-primeiro congresso.

Maiores informações podem ser obtidas através da FAO – Oficina Regional para América Latina e o Caribe – Secretaria de Pesca, Casilla 10095, Santiago, Chile.

* Esse informe é tirado de Franco, Jorge Eliner Rivera: A Associação Nacional dos Pescadores Artesanais da Colômbia – ANPAC, um percurso de acertos e erros, em Idéias Acción, revista da campanha Mundial contra a Fome / Ação para o Desenvolvimento, FAO, nº 169, 1986.

Pescadores organizados: em busca de alternativas

O futuro da pesca artesanal no Brasil

Jean-Pierre Leroy

Pesca de rede — Sul da Bahia

Jean-Pierre Leroy

Jovem pescador limpando o peixe — Sul da Bahia

A rede de apoio técnico à pesca artesanal

Uma série de acontecimentos recentes, no contexto das aberturas atuais, geraram um maior interesse pela situação dos pescadores artesanais e sua luta por uma nova situação na presente conjuntura nacional. Várias organizações não governamentais, agências internacionais de cooperação, técnicos em pesca, alguns setores governamentais — e sobretudo os próprios pescadores — mobilizaram-se e programaram um encontro nacional justamente para discutirem a situação presente e perspectivas para o futuro.

Aqui vai um breve relato do que foi o encontro dos pescadores e os plar , para a continuidade do projeto — algo que favoreça uma integração maior entre as colônias e reforce a luta dos pescadores, sua organização e autonomia como grupo social.

O encontro e seus antecedentes

Entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 1987, por iniciativa do CENPLA – Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento, e do CJC – Centro Josué de Castro, realizou-se em Tamandaré, Pernambuco, o Encontro Nacional sobre Pesca Artesanal no Brasil: Alternativas. O encontro foi patrocinado pela CMCH/AD-FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), através de sua sede no Rio de Janeiro e com apoio financeiro ou institucional de um grupo de entidades não governamentais brasileiras e de agências internacionais de cooperação (v. relação no final).

Esse encontro nacional foi o resultado de uma série de atividades relacionadas com questões conhecidas no âmbito da pesca artesanal no Brasil e na América Latina. Durante esse processo de estudos, viagens e projetos, ficou claro que era indispensável organizar um encontro de pescadores, técnicos em pesca (incluindo alguns de órgãos governamentais) e de instituições comprometidas ou interessadas, com o objetivo de discutir a situação da pesca artesanal no país e propor medidas que pudessem contribuir para a solução dos problemas existentes no setor – considerados desde sua organização local, estadual e nacional até a legislação (novo Código de Pesca) e questões relativas a equipamentos e ao meio ambiente. Na ocasião se optou por dividir o grupo de 50 participantes – vindos de 12 estados – em grupos de trabalho segundo regiões geográficas, cujas conclusões foram discutidas em sessão plenária e consolidadas em um documento único: "Manifesto de Tamandaré" (v. nesta seção).

Outro resultado do encontro de Tamandaré foi uma consultoria especial sobre pesca artesanal no Brasil, conduzida pelo dr. Antonio Carlos Diegues durante o ano de 1987, com o apoio direto da CMCH/AD e que vai publicada neste número. O estudo, de natureza nacional, analisa a situação em cada região do país e propõe uma série de medidas que integram um amplo programa de reestruturação técnica, organizacional e jurídica da realidade vivida por mais de meio milhão de pescadores artesanais no país.

Assim sendo, perante o longo processo já iniciado, faz-se necessário manter os pescadores artesanais mobilizados para promover e defender seus interesses, apoiando suas reivindicações em uma rede de assessoria multidisciplinar.

Um projeto alternativo

Após o encontro de Tamandaré, o grupo organizador do evento, tomando os dados disponíveis e as reivindicações apresentadas no **Manifesto**, preparou um projeto que poderá ser um valioso instrumento de apoio e de continuidade a esta nova etapa da atividade dos pescadores. O projeto, submetido a algumas agências internacionais de cooperação, intitula-se Rede de Apoio Técnico à Pesca Artesanal e tem como sigla a palavra **Rede.**

Seu objetivo básico é assessorar e apoiar as reivindicações dos pescadores artesanais do Brasil, dentro de padrões sociais e econômicos que permitam a reestruturação de sua atividade profissional, atuando nos seguintes campos:

Assessoria técnica e jurídica

A **Rede**, uma vez constituída, dará ainda assessoria técnica e jurídica a pescadores e suas organizações, programas e projetos, assim como continuidade no processo de revisão da legislação atual referente à pesca artesanal.

Sistema de informação

Outra possibilidade prevista no projeto é a organização de um sistema de informação e análise a fim de estabelecer maior comunicação entre os pescadores e como meio de divulgação junto à opinião pública.

Capacitação

O projeto objetiva também a promoção de um programa de capacitação nos níveis necessários para formação e organização dos pescadores artesanais, de acordo com suas características regionais ou estaduais.

MANIFESTO DE TAMANDARÉ

Encontro Nacional Sobre Pesca Artesanal no Brasil: Alternativas*

Considerando a importância do momento político atual, especialmente no que concerne à instalação da Assembléia Nacional Constituinte;

Considerando a crise de abastecimento no que se refere aos alimentos protéicos;

Considerando ser o peixe, dentro dos alimentos protéicos, um dos mais importantes;

Considerando que a produção, conservação e distribuição do pescado para o mercado interno não tem sido objeto de um adequado tratamento a nível governamental;

Considerando que a produção de pescado do país decorre de uma significativa participação da pesca artesanal, superando inclusive a da indústria;

Considerando que o agente dessa produção, o pescador artesanal, é uma categoria profissional até hoje não reconhecida pelos órgãos responsáveis;

Considerando que as atividades de exploração de recursos naturais — no caso recursos pesqueiros — não dispõem de uma política de exploração sustentada;

Considerando, ainda, que essa política deveria estar integrada a uma política de preservação do meio ambiente e do seu controle;

Considerando que não só o modelo de desenvolvimento, mas também as políticas setoriais que o conformam deveriam constituir-se em interfaces transparentes e conectadas com a política pesqueira.

Pescadores artesanais de várias regiões do Brasil, contando com a participação do Centro Josué de Castro — Estudos e Pesquisas, do Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento — CENPLA, da Campanha Mundial contra a Fome — Ação para o Desenvolvimento — CMCF/AD, e apoiados por várias agências internacionais e instituições nacionais do setor pesqueiro, promoveram o "Seminário Pesca Artesanal no Brasil: Alternativas", realizado no Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Nordeste — Cepene, em Tamandaré — Rio Formoso-PE, no período de 30 de janeiro a 1º de fevereiro de 1987. Ao final do Seminário foi produzido o presente documento, aprovado pela unanimidade dos participantes e que ora é divulgado às seguintes instituições: Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência Social, Ministério da Agricultura, Ministério da Marinha, Ministério do Meio Ambiente, Comissão Interministerial para Recursos do Mar, Superintendências Regionais do Incra, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Superintendências Regionais de Desenvolvimento, Federação de Pescadores, Colônias de Pescadores, Sindicatos e Associações de Pescadores, Igreja, Organizações Sindicais, Congresso Nacional, e governadores eleitos.

De acordo com a sistemática adotada no seminário a problemática da pesca artesanal emergiu de discussões regionalmente distribuídas. A consolidação a nível nacional resultou de debates e decisões tomadas em plenário e que fundamentaram o quadro de perspectivas e alternativas cuja concreção se deu em processo similar.

Perspectivas e alternativas para a pesca artesanal do Brasil

Em regime de urgência

a) Quanto ao problema da organização da categoria:

Articulação de um processo junto aos Ministérios do Trabalho, da Previdência Social e da Agricultura que conduzam à urgente aprovação da "Lei das Colônias", em sua versão original, consolidada durante as 1ª e 2ª reuniões da "Constituinte da Pesca", realizadas em dezembro de 1985 e abril de 1986, respectivamente: lei que em seu conteúdo prevê a superação do atual processo de organização da classe, orientando-a para a categoria da livre associação dos pescadores profissionais.

b) Quanto ao problema de acesso da categoria ao sistema financeiro:

Mobilizar os órgãos financeiros da esfera federal, visando a criação de linhas de crédito específicas para o setor e que deleguem aos bancos estaduais as atividades de agentes financeiros, dotando-os de pessoal credenciado para a análise e promoção de projetos de pesca.

Tais linhas de crédito deverão contemplar não só o pescador, como pessoa física, mas também as entidades que legalmente o representem.

c) Quanto ao Programa Nacional de Abastecimento e o pescador artesanal:

No momento em que se evidenciaram sérias distorções no mercado de alimentos básicos destinados à população nacional, é necessário que se privilegie, pela sua importância, o pescador, principalmente aquele oriundo da pesca artesanal e que, de uma vez por todas, o pescador artesanal seja colocado em evidência no local que por justiça lhe cabe, como produtor de alimentos.

d) Quanto ao problema de regulamentação da propriedade da terra:

A ocupação irracional das regiões ribeirinhas aos rios, lagos e represas e da faixa litorânea (Terrenos de Marinha), onde se assentam as comunidades de pescadores artesanais, exige uma pronta regulamentação do uso desses espaços, mediante um planejamento holístico dessas áreas. Dentro de medidas iniciais, a pronta aprovação pelo Congresso da Lei do "Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro", em regime de tramitação, bem como a imediata aplicação da legislação abrangida pela "Política Nacional de Meio Ambiente"

e) Quanto à pesca e à Constituinte:

Mobilização imediata de toda a categoria objetivando a criação de grupos e de estratégias de pressão que atuem junto à Assembléia Nacional Constituinte de forma a assegurar o espaço que, por justiça, cabe à pesca e ao pescador artesanal, dentro da futura Carta Constitucional do País.

A médio prazo

a) Em relação a programas de capacitação dos profissionais envolvidos na pesca artesanal:

— Criação de centros para formação, treinamento e reciclagem de todos os profissionais envolvidos na atividade, guardadas as características regionais.

— Organização de um banco de memória de técnicos, artes, petrechos utilizados pela pesca artesanal e desenvolvidos em espaços históricos e culturais, muitos dos quais em fase de extinção pelo próprio processo de desenvolvimento que, dentre outros impactos, desconheceu a pesca artesanal.

b) Em relação ao aparato político e institucional do setor:

Inclusão na política de reforma administrativa da Nova República das providências necessárias à modernização dos órgãos que geram a atividade, entendendo os participantes que também ao mesmo tempo em que devem ser consideradas as manifestações

* Realizado em Recife/Tamandaré, Pernambuco, 30-31 de janeiro e 1º de fevereiro de 1987.

favoráveis à descentralização e participação, é preciso reformular o aparato institucional que gere a atividade pesqueira. No caso, a criação a nível federal de um órgão com funções políticas e normativas de explicitação da política pesqueira, delegadas suas execuções a níveis estaduais, sendo que em todas as fases ficará garantida a participação efetiva das entidades que representam esta classe de trabalhadores.

c) Em relação à fiscalização:

— Respeitadas as mesmas normas fixadas para modernização de administração pesqueira, as funções normativas de fiscalização ficarão mantidas junto ao órgão federal, delegando-se a execução da atividade às áreas estaduais. Entendem os pescadores que a atividade de fiscalização deverá ser executada de forma articulada com suas entidades de classe.

— Que seja revisto o atual sistema de fiscalização, cuja filosofia deverá ser basicamente educativa e orientadora e não simplesmente parcial e repressiva.

— Que o órgão (ou os órgãos) executores sejam dotados dos instrumentos necessários (recursos financeiros e humanos) para a execução da fiscalização.

d) Em relação à pesquisa:

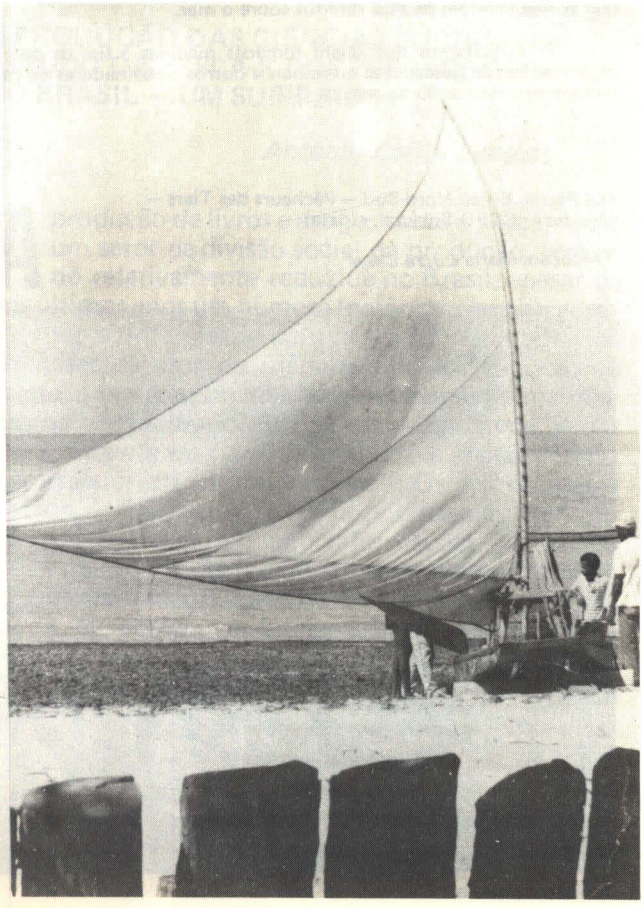
A pesquisa pesqueira, em seus diferentes níveis, deverá ser administrada por um órgão para tanto capacitado que, de certa forma, obedeça à estrutura da Embrapa.

e) Em relação à extensão pesqueira:

Os resultados das pesquisas deverão obedecer a processos de percurso flexíveis e eficientes de forma que, uma vez gerados seus resultados, os mesmos sejam divulgados e transferidos aos usuários.

Programas de Pesquisa e Extensão deverão ser desenvolvidos dentro de um sistema de dupla entrada, ou seja, a partir da iniciativa dos centros e seus pesquisadores, ou da iniciativa dos usuários, sendo que nas mesmas sempre se encontrem experiências e participação efetivas de ambos os elos.

Tamandaré, 1º de fevereiro de 1987



Waldo César

Observação: O presente documento, produzido no "Seminário Pesca Artesanal do Brasil : Alternativas", foi aprovado, por unanimidade, pelos participantes, num total de 50 pessoas, sendo: 20 pescadores dos seguintes estados (Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e 30 técnicos de várias instituições governamentais (Sudepe, Sudene, Cepene, Seplan, UFPB), não governamentais (CJC, Aspan, CPP, FASE, CENPLA) e intergovernamental (CMCF/AD).

CONFERÊNCIA DE ROMA (junho/1984)

Resolução final

Apesar de pequenos problemas no campo da organização e no dos idiomas, a conferência dos trabalhadores em pesca e seus associados constituiu um sucesso. Dominada amplamente por representantes do Terceiro Mundo, ela manteve, no decorrer das reuniões, uma colaboração equilibrada entre pescadores e intelectuais, que foi comprovada pelas recomendações extraídas do relatório final.

Constatação

1. O setor da pesca artesanal apresenta várias vantagens e pontos relevantes, que justificam amplamente seu desenvolvimento:

— utiliza numerosa mão-de-obra e capacidades técnicas locais;

— é econômica, em termos de capital e de combustível (especialmente quando o motor e a vela são usados de forma complementar);

— sua tecnologia e forma de organização e de gestão são bem assimiladas pelas comunidades locais de pescadores: a disposição espacial das comunidades litorâneas se caracteriza pelo alto grau de descentralização e dispersão, ao contrário da pesca industrial, que exige alto nível de centralização — o que a torna indesejável, no plano político e social;

— não origina grande disparidade de renda;

— está, em geral, adaptada ao ecossistema aquático tropical (numerosas espécies dispersas em pequenas quantidades, na proximidade do litoral); se as técnicas utilizadas se tornam susceptíveis de sobre-exploração das reservas de peixe, as comunidades locais de pescadores dispõem de mecanismos incorporados e de regras de conduta para enfrentar essa situação;

— não representa um setor em estagnação. Pelo contrário, há cerca de 20 anos, tem demonstrado surpreendente capacidade de inovação e de mudança;

— suas atividades e funcionamento se caracterizam por um alto nível de flexibilidade; e

— integra-se bem nos sistemas de comercialização e de distribuição em pequena escala, cuja eficácia foi amplamente comprovada.

Conseqüentemente, o incentivo ao desenvolvimento da pesca artesanal, por razões exclusivamente sociais, constitui uma posição que pode ser contestada, pois se baseia numa análise errônea da realidade. Esse desenvolvimento se justifica plenamente por motivos de ordem econômica, técnica, ecológica e de organização — e não apenas por considerações de ordem social e de bem-estar.

2. Levando-se em conta que os custos desse tipo de pesca são reduzidos, em termos de captura, transporte e distribuição do peixe, a pesca artesanal serve particularmente para abastecer, de forma regular, as populações em proteínas de baixo custo.

Convém, pois, dedicar esforços crescentes ao aumento da eficácia nesse setor, não se devendo acelerar o declínio dessa atividade através de medidas que encorajem o desenvolvimento indiscriminado da pesca industrial.

3. Atualmente, o futuro da pesca artesanal está ameaçado por freqüentes incursões de unidades de pesca industrial, em águas litorâneas. Com excessiva freqüência, os governos adotam uma atitude passiva para com tal situação, como se lhe dessem cobertura implícita. Esse fato se explica pela participação de altas autoridades políticas nas empresas de pesca industrial, ligadas a grupos estrangeiros.

O recente desenvolvimento de técnicas industriais altamente sofisticadas para a detecção e captura de peixes, assim como a ineficácia de medidas de proteção adotadas pelos países marítimos são fatores que se conjugam para aumentar o perigo permanente da superexploração biológica das profundidades marítimas. Caem nesse caso os estados que possuem recursos haliêuticos de valor comercial.

. . . E as recomendações

1. Incitamos as autoridades governamentais a ficarem atentas às associações locais de pescadores a fim de:

— reservar e proteger para a pesca artesanal as águas litorâneas e quaisquer zonas que dêem acesso a elas;

— proibir o uso de recursos tecnológicos que perturbem o equilíbrio dos ecossistemas, quer através da sobrepesca, quer pela poluição, devendo ser impedido o uso de produtos químicos já proibidos nos países industrializados;

— reunir as organizações ou comunidades locais de pescadores, para o planejamento e execução de medidas de regulamentação (com possibilidades concretas de controle); e

— respeitar e garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores do mar, a fim de serem criadas associações livres; denunciar quaisquer medidas que os penalizem.

2. Enfatizamos o papel essencial desempenhado pela mulher nas comunidades de pescadores, assim como a sensibilidade que demonstram quanto à degradação da qualidade de vida. Damos-lhes nosso apoio em seus esforços de organização, em vista da:

— proteção de suas atividades no processo de produção;

— melhoria de suas condições de trabalho; e da

— luta contra a poluição e proteção do ambiente.

Insistimos na adoção de iniciativas de caráter coletivo, susceptíveis de causar mudanças nos valores e nas atitudes que assegurem uma plena participação das mulheres em todos os níveis de decisão.

3. Destacamos a contribuição positiva das organizações não-governamentais no desenvolvimento de tecnologias e formas de gestão participativa, que garantem o futuro da pesca artesanal.

4. Deve ser dada prioridade à diminuição da dependência de capitais, equipamentos e **know-how** estrangeiros.

5. Fazemos esta conclamação: que todos os cientistas que reconhecem a importância da manutenção e estreitamento da relação entre o homem e a natureza assumam posição clara, em defesa dos pescadores artesanais. Exortamos esses especialistas a trabalharem em colaboração com as associações locais de pescadores, com o objetivo de assessorá-los em seu campo de atividade, permitindo-lhes que se reapropriem de seus direitos sobre o mar.

6. Solicitamos que sejam tomadas medidas a fim de que as organizações de pescadores artesanais e outros trabalhadores do mar tenham representação no seio da OIT.

(La Pêche, Enjeu Nord-Sud — Pêcheurs des Tiers — Mondes — CCFD Solagral, s/data)

Tradução: *Maria Luíza César*

Jean-Pierre Leroy

Pesca de rede.

Voltando a praia.

COLETIVO INTERNACIONAL DE APOIO AOS TRABALHADORES DA PESCA

A partir da iniciativa de pessoas ligadas a organizações de pescadores do sul da Índia, é lançada em inícios de 1984 a idéia de organizar-se uma conferência dos trabalhadores da pesca, que se realiza em Roma, em julho de 1984, com o patrocínio da FAO. No mesmo ano, realiza-se um encontro paralelo com 60 pescadores e assessores da Ásia, África e América Latina. A primeira conclusão foi a de que todos precisavam se reforçar no plano nacional. Mas ao mesmo tempo, começou a ampliar-se a colaboração entre grupos de pescadores de diferentes países e intercâmbios entre os grupos de apoio.

Em 1986, são convocados a Trivandrum, Índia, 40 assessores de 18 países (trabalhadores sociais e cientistas, entre os quais três latino-americanos) que decidem lançar um "Coletivo de Apoio ao Trabalhador da Pesca Artesanal".

Esse Coletivo, com sede na Índia, uma antena na Bélgica e outra no Chile, desenvolve três programas:

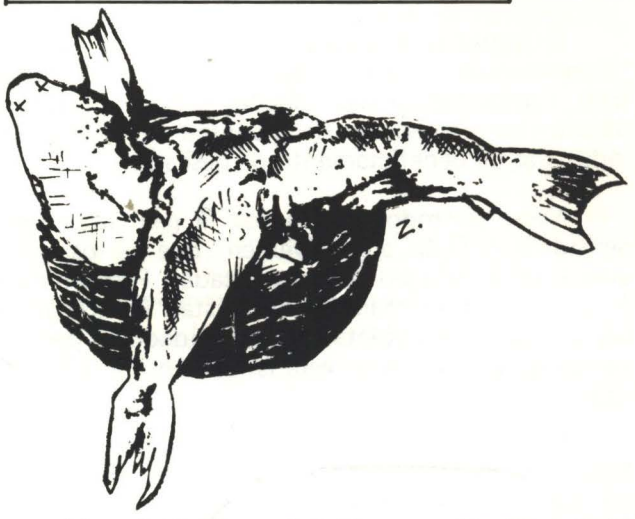
1. Pesquisa sobre questões ligadas à pesca artesanal

2. Intercâmbio entre pescadores

3. Programa de publicações

O Coletivo também publica uma revista, **Samudra**, que quer dizer em sânscrito, uma língua da Índia, **Oceano**.

Endereço da edição espanhola: CIAPA
Casilla 14071
SUC 21
SANTIAGO-CHILE



BIBLIOGRAFIA E FILMOGRAFIA

A PRODUÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO ESTUDO DA PESCA E DOS PESCADORES NO BRASIL – UM SUMÁRIO

Antonio Carlos Diegues

A produção de livros e artigos sobre a pesca, como um setor da divisão social da produção, tem sido relativamente reduzida no Brasil, apesar de nos últimos anos um número maior de cientistas sociais ter se interessado pelo tema. Efetivamente, as pesquisas na área de Ciências Sociais tendo como objeto o mar e as atividades humanas se intensificaram na década de 60/70. Antes dessa época, já em 1943, *Vicente de Carvalho* publicava artigos, como "O Pescador do Litoral Paulista". Os antropólogos *Pierson* e *Teixeira,* em 1947, publicavam o ensaio "Survey de Icapara", com informações detalhadas sobre os modos de vida dos pescadores e sitiantes dessa comunidade. Uma outra antropóloga, *Gioconda Mussolini,* se interessou pela relação homem-mar, através das técnicas de pesca, publicando o "Cerco da Tainha em S. Sebastião" (1945). Em outro trabalho: "O Cerco Flutuante" (1946), essa conhecida antropóloga estudou, com detalhes a introdução e difusão dessa técnica de pesca no litoral norte de São Paulo. Os geógrafos também começaram a se preocupar com a distribuição das atividades econômicas e da própria cultura caiçara no Litoral Paulista: *Ari França* : "A Ilha de São Sebastião: um estudo de geografia humana" (1954) estudou as conseqüências do contato da sociedade caiçara com a do planalto paulista. No Nordeste, o trabalho de *Câmara Cascudo,* "Os Jangadeiros", foi publicado em 1957, ressaltando alguns aspectos da cultura dos jangadeiros. Em Santa Catarina, *Paulo Lago* publicou: "Contribuição Geográfica ao Estudo da Pesca em Santa Catarina". Em 1958, *Bernardes,* em "Pescadores da Ponta do Caju" (RS), analisou a contribuição dos portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. No Rio de Janeiro, *Brito Soeiro* publicou em 1961 "Agricultores e Pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro" ressaltando a relação entre atividades agrícolas e pesqueiras nas comunidades litorâneas. Pode-se dizer, no entanto, que eram **obras mais descritivas e empíricas**, que muito raramente tentavam explicar as relações entre as comunidades litorâneas com o mar e com a sociedade brasileira como um todo. Foi uma fase importante porque, apesar de se tratar, em sua grande maioria de "estudos de comunidade", possi-

bilitaram um acúmulo de informações sobre atividades humanas ligadas ao mar. Partindo de "estudos de comunidade", entretanto, a maioria deles apresentava um enfoque parcial da realidade das comunidades litorâneas. Estas eram apresentadas como **comunidades isoladas** em que as relações com o resto da sociedade brasileira não eram tratadas em profundidade.

A partir dos anos 60, começou a aparecer um novo enfoque: começou a se estudar a pesca e as comunidades pesqueiras como um setor integrado funcionalmente com a sociedade brasileira. O trabalho de *Fernando Mourão* (1967) contribui muito para o estudo da dinâmica das comunidades de pescadores em S. Paulo, preocupando-se com um tema privilegiado: a mudança econômica, social e cultural das comunidades de pescadores, o problema da inovação tecnológica e seus impactos sobre a economia e sociedade litorânea, o problema do poder e autoridade etc. (Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo, 1971).

O trabalho de *Carvalho, A.* e outros (1969): "Comunidades Isoladas", apesar de seu título, mostrou a importância das relações sociais e a dependência dos pescadores de manjuba em relação às indústrias de beneficiamento de pescado.

Nesse período os estudos já ganharam uma densidade teórica apreciável em que vários enfoques e metodologias foram aplicadas. Predominam aí as explicações mais funcionalistas. Os trabalhos partem de dados coletados por cuidadosas pesquisas de campo, tratados estatisticamente e interpretados.

No início da década de 70 surgiram também trabalhos de antropólogos estrangeiros que fizeram um bom trabalho de campo: *Forman* em seu "The Raft Fishermen" (1970) estudou a tradição e a mudança em uma comunidade de pescadores do Nordeste. É um trabalho perspicaz onde aparecem os fenômenos naturais influenciando a organização da atividade pesqueira. Ao mesmo tempo, as relações de poder dentro e fora da comunidade constituem um elemento central na explicação da organização social, na adoção de novas tecnologias, etc.... O trabalho de outro americano, *Cordell* (1974), antropólogo, "The Lunar Tide fishing cycle in the Northeastern Brazil", enfatizou a importância das condições naturais na adaptação de técnicas e artes de pesca do pescador artesanal.

Um outro americano, *Kotta,* em "The structure of quality in a Brazilian fishing community" (1966) analisou os elementos de homogeneidade social, ausência de estratificação social e conflitos na comunidade de Arembepe (Bahia). Em livro posterior ("Assault to Paradise", 1983), ele descreveu as mudanças e a desorganização social ocorridas nessa comunidade tida como homogênea, pela ação do turismo, do contato com o mercado e surgimento de uma estratificação social.

Na década de 70 apareceu uma outra preocupação — a de integrar a produção pesqueira e dos pescadores dentro da evolução e das contradições do capitalismo no Brasil. O livro de *A. Diegues* (1983), "Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar", se encaminhou nessa direção, enfocando temas como: formas e modos de produção na pesca, relações de trabalho tanto na pequena produção quanto na produção capitalista, as relações entre esses dois setores em termos de fornecimento de força de trabalho e produto, o problema da ideologia e organização social. Nesse sentido foi feito um esforço em desmistificar o setor pesqueiro como algo à parte dos outros setores da produção nacional (agricultura, indústria, etc.).

Ivo, A.B.L. (1975), em sua tese de mestrado: "Pesca, Tradição e Dependência", estudou os mecanismos de sobrevivência da atividade pesqueira artesanal na região urbana-industrial de Salvador, Bahia.

Brito, R. et alii (1975) em "A Pesca Empresarial no Pará", analisou o início da implantação das indústrias de pesca no litoral paraense.

Ainda na Amazônia, *Raul Ximenes* e *Neiva* (1975): "Síntese sobre observações relativas à pesca no estado do Amazonas", oferecem uma análise detalhada de dependência dos pescadores ribeirinhos em relação aos comerciantes das geleiras.

Lourdes Grzybowski

O trabalho de *Alex Fiuza:* "A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação" (1985) colocou em confronto os diferentes atores que agem na cena político-econômica e que marcam, na dinâmica das relações sociais, a trajetória do setor pesqueiro da Amazônia, cujas alterações, sobretudo orientadas pelas inversões de capital na pesca industrial, têm interferido nas tradicionais relações deste setor. O autor preocupou-se em desvendar como se articulam as relações de poder e como estas interagem no modo de produção capitalista na pesca.

Ainda analisando as mudanças que ocorrem na pesca tradicional do litoral paraense, *Violeta Loureiro* (1985) em "Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia", estuda a organização dos pescadores artesanais em Vigia e sua dominação pela penetração do capitalismo na pesca. Também nesse sentido vão as análises de *Maria Eunice Soares Penner* (1984) em "A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico".

Na área de Antropologia, destaca-se o trabalho de *Lourdes Furtado:* "Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará" (1987), analisando as mudanças sócio-culturais por que passou a comunidade de pescadores artesanais de Marapanim, Pará.

Também na área da Antropologia, *Simone Carneiro Maldonado* em "Pescadores do Mar" (1986) e "Terra liberta: hábitos alimentares em Ponta do Mato" (1979), analisou a percepção e os mecanismos sociais de identidade entre os pescadores artesanais da costa da Paraíba.

Túllio Maranhão, em "Náutica e classificação ictiológica em Icaraí, Ceará" (1975) descreveu os esquemas cognitivos dos pescadores na náutica e classificação dos peixes. *Maria das Graças Tavares* em "Um estudo de tomada de decisão na pesca artesanal" (1975) estudou os processos decisórios entre os pescadores artesanais do Ceará, com relação à formação das tripulações e divisão do produto.

Ainda no domínio da Antropologia, *F. Duarte* em "As redes do Suor" (1978) analisou as representações que os pescadores artesanais fazem das mudanças que ocorrem na pesca da sardinha com a introdução da pesca industrial/empresarial.

Também a nível regional destacou-se o trabalho de *Paulo Roberto Martins:* "Caracterização do Pescador Artesanal do Litoral Norte Maranhense" (1983), em que se apresentam com riqueza de detalhes as relações sociais e os sistemas de partilha e dominação na pesca artesanal do Maranhão. *Maria Augusta Mundim Vargas* em "Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá" (1983) analisou as relações entre os coletores de caranguejo e o meio ambiente.

A nível da cultura, *Kilza Setti* (1986) analisou as manifestações musicais das comunidades caiçaras do litoral norte de S. Paulo em "Ubatuba nos cantos das praias – Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical".

Na mesma direção, *H. Galvão* (1968) descreveu a cultura tradicional dos pescadores artesanais do Rio Grande do Norte, em particular suas manifestações folclóricas, seu conhecimento do mundo marinho.

Anamaria Beck em "Lavradores e Pescadores – um estudo sobre trabalho familiar e trabalho assessório" (1979) descreveu a organização social dos pescadores artesanais de Santa Catarina.

A nível da política, *Renato Lessa,* em "Pescadores e Cidadãos: o caso de Itaipu" (1980), preocupou-se com as relações entre comunidade de pescadores de Itaipu e a sociedade global, em termos da criação da cidadania.

A bibliografia acima comentada rapidamente não é exaustiva, mas revela a variedade de trabalhos sobre a pesca artesanal e empresarial/capitalista publicados nos últimos anos. É clara, na maioria dos trabalhos mais recentes, a preocupação em se distanciar de um enfoque mais folclórico e a tendência a esforços de explicação mais teóricos nos vários domínios das Ciências Sociais. Há, no entanto, vácuos importantes, em particular na análise da pesca empresarial-capitalista, suas relações de produção e dominação; os aspectos ideológicos da organização social dos pescadores; os movimentos sociais recentes dos pescadores artesanais, etc.

Nota: Lourdes Furtado, do Museu Goeldi (v. neste número: IDESP e Museu Goeldi), mencionou mais as seguintes publicações: Eraldo Mauespe e Angélica Mauespe, **Xamanismo e Medicina,** uma pesquisa em Vigia, Pará, sobre a pesca artesanal, 1977, analisando a passagem de uma comunidade para o sistema capitalista de produção e o status da mulher. Em 1980, Maria Eunice Soares Penner publica pela Universidade de Recife a sua tese **A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico;** e Cristina Alves Maneski, atualmente na França, publicou em 1987 a sua pesquisa sobre o impacto do turismo: **Ajurutena: uma comunidade ameaçada.**

Há outros trabalhos em pauta, como **Pesquisa documental em pesca** e **Inventário de embarcações,** começando pelo mercado Ver-o-Peso, em Belém, Pará. E ainda existe um catálogo sobre trabalhos do setor pesqueiro nas bibliotecas oficiais de Belém e São Luís.

BIBLIOGRAFIA

BECK, A. – Lavradores e Pescadores – um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório. Tese de Mestrado – Ciências Sociais – UFSC – S. Catarina 1979.

BERNARDES, S.A. – Pescadores da Ponta do Caju; aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. Separata de Revista Brasileira de Geografia, R. de Janeiro, n.2, 1958.

BRITO, R. et alii – Pesca Empresarial no Pará. Belém, IDESP, 1975.

CARVALHO, A.N. et alii – Comunidades Isoladas. S. Paulo, SVR, 1969.

CARVALHO, M. VICENTE DE – O pescador no litoral do Estado de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal. S. Paulo, n.92, ago/set. 1943.

CORDELL, R. – The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil. Ethnology v.13, Oct., 1974.

DIEGUES, A.C. – Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. S. Paulo, Ática, 1983.

DUARTE, L.F. – As redes do suor; a reprodução social dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba. Tese de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1973.

FIUZA, A. – A Pesca sob o Capital – A Tecnologia a serviço da dominação. Universidade Federal do Pará, Belém, 1973.

FORMAN, S. – The raft fishermen, tradition and change in the Brazilian peasant economy. Indiana University Press, 1970.

FRANÇA, A. – A ilha de São Sebastião; estudo de geografia humana. Boletim de Geografia. S. Paulo, USP, n.10, 1954.

FURTADO, L.G. – Curralistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do Litoral do Pará. Museu Emílio Goeldi. Belém, 1987.

GALVÃO, H. – Novas cartas da praia. Edições do Val, Natal, 1968.

IVO, A.B.L. – Pesca, tradição e dependência; um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade tradicional na área urbano-industrial de Salvador. Tese de Mestrado. Salvador, UFBA, 1975.

KOTTAK, C. – The structure of equality in a Brazilian fishing community. Columbia University, 1966.

LAGO, P. – Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Sta. Catarina. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Jan/mar., 1961.

LESSA, R. – Pescadores e Cidadãos: o caso de Itaipu – Anais do 1º seminário sobre pesca artesanal, INPA, Belém, 1980.

LOUREIRO, V.R. – Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. CNDCT, CNPq, Museu Paraense E. Goeldi, Belém, 1985.

MALDONADO, S.C. – Pescadores do Mar. Ática, São Paulo, 1986.

MARANHÃO, T.P. – Náutica e classificação ictiológica em Icaraí, Ceará; um estudo de antropologia cognitiva. Brasília, UnB, 1975.

MARTINS, P.R. – Caracterização do Pescador Artesanal do Litoral Norte Maranhense (relatório), 1983.

MOURÃO, F.A. – Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo. Tese de doutorado. S.Paulo, USP, 1971.

MUSSOLINI, G. – O cerco da tainha na ilha de São Sebastião. Revista de Sociologia. S.Paulo, 7(3), 1945.

MUSSOLINI, G. – O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de S.Sebastião como centro de difusão no Brasil. Sociologia. S.Paulo, 8 (3), 1946.

PENNER, MES – A dialética da atividade pesqueira no nordeste Amazônico – Tese de mestrado – U.F.Pará, Belém, 1984.

PIERSON, D. e TEIXEIRA, C. – Survey de Icapara. Sociologia. S.Paulo, n.9, 1947.

SETTI, K. – Ubatuba nos cantos das praias – Estudo do caiçara paulista e de sua produção musical. S.Paulo, 1986. Editora Ática.

SOEIRO, B. – Agricultores e Pescadores Portugueses na cidade do Rio de Janeiro. Estudos, Ensaios e Documentos. Lisboa, 1960.

TAVARES, M.G. – Um estudo de tomada de decisões na pesca. Tese de Mestrado, UnB, Brasília, 1975.

VARGAS, M.A.M. – Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. Aracaju, 1983. Adema (relatório interno).

PEIXES E PESCADORES – UMA FILMOGRAFIA

Michel do Espírito Santo

Documentação e longa-metragens, realidade e ficção, têm buscado no mar e nos rios, entre peixes e pescadores, um rico e comovente material. Nesta filmografia, levantada por Michel do Espírito Santo, com apoio do arquivo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, estão indicadas em ordem alfabética as principais obras do cinema brasileiro relacionadas com o tema.

★ **Aitaré da Praia** ★ Aurora Film (Recife, PE), 1925. **Dir:** Gentil Roiz. **Rot. e Hist:** Ary Severo. **Foto** (P/B): Edson Chagas. **Elenco:** Ary Severo, Almery Steves, Jota Soares, Amália de Souza, Rilda Fernandes, Cláudio José, Tito Severo, Queiroz Coutinho, Rosa Temporal.
– Drama. É a história de amor entre o pescador de nome Aitaré e uma praiana chamada Cora, passada nas praias de Pernambuco.

★ **Arraial do Cabo** ★ Saga Filmes (Rio de Janeiro), 1960. **Dir:** Paulo Cézar Saraceni e Mário Carneiro. **Rot:** Paulo César Saraceni. **Foto** (P/B): Mário Carneiro.
– Documentário de curta metragem. Com a implantação da fábrica de álcalis, o processo de industrialização se instala no Arraial do Cabo, colônia de pescadores, no litoral fluminense, entrando em choque com a economia tradicional da pesca local.

★ **O Aquário** ★ Stille Filme, 1940.
– Documentário de curta metragem sobre os peixes em suas convivências no aquário.

★ **Arrastão** ★ Andrea Tonacci (SP), 1969. **Dir. e rot:** Lucilla Simon.

– Documentário de curta metragem. A pesca do arrastão nas costas marítimas brasileiras, a sobrevivência e a permanência de uma prática artesanal.

★ **Arrastão de Beira da Praia** ★ Alex Mariano Franco (RJ), 19. **Dir., rot. e foto:** Alex Mariano Franco.
– Documentário de curta metragem. As atividades pesqueiras na colônia de pescadores de Itaipu, no Estado do Rio de Janeiro.

★ **Bacalhau** ★ Omega Filmes (SP), 1976. **Dir., hist. e rot:** Adriano Stuart. **Foto** (cor): José Marreco. **Elenco:** Hélio Souto, Marlene França, Dionísio Azevedo, Maurício do Valle, Adriano Stuart, Helena Ramos, David Neto, Canarinho, Neuza Borges.
– Comédia parodiando o filme americano Tubarão **(Jaws)**, dirigido por Steven Spielberg em 1975. Numa cidade balneária no litoral de São Paulo aparece um peixe de origem desconhecida, que faz várias vítimas. Um oceanógrafo português identifica o peixe como sendo um bacalhau da Guiné, que é perseguido e capturado.

★ **Barravento** ★ Iglu Filmes (BA), 1962. **Dir:** Gláuber Rocha (e Luiz Paulino dos Santos, que iniciou). **Hist:** Luiz Paulino dos Santos. **Rot.:** Gláuber Rocha, Luiz Paulino dos Santos e José Telles de Magalhães. **Foto** (P/B): Tony Rabatoni. **Elenco:** Luiza Maranhão, Aldo Teixeira, Antônio "Pitanga" Sampaio, Lucy Carvalho, Lídio Silva, Rosalvo Plínio, Alair Liguori, Antônio Carlos dos Santos.
– Drama. Numa aldeia de pescadores no litoral da Bahia, o pai-de-santo mantém a população presa às superstições. O pescador Aruan é considerado o "escolhido de Iemanjá" que não pode ter relações sexuais. A prostituta Cora seduz Aruan que perde a virgindade e, desmascarado, ele parte para a cidade grande enquanto Cora se suicida.

★ **O Cavalo Marinho** ★ A. Botelho Filme (RJ), 1944.
– Documentário de curta metragem sobre o peixe muito comum na costa marítima brasileira.

★ **A Chegada ao Rio dos Jangadeiros Cearenses** ★ Ruy Goulart (RJ), 1941.
– Documentário de curta metragem sobre os 4 jangadeiros e pescadores cearenses, que vieram de jangada do Ceará ao Rio de Janeiro.

★ **O Curral do Peixe** ★ João Córdula (PB), 1967. **Dir., prod., rot. e foto** (P/B): João Córdula.
– Documentário de curta metragem, sobre como fazer armadilha para apanhar peixes.

★ **O Diabo Mora no Sangue** ★ Bennio Produções Cinematográficas (RJ), 1968. **Dir:** Cecil Thiré. **Prod. e hist:** João Bennio. **Rot.:** Ziembinsky, Hugo Brockes e Cecil Thiré. **Foto** (cor): Ozen Sermet. **Elenco:** João Bennio, Ana Maria Magalhães, Dinorah Brillanti, Hugo Brockes, Maria Pompeu, Cecil Thiré, Washington Rodrigues.
– Drama. Júlio, pescador do rio Araguaia, vive com sua irmã, Maria. Quando Ferrugem, outro pescador, pede Maria em casamento, a reação do irmão é estranha. Júlio faz da irmã sua mulher.

★ **Ele, o Boto** ★ L.C. Barreto Produções Cinematográficas/ Embrafilme (RJ), 1987. **Dir. e rot.:** Walter Lima Júnior. **Hist.:** Lima Barreto. **Foto** (cor): Pedro Farkas. **Elenco:** Carlos Alberto Riccelli, Cássia Kiss, Ney Latorraca, Dira Paes, Paulo Vinicius, Maria Sílvia, Ruy Pollanah, Luthero Luiz, Vanja Orico.
– Versão de uma lenda amazônica, o boto que se transforma em homem e seduz as mulheres. Tudo narrado pelos comentários de pescadores.

★ **Escola de Pesca Darcy Vargas** ★ Tropical Filme (RJ), 1940.
– Documentário de curta metragem sobre a escola que leva o nome de Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas.

★ **Escola Industrial de Pesca** ★ Rex Filme (SP), 1944.
– Documentário de curta metragem, mostrando a industrialização da pesca no Brasil.

★ **Entreposto Federal da Pesca** ★ Serviço de Cinema do Ministério da Agricultura (RJ), 1940.
– Documentário de curta metragem.

★ **Estrela da Manhã** ★ Pró Arte (RJ), 1950. **Dir.:** Jonald (Oswaldo Marques de Oliveira). **Hist.:** Jorge Amado. **Rot.:** Jonald e Ruy Santos. **Foto** (P/B): Ruy Santos. **Elenco:** Paulo Gracindo, Dulce Nunes Bressane, Doris Duranti, Nelson Vaz, Ambrósio Fregolente, Dorival Caymmi, João Péricles, Nelly Brasil.
– Drama de amor que envolve uma jovem e um pescador do litoral fluminense.

★ **O Grito do Rio** ★ Roland Henze Produções Cinematográficas (RJ), 1979. **Prod., dir. e rot.:** Roland Henze. **Foto** (cor): Roland Henze.
– Documentário de curta metragem. Pescadores do litoral fluminense, entre Macaé e Cabo Frio, estão ameaçados de paralisar suas atividades, em virtude da poluição das águas do rio São João, provocada por uma usina de anidro.

★ **Os Homens do Caranguejo** ★ Saci Cinematográfica/Trópico Filmes (PB), 1968. **Dir:** Ipojuca Pontes. **Hist:** Marcus Ribeiro, Wladimir Carvalho e Ipojuca Pontes. **Rot:** Ipojuca Pontes. **Foto** (P/B): Rucker Vieira.
– Documentário de curta metragem. No povoado de Livramento, área ribeirinha do rio Paraíba do Norte, a economia primitiva depende quase que exclusivamente da pesca do caranguejo.

★ **A Jangada** ★ Roland Henze Produções Cinematográficas (RJ), 1973. **Dir., prod., rot. e foto** (cor): Roland Henze.
– Documentário de curta metragem. A vida dos jangadeiros e de uma pequena vila de pescadores. Depoimento de um jangadeiro e de um intermediário da venda de pesca, no Ceará.

★ **O Jangadeiro** ★ Cinesul/Kinart (RJ), 1973. **Dir. e rot.:** Júlio Heilbron. **Foto** (cor): Júlio Heilbron.
– Documentário de curta metragem. A vida do jangadeiro, a construção de jangadas, a confecção de rendas, a pesca e o mercado de peixes.

★ **Jangadeiros** ★ F.A.N. – Filmes Artísticos Nacionais (RJ), 1940.
– Documentário de curta metragem. Os jangadeiros e a pesca no norte do Brasil.

★ **Mar de 200 Milhas** ★ Terra Filmes (RJ), 1973. **Dir., rot. e foto** (cor): Luís Fernando Goulart.
– Documentário de curta metragem. A ampliação pelo Brasil do seu mar territorial para 200 milhas, a defesa desse território, riquezas minerais extraídas da plataforma, a pesca e sua industrialização.

★ **Maria da Praia** ★ Imperator Cinematográfica (RJ), 1951. **Dir. e rot.:** Paulo Wanderley. **Hist.:** Murilo Lopes e Hernán Maldonado. **Foto** (P/B): Ruy Santos. **Elenco:** Dinah Mezzomo, Dary Reis, Helmício Fróes, Ronaldo Lupo, Marly Sorel, Gilberto Martinho, Dalva de Oliveira.
— Maria da Praia, filha de pescadores, nasceu, cresceu e passou a sua infância numa colônia de pesca, situada numa ilha.

★ **O Peixe Assassino (Killer Fish/L'Invasion des Piranhas/ L'Agguato Sul Fondo)** ★ Fawcett-Majors Production (EUA), Filmar do Brasil (SP), Victoria Pictures (França), A.M. Film (Itália), 1978. **Dir:** Anthony M. Dawson (Antonio Margheriti). **Hist.:** Mark Princi, Giovanni Simonelli. **Rot.:** (Michael Rogers (Kenneth Rogers). **Foto** (cor): Alberto Spagnoli. **Elenco:** Lee Majors, Karen Black, James Franciscus, Margaux Hemingway, Anthony Steffen (Antonio de Teffé), Celso Faria, Marisa Berenson, Fábio Sabag, Jorge Cherques, Chico Aragão.
— Drama. Um grupo de ladrões esconde o resultado de seus furtos, incluindo diversas pedras preciosas e diamantes, num reservatório cheio de piranhas mortíferas.

★ **Peixes e Plantas Aquáticas** ★ Stille Filme (RJ), 1940.
— Documentário de curta metragem.

★ **A Pesca** ★ Aviação Filme (RJ), 1944.
— Documentário de curta metragem.

★ **O Pescador e Sua Alma (The Fisherman and His Soul)** ★ Edmund Grainger (EUA), Jangada Filmes (São Paulo, Brasil), 1965. **Dir.:** Charles Guggenheim. **Hist.:** Oscar Wilde. **Rot.:** Dale Wasserman. **Foto** (cor): Haskel Wexler e Henry C. Fowler. **Elenco:** Antônio Pompeu, Cary Carmel, Dionísio Azevedo, Karin Myers, Clênio Wanderley, Lourdes Monteiro, Jocir Rodrigues, Flávia Barros, Maria Cristina, Fernando Santos.
— Drama. Um pescador solitário que trabalha no mar, apaixona-se por uma criatura marítima e renuncia à sua alma para conquistar o amor da sereia.

★ **Pescaria Indígena** ★ Sonofilmes (RJ), 1943.
— Documentário de curta metragem. O comportamento dos índios do Brasil Central, mostrando como eles usam diversos métodos para pescar peixes para seu próprio uso.

★ **O Pontal da Solidão** ★ Cinegráfica Sul (RS), 1974. **Dir., hist. e rot.:** Alberto Ruschel. **Diálogos:** Nilo Ruschel. **Foto** (cor): Rodolfo Icsey. **Elenco:** Alberto Ruschel, Débora Duarte, Ricardo Hoeper, Beto Ruschel, Ondina Moura, Luiz Teles, Nilo Ruschel, o cão "Bingo".
— Drama. Filha de um pescador é violentada na presença do noivo, que, acorvardado, não a defende. Ela foge e um velho marujo a protege em sua casa. Mais tarde o marujo, para vingar a moça, mata o estuprador.

★ **Sob o Céu Nordestino** ★ **Nordeste** Film (PB), 1928. **Dir., rot. e foto** (P/B): Walfredo Rodriguez.
— Documentário de longa metragem. A pesca da baleia nas costas marítimas paraibanas.

★ **Sol Sobre a Lama** ★ Guapira Filmes (BA), 1963. **Dir.:** Alex Viany. **Hist.:** João Palma Neto. **Rot.:** Miguel Torres e Alex Viany. **Foto** (cor): Ruy Santos. **Elenco:** Geraldo D'El Rey, Glauce Rocha, Gessy Gesse, Tereza Rachel, Jurema Penna, Dilma Cunha, Antônio "Pitanga" Sampaio, Roberto Ferreira (Zé Coió), Othon Bastos, Lídio Silva, Milton Gaúcho.
— Drama. A sorte de milhares de pessoas que vivem e trabalham nas cidades, vilas e lugarejos à beira-mar da Bahia. Entre eles estão os pescadores na luta pela sobrevivência deles e da família.

★ **Um Mercado de Peixes** ★ Júlio Graber (RJ), 1971. Versão em 35mm. **Dir., prod. e rot.:** Júlio Graber. **Texto:** Kleber C. de Carvalho e Luiz I. Febrot. **Foto e câm.:** Renê Fuerst e Edison Santos. **Mont.** (versão 35mm): Gilberto Santeiro.
— Documentário de curta metragem, sobre a situação do mercado com o pescado.

★ **Um Mercado, Um Mercado de Peixes** ★ Júlio Graber (RJ), 1967. Versão em 16mm. **Dir., prod. e rot.:** Júlio Graber. **Texto:** Luiz I. Febrot. **Foto e câm.:** René Fuerst e Edison Santos. **Mont.:** Júlio Graber.
— Documentário de curta metragem. Os problemas com o mercado do peixe.

★ **Vento Norte** ★ Horizonte Filmes (RS), 1951. **Dir., prod. e foto** (P/B): Salomão Scliar. **Hist., rot. e diál.:** Josué Guimarães. **Elenco:** Roberto Bataglin, Patrícia Diniz, Berta Scliar, Valéria Maria, Manoel Peixoto, os pescadores da Praia de Torres.
— Drama. A situação dos pescadores no sul do país.

★ **Xaréu** ★ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (RJ), 1955.
— Documentário de curta metragem. A pesca do xaréu feita por uma população praieira da Bahia, que conserva as tradições africanas.

★ **Xaréu** ★ Luís Cláudio Mendonça (RJ), 1967. **Dir.:** Luís Fernando Graça Mello. **Hist.:** Antonio Luís Bogado Fernandes. **Rot.:** Luis F. G. Mello e José Paulo Kupfer. **Foto** (P/B): Ronaldo Dreux. **Elenco:** Iolanda Jacomo.
— Documentário de curta metragem, sobre as condições sociais dos pescadores de Arraial do Cabo.

Rio, 04/Maio/1988
Michel E. Santo

assine
T.A. em periódicos

- Publicação bimestral do Centro de Documentação do Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. O PTA/FASE é uma instituição de apoio aos pequenos produtores agrícolas através de técnicas alternativas adaptadas à pequena produção.

- Dirigida a engenheiros agrônomos, técnicas agrícolas, estudantes de agronomia e agricultores.

- Veicula artigos de periódicos atualizados, traduzidos de publicações especializadas do exterior.

- Reproduz artigos de periódicos nacionais e de língua espanhola.

- Traz referências bibliográficas de artigos sobre agricultura e T.A. de cerca de 100 periódicos nacionais e estrangeiros organizados tematicamente.

Assinatura (6 números)	Cz$	2.000,00
Número avulso	Cz$	350,00
Assinatura p/exterior	US$	30,00

Não temos representante para assinatura. Preços válidos até 30/09/88.

Envio pagamento anexo: ☐ Vale Postal Ag. Central-Rio ☐ Cheque Nº .....

(Cheque nominal à FASE)

Nome _____

Rua _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Est. _____ Tel.: _____

Profissão _____ Data _____

Preencha logo o cupom e envie ainda hoje

FASE

Rua Bento Lisboa, 58 — Catete – Caixa Postal 16151

22221 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil — 22222 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Telefone: (021) 285-2998* – Telex 2134201 FOAS BR – CGC 33.700.956/0001-55

CAMPO EM QUESTÃO

A série **Campo em Questão** pretende publicar ensaios, relatórios, análises de experiências, informes sobre políticas – de autores brasileiros ou estrangeiros – que estimulem o debate sobre o modo como se relacionam, produzem e se movem os que se inserem nos complexos agrários e agroindustriais e sobre como eles são, por sua vez, determinados e/ou determinantes das estruturas e dos processos, econômicos e políticos, da sociedade como um todo.

Documentação

O serviço de documentação da FASE-Nacional objetiva desenvolver uma prática alternativa para resguardar a memória dos Movimentos Populares, ao mesmo tempo em que procura disseminar a informação de forma verídica junto àqueles que atuam para e com o Movimento Popular.

Atualmente o serviço de documentação é composto por uma biblioteca especializada em Educação Popular, Sindicalismo, Questão Agrária, Problemas Urbanos e questões das minorias marginalizadas. Estes temas são exclusivos do cadastro de documentos avulsos, cartilhas (produzidas pelos próprios movimentos) e o "clip service" dos jornais da grande imprensa diária (seleção e organização cronológica dos recortes).

O serviço complementa-se ainda com o intercâmbio de informações mantido com outras instituições nacionais e latino-americanas, através de periódicos publicados na própria instituição. No caso da FASE, a revista **Proposta.**

A sistematização da documentação torna possível ainda a confecção de dossiês, cujos temas representam expoentes nas discussões, estudos e avaliações da prática popular.

Faça-nos uma visita.

Funcionamos de segunda a sexta-feira no horário de 8:00 às 17:00 horas.
Rua Bento Lisboa, 58 – Catete
Tel.: (021) 285-2998

FASE

A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR

proposta 39

Próximo Número

LUTAS URBANAS: O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO

Anos 70: a dor e a desesperança confundiam-se com o tempo que passava sem nada se passar. O cotidiano de trabalho, carestia, casebres e valas negras, sem poder falar e sem nada ouvir. Nas periferias das cidades surgiram focos de resistência que faziam da cidadania uma bandeira: iniciaram-se pequenas lutas pelo direito à vida e pelo direito de reivindicar direitos. Associações de moradores, movimentos contra a carestia, lutas por moradia e contra despejos ou remoções, lutas por saúde, por educação, por participação na gestão da coisa pública. Eram pequenos movimentos, que ao se chocarem com a lógica autoritária e centralizadora do Estado, numa época de sindicatos amordaçados e de partidos sem raízes, distantes das massas, passaram a ser vistos como "renovadores" ou "alternativos".

Mas a conjuntura mudou. As demandas "renovadoras" passaram a fazer parte do discurso oficial, ainda que isto não se traduza em investimentos públicos. A reprodução das condições de vida tornou-se o eixo central das políticas públicas no espaço urbano. A organização de uma luta unificada das massas urbanas pelo direito à cidade configura-se como um desafio que não se resolve no plano formal das federações de associações, nem nas articulações políticas entre lideranças de movimentos sem consciência de transformação da cidade e da vida urbana.

O próximo número de **Proposta** encaminhará esta reflexão, a partir de algumas experiências de articulação e/ou de mobilização no espaço urbano, tentando discutir a diversidade e a unidade objetivas dos movimentos populares urbanos em algumas capitais brasileiras.

FASE - A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO POPULAR